



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ADRIANO FERREIRA DOS SANTOS

"MARIA TIMBU", "Xangozeira", "Bruxa da Cachoeira": Das Páginas dos Jornais ao Inquérito Policial - Representações Marginais de uma Praticante de Cultos Afro-Brasileiros em Campina Grande - PB (1967-1972)

Campina Grande–PB
2023

ADRIANO FERREIRA DOS SANTOS

"MARIA TIMBU", "Xangozeira", "Bruxa da Cachoeira": Das Páginas dos Jornais ao Inquérito Policial - Representações Marginais de uma Praticante de Cultos Afro-Brasileiros em Campina Grande - PB (1967-1972)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior

Campina Grande–PB
2023

S237m

Santos, Adriano Ferreira dos.

"Maria Timbu", "Xangozeira", "Bruxa da Cachoeira": das páginas dos jornais ao inquérito policial - representações marginais de uma praticante de cultos afro-brasileiros em Campina Grande-PB (1967-1972) / Adriano Ferreira dos Santos. – Campina Grande, 2023.

117 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior".

Referências.

1. História das Religiões Afro-brasileiras. 2. Religiões de Matriz Africana. 3. Arquivos Judiciais e Noticiários – Representações Marginais – Meios de Comunicação. I. Sousa Júnior, José Pereira de. II. Título.

CDU 94:229.6(6/81)(043)

"MARIA TIMBU", "Xangozeira", "Bruxa da Cachoeira": Das Páginas dos Jornais ao Inquérito Policial - Representações Marginais de uma Praticante de Cultos Afro-Brasileiros em Campina Grande - PB (1967-1972)

Dissertação apresentada em: 29/09/2023,
como requisito para obtenção do título
de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **JOSE PEREIRA DE SOUSA JUNIOR**
Data: 21/11/2023 22:30:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Pereira de Sousa Junior
PPGH/ UPE (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **JANAILSON MACEDO LUIZ**
Data: 20/11/2023 16:38:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Janailson Macêdo Luiz
PPGH/UNIFESSPA (Examinador externo)

Prof. Dr. José Otavio Aguiar
PPGH/UFCG (Examinador interno)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE OTAVIO AGUIAR**
Data: 24/11/2023 17:14:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza
PPGH/UFCG (Suplente interno)

Profª. Drª. Jéssica Kaline Vieira Santos
PPGH/UFRPE (Suplente externo)

Campina Grande–PB
2023

DEDICATÓRIA

Aos meus avós (*in memoriam*):

Nadir de Castro Dourado, Deraldina Alves dos Santos
e Valdemir Ferreira da Silva.

A Ana Flávia Felix Farias, esposa, amiga, e grande companheirade anos incríveis, a quem dedico meu amor, e todo meu Badauê, “... os meus dias de feira também são seus... corre pra nossa cabana...”, assim quero expressar minha profunda gratidão. Seu apoio constante, sua crença inabalável em mim e sua habilidade em lidar com minhas infundáveis divagações e teorias mirabolantes são verdadeiramente especiais. Você ouviu minhas análises, suposições e teorias sem fim com um sorriso que sempre trouxe calma ao meu coração. Além disso, suas risadas e descontração quando o cansaço da escrita se fazia presente, e por entender que as madrugadas, muitas vezes, me faziam companhia.

Ao Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior, orientador e amigo que nos inspira a continuar a pesquisar e produzir as impressões sobre as religiões, ressaltando sua importância indiscutível para a compreensão do comportamento humano e das sociedades. Enfatizando sempre o papel crucial e profunda influência da religião na história, cultura, política, instituições e crenças da humanidade.

AGRADECIMENTOS

- ✓ Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus antepassados, que representam um inspirador legado de luta, resistência e perseverança. Este povo sempre foi uma fonte constante de inspiração para mim. Ouvir e ler sobre as batalhas travadas por homens e mulheres em África e no Brasil enriquece minha compreensão e me incentiva a dedicar-me ao estudo e pesquisa das ricas manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras. “...curtindo minha Baianidade nagô”.
- ✓ A minha esposa e a minha mãe Vilvandira Dourado, por todo zelo.
- ✓ Obrigado pela torcida e carinhos de toda a minha família, irmãos: Andréa Tereza, Roane Muniz, Rane Muniz, André Rodrigo e Pablo Ariel; Sobrinhas: Arielly/Zumira, Lai, M^a Cecília/Juminha, Laurinha e Mateus; A Rubão, Aída, Maércia, Zubleme, Nívia, Ramon, minha sogra Risalva M^a e tios/tias do Belô.
- ✓ A Marta Cristina de Araújo (Onzinha/Sogra II) por ser esta pessoa cheia de vitalidade e amor pela vida, pelo conhecimento compartilhado, por sempre cantarolar suas canções favoritas que nunca vão sair da minha memória: Cavalinho Marinho (Quinteto Violado) é uma delas.
- ✓ Aos amigos e amigas: Eva Ryan, Romero Barros, Diego Santos, Alcione Santos, Patrícia Aragão, Cibele Leal, Thomas Bruno (e seu acervo pessoal, que muito nos serviu), Neto Lira, Ariosvalber, Russeul, Rossini, Thiago Silveira, Dayane Queiroz, Tiago E. D. Moura, Winne Rocha, Igor Sodrê, Franciel e Kaline, que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.
- ✓ Às queridas professoras: Dra. Patrícia de Aragão Araújo, Dra. Ofélia Maria de Barros, pelos momentos de conversa e pelo tratamento amigável que sempre esteve presente.
- ✓ Agradeço a Pedro H. Costa, um amigo valioso, pela disponibilidade em ler o projeto de pesquisa, tecer críticas, apontar possibilidades, sugerir leituras e compor ideias. E também pela torcida e incentivo direcionado a cada momento desse processo de estudo.
- ✓ Gostaria de expressar minha gratidão ao Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior, por sua orientação durante esta desafiadora jornada de pesquisa. Um defensor dedicado dos estudos e pesquisas sobre história e religião.
- ✓ Ao professor Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima – PPGH – UFCG, pela

disponibilidade para discutir, sugerir e análise crítica da pesquisa, tanto em suas aulas de História Social no Brasil, como também por apontar caminhos para a pesquisa no Depósito Judicial. Sua experiência referente a isso foi e é de grande valia.

- ✓ Aos responsáveis pelo Depósito Judicial Juiz Coriolano Ramalho Neto – Campina Grande - PB: juiz Vandemberg de Freitas Rocha, diretor do Fórum Affonso Campos, Comarca de Campina Grande; Agnelo Oliveira, Gerente do Fórum Affonso Campos; José Morais Pinheiro, Chefe da seção de arquivo; Idalmir Nunes Barbosa, Auxiliar do Arquivo, pela assistência no levantamento da documentação, pela disponibilidade em tirar dúvidas e pela acolhida.
- ✓ Agradeço às bibliotecárias Estela e Mirela da Biblioteca Átila Almeida (UEPB) pela prontidão e ajuda no levantamento dos volumes jornalísticos, que deram o pontapé inicial da minha pesquisa.
- ✓ Ao Prof. Dr. José Otavio Aguiar, coordenador do Programa de Pós-graduação em História - UFCG, por toda a disponibilidade e presteza em sanar nossas dúvidas e sugestões referentes à pesquisa.
- ✓ Também ao Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza, que também fez observações sobre nossa pesquisa e sugeriu leituras complementares.
- ✓ Meus sinceros agradecimentos a Yaggo Fernando Xavier de Aquino e Hozana Rayssa Mota, funcionários do Departamento de Pós-Graduação em História, pela ajuda referente às questões institucionais e orientações procedimentais.
- ✓ A todos os meus colegas de turma: foram dois anos de convivência muito agradável. E todos que compõem o Programa de Pós-Graduação em História – UFCG.
- ✓ Aos professores da banca examinadora, pelas contribuições.

“O jornalismo sensacionalista é o que vende,
e o que vende é o que importa.”
(John Hockenberry)

RESUMO

Ao investigarmos o período entre 1967 e 1972 em Campina Grande - PB, concentramo-nos na figura histórica de "Maria Timbu" uma moradora da Favela da Cachoeira, praticante de cultos afro-brasileiros. Nosso escopo analítico abraçou a abordagem micro-histórica, inspirada em Ginzburg, que possibilitou uma investigação profunda por meio de fontes variadas, como jornais, inquéritos policiais e processos judiciais. O cerne da pesquisa reside na compreensão de como os meios de comunicação da época moldaram e reforçaram representações marginais, tais como xangozeira, macumbeira, catimbozeira e bruxa, em relação a essa mulher. À luz da teoria das representações coletivas de Roger Chartier (1990), buscamos decodificar o impacto dessas representações no imaginário popular e na persistência do preconceito religioso. Além disso, adotamos os conceitos de tática e estratégia de Michel de Certeau para entender as dinâmicas de negociação e subversão empregadas pelas classes subalternas diante dessas representações estigmatizantes. A pesquisa revelou não apenas a manipulação midiática da imagem de "Maria Timbu" durante o período em questão, mas também proporcionou insights valiosos sobre as estruturas sociais subjacentes e os comportamentos humanos envolvidos. Essa abordagem histórica detalhada permitiu desvendar nuances muitas vezes negligenciadas pela narrativa histórica convencional, contribuindo para uma compreensão da sociedade campinense daquele contexto temporal.

Palavras-chave: Arquivos judiciais e noticiários, Religiões de matriz africana, Bruxa da Cachoeira

ABSTRACT

When investigating the period between 1967 and 1972 in Campina Grande, Brazil, we focused on the historical figure of "Maria Timbu," a resident of the Cachoeira slum and practitioner of Afro-Brazilian cults. Our analytical approach embraced micro-history, inspired by Ginzburg, allowing for a thorough investigation through diverse sources such as newspapers, police inquiries, and legal proceedings. The core of the research lies in understanding how the media of that time shaped and reinforced marginal representations, such as "xangozeira," "macumbeira," "catimbozeira," and "bruxa" (witch), in relation to this woman. In light of Roger Chartier's theory of collective representations (1990), we aimed to decode the impact of these representations on popular imagination and the persistence of religious prejudice. Moreover, we adopted Michel de Certeau's concepts of tactics and strategy to comprehend the dynamics of negotiation and subversion employed by subaltern classes in the face of these stigmatizing representations. The research revealed not only the media manipulation of "Maria Timbu's" image during the specified period but also provided valuable insights into underlying social structures and human behaviors. This detailed historical approach allowed us to uncover nuances often overlooked by conventional historical narratives, contributing to an understanding of the society in Campina Grande during that temporal context.

Keywords: Judicial archives and news reports, Religions of African origin, Witch of the Waterfall.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fotografias do depósito judicial (Fórum Affonso Campos).....	21
Figura 2. Maria Timbu	32
Figura 3. Notícias sobre fechamentos de terreiros, publicadas em: (a) 01/06/1967, (b) 04/06/1967, (c) 08/06/1967 e (d) 15/06/1967.	36
Figura 4. Favela da cachoeira (ano 1973).....	39
Figura 5. “Mulher de bom coração”	46
Figura 6. Notícia da morte de Edil José da Costa é destaque em capa de jornal.	52
Figura 7. Impacto gerado com morte de Edil, casa dos avós maternas.	58
Figura 8. Maria Timbu é destaque de notícia de capa no jornal “BRUXA DA CACHOEIRA” acusada do assassinato de Edil	64
Figura 9. Reportagem integral de capa do DBO que destaca "Maria Timbu" como "A Bruxa da Cachoeira"	67
Figura 10. Notícia sobre a operação na Favela da Cachoeira para prender “Maria Timbu”.	72
Figura 11. Outro olhar sobre a investigação do assassinato de Edil.	75
Figura 12. Processo criminal – Caso Edil José da Costa.	85
Figura 13. Laudo do exame necroscópico no cadáver de Edil José da Costa.	90
Figura 14. Fragmento do questionário do exame cadavérico.	91
Figura 15. Mapa que descreve a distâncias entre os diferentes locais da detenção de José Pereira da Silva reportados no jornal e no inquérito policial.	96
Figura 16. Trecho referente ao parecer realizado pela psicóloga Jovelina Brasil Dantas do laudo cadavérico e depoimentos no processo criminal.	97
Figura 17. Imagem da solicitação de intimação dos principais chefes de terreiros da cidade.	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo I	
1. DEPOIS DO CARNAVAL MAIS TRANQUILO DOS ÚLTIMOS ANOS, TRAGÉDIA.....	22
1.1 Cachoeira: De zoológico para um bairro “infecto” - Das ocupações no centro para a periferia da cidade	37
1.2 “Teve 22 filhos e deixaram mais um na porta de casa” - Uma pessoa de “bom coração”	43
Capítulo II	
2. O CRIME DA CACHOEIRA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS.....	49
2.1 “A Bruxa da Cachoeira”	63
2.2 O crime da Cachoeira: Na perspectiva do Diário da Borborema e do Jornal da Paraíba	74
Capítulo III	
3. O CRIME DA CACHOEIRA UM OLHAR SOBRE O PROCESSO CRIMINAL	84
3.1 Registro e ausência - O quinto quesito: Aspectos ocultos no inquérito policial.....	84
3.2 Disparidade de informações e a construção da narrativa histórica	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
FONTES.....	112
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

Nossa jornada histórica começa em Campina Grande, na Paraíba, onde nos dedicamos ao estudo das religiões de matriz africana, afro-brasileira e afro-ameríndia. Uma jornada que nos levará a explorar a vida de uma praticante desses cultos e, igualmente importante, a maneira como a mídia jornalística a construiu representações desta personagem intrigante da história seja da cidade assim como também das religiões de matriz afro-brasileiras.

O período que abrangemos situa-se entre 1967 e 1972, um tempo cheio de significado e reviravoltas. E é nesse cenário que nossa figura central emerge: “Maria Timbu”. Ela se torna o fio condutor que nos levará a desvendar as intrincadas dinâmicas da Campina Grande daquela época. No entanto, "Maria Timbu" não está sozinha em sua jornada pela história. Outros personagens também desempenham papéis relevantes nesta narrativa.

É essencial destacar o contexto de Campina Grande, uma cidade que viu o surgimento do Diário da Borborema em 1958 e do Jornal da Paraíba em 1972. Ambas são fontes inestimáveis para o nosso projeto, fornecendo uma janela para o passado.

A história de "Maria Timbu" é repleta de acontecimentos que nos leva a refletir sobre questões profundas, incluindo o conceito de representações marginais, conforme delineado por Chartier. A mídia da época frequentemente a retratava de maneira negativa, usando termos como "xangozeira", "macumbeira", "catimbozeira" e outros, termos que exploraremos em detalhes no decorrer deste estudo. Essas representações marginais emergiram de uma construção identitária promovida pelos jornais, levantando a intrigante pergunta: qual era o propósito subjacente a tudo isso?

Seguindo os rastros de nossa anfitriã, entramos em um mundo de notícias sobre nudismo, perturbação da ordem e outros eventos que nos ajudarão a entender melhor sua trajetória a sob a ótica jornalista como também a “favela” da Cachoeira à qual ela pertencia. Além disso, investigamos sua relação com a Federação dos Cultos Afro-brasileiros, que surgiu em 1966 como órgão fiscalizador das práticas religiosas a partir da instituição de uma lei que garantia a liberdade de culto na Paraíba. Muitas questões se apresentam, e nosso objetivo é discutir os processos que possibilitaram tais ações.

Esta é uma pesquisa relevante sobre o tema, pois ela se encaixa como mais uma peça fundamental no vasto quebra-cabeça que compõe a história das religiões afro-brasileiras. As ciências humanas são um terreno fértil para investigações sobre esse tema, e nosso trabalho se alinha a esse legado. Citamos obras de renomados autores como J. J. Reis em "Domingues Sodré, um Sacerdote Africano" (2008), Renato Ortiz em "A morte Branca do feiticeiro negro"

(1978), L. N. Parés em "A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia" (2018), Yvonne Maggie em "Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil" (1992), e Reginaldo Prandi em "Exu, de mensageiro a diabo. Sincretismo católico e demonização do orixá Exu" (2001). Cada um desses trabalhos contribui para a compreensão mais profunda do universo das religiões afro-brasileiras e enriquece a busca por conhecimento e compreensão sobre as representações marginais tanto dos praticantes quanto das religiões que eles professam.

Este estudo não se limita à história das religiões afro-brasileiras, mas se estende à análise da perseguição e da demonização desses cultos. Nosso objetivo é enriquecer o debate sobre o preconceito religioso, oferecendo diversas perspectivas e estimulando reflexões.

No que diz respeito à análise dos jornais, adotamos a abordagem de Michel de Certeau (1994) e seu conceito de "tática e estratégia". Compreendemos que os jornais não são meros testemunhas oculares dos acontecimentos, mas atuam ativamente na criação e promoção de discursos. Eles elaboram estratégias e práticas que frequentemente buscam reproduzir e impor um modelo social específico, agindo como porta-vozes do *status* dominante e buscando legitimar escolhas que são apresentadas como definitivas.

No aspecto metodológico, nosso foco recai sobre as páginas de notícias policiais dos jornais no período em questão. Notamos uma variação nas páginas dedicadas a esse tema ao longo dos anos, indo dos números 3, 8, 6 e 5. A partir dos anos 70, a página 5 se tornou o local oficial para informações relacionadas a questões policiais.

No processo de investigação, analisamos detalhadamente as capas e as páginas policiais dos jornais mencionados. Cada notícia, episódio e nome forneciam pistas adicionais. Empregamos o método regressivo, conforme proposto por Bloch¹ (2001), uma abordagem recorrente em nosso trabalho. Usamos o período associado a "Maria Timbu" como referência temporal. Para aprofundar a discussão de determinadas questões, decidimos retroceder no tempo, indo além recorte temporal de 1967 a 1972 e regressando aos anos 1950.

Essa incursão temporal revelou passagens que possam ter influenciado o percurso de "Maria Timbu". Um desses momentos se relaciona ao deslocamento de sertanejos de diversas regiões da Paraíba para Campina Grande. Esse fenômeno migratório deu origem a diversos bairros periféricos na cidade, sendo a Cachoeira um deles, onde "Maria Timbu" viveu tornando-

¹ O autor explica o método regressivo, que consiste em partir do presente para o passado, buscando compreender os fenômenos históricos a partir do que é vivo e conhecido. Segundo Bloch, o historiador deve ter um contato perpétuo com o hoje, pois é nele que se encontram as pistas e os laços de inteligibilidade com as épocas anteriores. O método regressivo também visa evitar a procura por origens ou causas imaginárias, que não correspondem à realidade histórica. Para Bloch, esse método é uma forma de exercero espírito crítico e a sensibilidade histórica, que são as qualidades fundamentais do historiador.

se personagem principal desta pesquisa.

Este estudo está organizado em três capítulos, cada um deles direcionados para atender aos objetivos da pesquisa. Cada capítulo procura contextualizar o leitor no cenário histórico que tem como figura central "Maria Timbu".

No primeiro capítulo deste trabalho, intitulado "Depois do Carnaval Mais Tranquilo dos Últimos Anos, Tragédia", adentramos no cenário histórico e social da cidade de Campina Grande, localizada no estado da Paraíba, entre os anos de 1967 e 1972. É fundamental destacar o papel significativo desempenhado pelos jornais locais, Diário da Borborema e Jornal da Paraíba, na documentação e narrativa dos eventos desse período, assim como a importância da comunidade Cachoeira, onde residia uma figura central, Maria Timbu, para a compreensão das representações marginais associadas aos praticantes de cultos afro-brasileiros naquela região.

Neste capítulo, investigamos as condições de vida dos habitantes da área da Cachoeira, que enfrentavam desafios decorrentes da carência de serviços públicos essenciais. Além disso, exploramos a questão da origem e formação da comunidade Cachoeira, buscando traçar o contexto em que os eventos ocorreram. É a partir desse ponto que Maria Timbu emerge como uma figura central na narrativa.

O ponto de partida para nossa pesquisa é o Carnaval de 1972, marcado como o mais sereno dos últimos anos, segundo os registros do Diário da Borborema. A partir desse marco, mergulhamos nas complexidades e eventos que moldaram a cidade naquela época. Nosso objetivo é situar o leitor no tempo e no espaço, oferecendo-lhe uma compreensão mais abrangente das circunstâncias que envolveram o surgimento e a subsequente representação de Maria Timbu nas páginas policiais do Diário da Borborema.

No segundo capítulo deste estudo, intitulado "O Crime da Cachoeira nas Páginas dos Jornais", adentramos no exame minucioso da cobertura jornalística de um evento que ecoaria na memória coletiva da cidade de Campina Grande - o chamado "Crime da Cachoeira," que teve lugar em 1972. Este capítulo se concentra na análise comparativa das abordagens adotadas pelos jornais locais, o Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba, em relação a esse caso, destacando tanto as discrepâncias quanto as convergências nas narrativas que apresentaram.

Particular atenção é direcionada às peculiaridades da cobertura realizada pelo Diário da Borborema, que se destacou pela sua tendência sensacionalista ao abordar o crime e sua incessante busca pelo autor. Este jornal, com seu estilo característico de manchetes impactantes e detalhes, capturou a atenção do público. Explorar essa abordagem sensacionalista nos permite compreender melhor como o evento foi moldado e percebido pela sociedade local.

No terceiro capítulo deste estudo, intitulado "O Crime da Cachoeira: Um Olhar sobre o

Processo Criminal," adentramos o mundo dos registros formais relacionados ao caso. Neste capítulo, examinamos fragmentos do inquérito policial que se refere a esse evento, com o objetivo de confrontar essas informações com aquelas que foram amplamente divulgadas pelos jornais da época. Essa análise nos permite lançar luz sobre lacunas entre ambas as fontes.

Nesse contexto, concentramos nossa atenção na estrutura do inquérito policial, identificando os principais personagens envolvidos no processo. Além disso, exploramos as informações disponíveis através de elementos como os exames cadavéricos e os depoimentos de testemunhas e suspeitos, contribuindo para uma compreensão mais sólida dos eventos e das investigações em curso.

Por fim, encerramos o capítulo com uma reflexão sobre as implicações das notícias sensacionalistas que permearam o caso e o próprio inquérito policial. Investigamos como essas narrativas influenciaram a construção de uma representação marginalizada dos praticantes de cultos afro-brasileiros na sociedade da época. Além disso, destacamos a importância de compreender as dinâmicas de poder e as relações de dominação que estavam presentes na sociedade brasileira, mostrando como esses elementos desempenharam um papel crucial na forma como o caso foi percebido e tratado.

Essa pesquisa tem origem em uma jornada que teve início em 2004, quando eu me matriculei na Universidade Estadual da Paraíba no curso de Licenciatura em História. Naquela época, deparei-me com um novo cenário, repleto de informações variadas, uma ampla grade curricular e aulas que proporcionaram uma nova visão do mundo. À medida que eu avançava nas disciplinas e participava de eventos acadêmicos, minha base de conhecimento crescia gradualmente, e eu me aproximava cada vez mais de tópicos que aguçavam meu interesse.

Entretanto, não posso ignorar que houve obstáculos durante minha jornada na graduação. Nem tudo eram flores. Enfrentei desafios acadêmicos, mas, ainda assim, persisti em busca do meu objetivo de me tornar um historiador. Durante essa trajetória, encontrei pessoas que me incentivaram, oferecendo apoio e orientação, e também indivíduos que, de certa forma, desafiaram minha dedicação, motivando-me a superar obstáculos e aprimorar meu conhecimento.

No entanto, quando me matriculei na Universidade Estadual da Paraíba, vindo da cidade de Irecê, estado da Bahia, já trazia em minha mente anseios de estudo e pesquisa, especialmente sobre as religiões africanas e afro-brasileiras, bem como tópicos relacionados à morte. A escolha desse tema para minha pesquisa foi impulsionada por duas fontes de inspiração: minhas próprias inquietações e preocupações. A inquietação estava relacionada à maneira dispersa com que os cultos afro-brasileiros eram percebidos, frequentemente de forma negativa. Comentários

a respeito disso eram comuns no núcleo familiar e entre amigos, nos quais a crença estava enraizada no cristianismo e suas vertentes

Recordo-me de como isso me causava desconforto, já que percebia uma visão negativa em relação ao "outro". Esse sentimento era particularmente evidente no dia 27 de setembro, quando era levado a participar do caruru² com outras crianças por alguém da minha família, mãe ou tias. Nesse cenário, presenciava muitas pessoas conhecidas, que costumavam criticar os cultos afro-brasileiros, envolvidas na celebração dos ibejis³. Era um contraste notável que aguçou minha curiosidade e definiu o caminho da minha pesquisa.

Hoje, à distância do tempo e com uma visão menos inclinada a acreditar em magia e seus efeitos, sou tomado por uma nostalgia que me leva de volta a momentos especiais da minha vida. Recordo o som dos atabaques, que me transporta no tempo, evocando o sabor do acarajé, vatapá, caruru, camarão seco, tomate verde, pimenta e tantos outros sabores. Tudo isso acompanhado pelo ritmo dos tambores e pelas vozes de homens e mulheres que dançavam e se movimentavam de forma teatral no centro do terreiro.

Essas memórias se entrelaçam com minhas reflexões atuais, permitindo-me compreender de maneira mais profunda e complexa a importância dessas práticas culturais afro-brasileiras e sua relação com a sociedade em que cresci.

Tais experiências passadas deram origem às minhas inquietações. Eu não conseguia entender porque essas pessoas, que me ofereciam comida e realizavam danças tão belas, eram associadas à figura diabólica. Por que, na maior parte do tempo, ouvia que elas eram seguidoras do "diabo"⁴, mas, durante as festas, via algumas dessas pessoas participando ativamente das celebrações no terreiro. Minha busca por respostas me levou à História, onde pude aprofundar-me em questões como o "sincretismo" religioso, rituais, sacrifícios, deuses orixás e muito mais.

Nesse caminho de descoberta, comecei a compreender as complexidades das crenças e

² O caruru é uma iguaria típica da culinária baiana, é uma espécie de papa feita com camarão seco e quiabo, temperado com azeite-de-dendê e muita pimenta, de origem africana, que é oferecida nas comemorações do dia de São Cosme e Damião, no dia 27 de setembro. Além disso, é oferecido nas celebrações religiosas na festa dos Ibejis, que ocorre no mesmo dia e é comemorada por adeptos do candomblé e da umbanda. A tradição manda também que sejam colocadas sete porções da comida dentro de uma bacia para que sete crianças se alimentem ao mesmo tempo. Daí o nome de 'Caruru de Sete Meninos', muito usado entre o povo de santo.

³ Os Ibejis são divindades gêmeas na mitologia iorubá, protetores dos gêmeos e identificados pelo jogo do merindilogun pelos odus Ejiocô e Icação. Representam o nascimento de todas as coisas e são considerados uma única alma em dois corpos, unidos pelo destino. São filhos de Iansã e Xangô, que os abandonaram nas águas de um rio ao nascerem. Oxum os encontrou, e eles sorriram para ela, derretendo o coração da Orixá, que passou a ser sua mãe e lhes deu os nomes: Taiwo e Kehinde. Os Ibejis simbolizam a continuidade da vida.

⁴ O diabo é uma figura maligna na mitologia cristã, oposta a Deus e associada ao tormento dos seguidores do cristianismo, judaísmo e islamismo. Sua origem remonta à religião persa, onde Arimã, o "príncipe das trevas", lutava contra Mazda, o "príncipe da luz". Também tem raízes no demônio hebraico, mencionado no Velho Testamento como colaborador de Deus. O Novo Testamento descreve intensas batalhas entre o Diabo e Deus. O diabo é geralmente representado com chifres, pele avermelhada, rabo e um tridente.

práticas afro-brasileiras, desmistificando estereótipos enraizados na sociedade. À medida que mergulhava nos estudos históricos, encontrei respostas que ajudaram a esclarecer as origens das representações religiosas e as *nuances* das interações culturais no contexto brasileiro. Essa jornada me impulsionou a explorar mais a fundo as riquezas culturais e espirituais dessas tradições, desafiando preconceitos e ampliando meu entendimento sobre a diversidade cultural de nossa sociedade.

Meu entendimento sobre a diversidade cultural de nossa sociedade foi ampliado. Minha jornada acadêmica durante a graduação foi influenciada por essas inquietações pessoais. Minha monografia concentrou-se em duas principais fontes de pesquisa: a Lei 10.639-03, que promove o ensino da história e cultura afro-brasileira nas disciplinas escolares, e filmes nacionais que retratam religiões afro-brasileiras. Meu objetivo principal era analisar detalhadamente a representação dos orixás em filmes de épocas diferentes, especialmente "Tenda dos Milagres" (1977) e "Besouro" (2009). Ambas as obras refletiam diferentes perspectivas, moldadas pelos contextos e preocupações de suas respectivas épocas, mas tinham a religião e os orixás como temas centrais.

Por meio desse estudo, pude desvendar como as representações cinematográficas das religiões afro-brasileiras evoluíram temporalmente, refletindo mudanças na sociedade brasileira e nas percepções culturais. Essa pesquisa me permitiu analisar mais profundamente as influências culturais, sociais e políticas que moldaram a maneira como essas religiões foram retratadas na mídia e como a Lei 10.639-03 impactou o ensino dessas tradições nas escolas. Essa jornada acadêmica não apenas contribuiu para meu próprio crescimento intelectual, mas também revisitou questões relevantes sobre representatividade e diversidade cultural no contexto brasileiro.

Após concluir minha graduação, minha pesquisa continuou a se aprofundar nas representações marginais, mas agora com foco em fontes históricas, como jornais, inquéritos policiais e processos criminais. Em 2018, durante uma visita à Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (UEPB), comecei a explorar os grandes encadernados azuis do Diário da Borborema, que cobriam o período de 1957 a 2012. Iniciei minha pesquisa com a edição de outubro de 1957 e dediquei vários meses ao estudo até o ano de 1967. Durante esse período, tornou-se evidente que as notícias relacionadas às religiões de matriz africana eram frequentemente encontradas nas páginas policiais, incluindo informações sobre celebrações. Por isso, procedi registrando todas as notícias pertinentes ao meu tema de pesquisa.

O exame dessas fontes revelou um panorama mais detalhado das interações entre as autoridades e as comunidades que praticavam essas religiões, bem como a maneira como eram

retratadas na imprensa local. À medida que avancei na pesquisa, fiquei impressionado com a quantidade de informações valiosas que os jornais antigos continham, fornecendo *insights* importantes sobre a evolução da relação entre a sociedade e as religiões afro-brasileiras ao longo das décadas. Esse trabalho me conduziu a uma compreensão mais profunda das complexas dinâmicas culturais e sociais envolvidas na representação dessas religiões no cenário local.

No início de 2019, uma série de notícias chamou minha atenção. Uma delas relatava que mulheres haviam dançando nuas em um terreiro na periferia de Campina Grande. No final dessa série de reportagens, que abrangeu oito matérias em dois meses, dois nomes se destacaram: "Maria de Rato" e "Maria Timbu". Tomei nota desses nomes e continuei minha pesquisa temporal, encontrando uma variedade de notícias sobre religiões afro-brasileiras e seus praticantes. Em 1971, "Maria Timbu" voltou a aparecer em uma reportagem de capa do jornal devido a um gesto que foi descrito como nobre, relacionado a um recém-nascido em uma situação específica. A pesquisa prosseguiu até o final de 1975, revelando que, entre 1971 e 1972, ela esteve envolvida em dois eventos que a levaram às autoridades policiais e judiciais.

Esses registros jornalísticos revelaram uma série de eventos e acontecimentos que cercavam as práticas religiosas das comunidades afro-brasileiras, muitas vezes interpretadas e retratadas de maneira sensacionalista pela imprensa. A trajetória de "Maria Timbu" e seu envolvimento com as autoridades demonstram as complexidades e desafios enfrentados pelos praticantes das religiões de matriz africana em meio a preconceitos e estereótipos arraigados na sociedade brasileira. Esses episódios também destacam a importância de uma análise histórica cuidadosa para compreender o contexto e os mecanismos que construíram representações e percepções em relação a essas religiões temporalmente.

A busca por fontes documentais abrangeu uma variedade de recursos, como o Jornal da Paraíba (que atuou de 1971 a 2016), representando uma fonte valiosa para a pesquisa até a suspensão de sua versão impressa. O acesso a esse material foi obtido com a ajuda de colegas historiadores, que gentilmente forneceram cópias de matérias publicadas entre 1971 e 1972, preservadas em cerca de 30 volumes encadernados do Jornal da Paraíba. Um desses volumes se destacou como uma referência essencial.

Essa colaboração entre historiadores demonstra a importância do compartilhamento de recursos e conhecimentos na construção do entendimento histórico. A análise das matérias do Jornal da Paraíba permitiu uma visão mais aprofundada das narrativas jornalísticas e dos eventos relacionados às religiões afro-brasileiras, destacando a relevância de se preservar e o acesso a fontes documentais para a pesquisa histórica.

Com o material jornalístico em mãos, o próximo passo foi a coleta de informações

detalhadas sobre os casos, suspeitos, familiares, possíveis testemunhas, endereços e outros dados relevantes. No entanto, tornou-se evidente que, para obter uma visão completa dos eventos, seria crucial encontrar os inquéritos policiais e processos judiciais relacionados. Estes documentos permitiriam acesso a informações e indivíduos que não estavam disponíveis nos jornais.

Alguns pesquisadores que mencionaram "Maria Timbu" em suas investigações anteriores destacaram as dificuldades em localizar os processos criminais relacionados a ela. Argumentaram que, com o tempo, muitos desses documentos se perderam, especialmente após o encerramento da Delegacia de Costumes.

A busca por esses documentos legais tornou-se um desafio adicional, sublinhando a importância da preservação e do acesso aos registros históricos, especialmente daqueles que lançam luz sobre aspectos da sociedade muitas vezes marginalizados ou negligenciados. Essa dificuldade ressalta a necessidade contínua de salvaguardar o patrimônio documental e histórico, garantindo que as futuras gerações tenham acesso a informações valiosas que possibilitam uma compreensão mais profunda de nossa história.

Dias foram dedicados à minuciosa revisão de cada matéria jornalística, na esperança de encontrar pistas relevantes que pudessem conduzir aos processos judiciais. Finalmente, um indício surgiu em uma pequena nota no Diário da Borborema de 1972. No entanto, o acesso aos processos criminais não foi imediato, pois em meados de 2020, ao solicitar acesso ao Arquivo Judicial do Fórum Affonso Campos de Campina Grande, a pesquisa enfrentou obstáculos devido à burocracia e à falta de pertencimento institucional.

Esse período de espera e desafios burocráticos sublinha as complexidades que os pesquisadores muitas vezes enfrentam ao tentar acessar fontes históricas. A busca pela compreensão dos eventos do passado com base nas evidências disponíveis exige não apenas paciência, mas também a superação de barreiras institucionais e burocráticas que podem dificultar o acesso aos registros fundamentais para a pesquisa. Essa experiência ressalta a necessidade de facilitar o acesso a documentos históricos, tornando-os mais acessíveis de modo a enriquecer o conhecimento sobre o passado.

Foi somente em agosto de 2021 que a pesquisa recebeu a autorização tão aguardada para acessar o Arquivo Judicial. Esse passo significativo foi possibilitado pela regularização institucional como aluno do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Essa regularização contou com a colaboração essencial do Professor Doutor Luciano Mendonça, do PPGH-UFCG, que havia conduzido pesquisas no local ao longo dos anos. Com sua ajuda diligente, uma reunião com o gerente do Fórum Affonso

Campos foi agendada, e finalmente, a pesquisa no Arquivo Judicial recebeu a tão aguardada autorização.

Essa conquista não apenas marcou um avanço significativo no processo de pesquisa, mas também destacou a importância da colaboração e do apoio entre colegas e instituições acadêmicas, demonstrando como a busca pelo conhecimento histórico muitas vezes depende da colaboração e do compromisso de múltiplas partes envolvidas.

O depósito judicial, situado na rua Paraíba, número 300, no bairro da Liberdade, tornou-se acessível. O responsável pelo depósito ofereceu orientações detalhadas sobre a organização do ambiente, os procedimentos a serem seguidos durante a pesquisa, os cuidados a serem observados e o que poderia ou não ser acessado. Tratava-se de um espaço vasto e complexo, repleto de milhares de caixas que continham uma variedade de categorias de processos, incluindo inventários e processos criminais. Cada categoria de processo demandava uma abordagem específica para sua localização e acesso.

A entrada nesse mundo de documentos jurídicos foi uma etapa crucial da pesquisa, exigindo paciência, meticulosidade e respeito pelas regras e protocolos de manuseio desses registros históricos. Cada caixa guardava potencialmente valiosas informações que, uma vez desvendadas, poderiam contribuir para uma compreensão mais profunda dos eventos passados.

Ao explorar o Arquivo Judicial em busca de informações sobre "Maria Timbu", deparamo-nos com desafios significativos que merecem destaque para orientar futuros pesquisadores. Em primeiro lugar, a organização dos processos no arquivo não segue uma lógica temporal consistente. Isso significa que muitas caixas não possuem identificação clara com dia, mês e ano dos processos nelas contidos. Em alguns casos, é possível encontrar essa informação, mas na maioria das caixas, a numeração segue uma ordem crescente simples. Ao abrir uma caixa, não há garantia de que os processos nela contidos estejam sequencialmente datados. Por exemplo, uma caixa numerada como "13" pode conter processos desde 01/01/1971 até 31/12/1971, enquanto a caixa "14" pode conter processos do ano de 1980. Portanto, a pesquisa neste arquivo judicial requer paciência e persistência.

Essa forma ou método de organização dos documentos judiciais acrescenta uma camada de complexidade à busca de informações históricas. Os pesquisadores são desafiados a navegar por esse emaranhado de caixas e processos, muitas vezes sem uma cronologia clara, o que torna a pesquisa uma tarefa minuciosa e demorada. A paciência e a determinação são essenciais para superar esses obstáculos e desvendar os registros históricos que podem lançar luz sobre o passado proposto em uma pesquisa.

Durante meses, dedicamos esforços à busca de pistas relacionadas a "Maria Timbu",

mas, inicialmente, não obtivemos sucesso. O arquivo judicial é extenso, com cinco grandes corredores dedicados às varas criminais, indo da 1ª à 6ª. Algumas varas não existem mais, mas deixaram para trás um vasto material. Um aspecto que chamou a atenção foi a conservação dos arquivos no local. Alguns processos estavam em processo de deterioração devido à umidade e à ação de traças.

Esse cenário realça os desafios que os pesquisadores enfrentam ao lidar com a preservação do patrimônio documental. A necessidade de proteger esses registros históricos contra danos e perdas torna-se evidente quando se depara com documentos que correm o risco de se desfazer com o tempo. O trabalho árduo de pesquisa não se limita apenas à localização de informações, mas também à preservação da própria história contida nos documentos, garantindo que ela possa ser estudada e apreciada por gerações futuras.

Armados com um nome, dedicamos 6 meses em busca do processo que poderia fornecer mais informações sobre "Maria Timbu". Diariamente, de maio até quase o final de setembro, realizamos buscas na esperança de encontrar algum indício. No entanto, o método de busca pelo processo a partir da data do crime e vara criminal não se mostrou útil. Decidimos modificar nossa estratégia de pesquisa, buscando então pelo nome de Edil José da Costa. Foi assim que finalmente conseguimos localizar o primeiro processo. Ele estava em uma caixa em estado de deterioração, envolvida por barbante de sisal para evitar que perdesse a forma. Essa caixa estava localizada no corredor destinado aos processos criminais da 3ª vara criminal. Curiosamente, após abrirmos a caixa, percebemos que o processo pertencia à 5ª vara criminal, e apenas na parte de baixo da caixa, após a abertura, encontramos a identificação do ano de 1972.

Essa jornada de pesquisa ilustra a tenacidade e a determinação necessárias para desvendar registros históricos significativos, muitas vezes escondidos sob camadas de desorganização e degradação. A busca pelo processo de "Maria Timbu" exigiu não apenas esforço e dedicação, mas também a capacidade de adaptar a estratégia de pesquisa quando as abordagens iniciais não produziam resultados. Essa conquista, finalmente, proporcionou um vislumbre das informações que poderiam contribuir para a compreensão de eventos passados e de uma figura histórica que havia permanecido nas sombras por tanto tempo.

Na página seguinte: na Figura 1, as fotografias para melhor ilustrar o ambiente do Arquivo Judicial do Fórum Affonso Campos.

Figura 1. Fotografias do depósito judicial (Fórum Affonso Campos).



Fonte: Arquivo judicial (Fórum Affonso Campos)

Capítulo I

1. DEPOIS DO CARNAVAL MAIS TRANQUILO DOS ÚLTIMOS ANOS, TRAGÉDIA

Dia 02 de março de 1972⁵, Favela⁶ da cachoeira⁷, região periférica de Campina Grande no estado da Paraíba, foi o palco de mais uma ação policial, não foi uma ocorrência qualquer, o *status* era de uma grande operação, para tal, foi organizado um esquema para prender uma catimbozeira que residia na localidade. Foram enviados à região policiais disfarçados como civis, após identificada a casa da suspeita a força policial opera sob estado de vigília do local, aguardando o momento oportuno para entrarem ação. No dia seguinte, às seis horas da noite, foram presos: “Maria Timbu”⁸ e seu marido; Antônio Filho, provocando a reação das filhas que protestavam contra a prisão dos pais, como resultado da manifestação, também foram detidas; Joelma e Francisca, filhas mais velhas e as duas menores foram entregues ao juizado de menores da cidade.

Os festejos de carnaval haviam se encerrado na quarta-feira de cinzas do dia 16 de fevereiro, no dia 17 foi estampado na capa do Diário da Borborema a seguinte chamada: Campina teve o carnaval mais tranquilo desses últimos anos. Outra nota trazia: Carnaval de rua teve animação e movimento; Clubes pequenos fizeram bom carnaval; AABB e Caçadores: Carnaval de Arromba. No dia 18 foram publicadas uma variedade de “fotos do maior carnaval do mundo” (Rio de Janeiro).

A alegria dos foliões contagiou o centro da cidade e os clubes particulares, o carnaval abre alas e invadiu lugares mais particulares e ao centro da cidade, a patuscada pode ter ramificado para as periferias, as edições do DBO não cita como se deu o festejo nessas localidades, porém em 20/02/1972 em uma localidade mais ao leste da cidade o clima foi outro: Um “corpinho” foi encontrado por populares na manhã daquele domingo, com tronco, membros superiores e inferiores imersos no Leito do Riacho de Januário próximo a uma “cachoeira,” a

⁵ Baseado em reportagem do Diário da Borborema (03/03/1972. DBO. CAPA e pág.5).

⁶ A origem do nome Favela está ligada a obra Os Sertões, do escritor fluminense Euclides da Cunha. A partir da década de 1920, o termo favela tornou-se associável a qualquer tipo de moradia que fosse construída de forma simples e precária. Com o passar dos anos a Favela era associada a problemas de toda ordem, e nos anos 90 surge o termo “comunidade” em contraponto da visão da favela, a comunidade seria formada por pessoas de qualidades morais, boa índole e trabalhadoras. Em nosso trabalho usaremos o termo favela unicamente para manter a coerência na escrita dos jornais da época que assim se referiam a estes lugares.

⁷ Foi conhecida também como maloca da Cachoeira.

⁸ Como já foi exposto, durante a pesquisa, nossos sentidos aguçaram-se com a intrigante presença do nome “Maria Timbu”. Como um detetive em busca de pistas, cada menção a esse enigma nos despertava uma curiosidade sobre a identidade desta enigmática figura. Convidamos, assim, os estimados leitores a compartilhar dessa intrigante busca por desvendar o enigma que envolve esta mulher. Nossa intenção, caros leitores, não é de modo algum reforçar estereótipos, mas sim apresentar a história dessa enigmática mulher que, aos poucos, se revelou de nossos olhos, como peças de um quebra-cabeça que se encaixam meticulosamente para revelar um retrato mais completo e intrigante.

Capítulo I

cabeça estava apoiada em uma pedra, a matéria de capa do jornal trazia algumas informações iniciais: “...foi encontrado morto, às primeiras horas de domingo por populares...foi abatido com cinco facadas na cabeça, estando o Crime envolto em mistério e poderá transforma-se em mais um dos "insolúveis". (Diário da Borborema, 20/02/1972, CAPA).

Sem ainda dispôr de pistas para identificar o autor ou autores deste revoltante crime, a polícia levantou duas hipóteses; 1 - o assassinato é de autoria de uma maniaco sexual; 2 - o crime foi praticado por "pivetes" durante uma briga. (Diário da Borborema, 20/02/1972, pág. 6).

Havia dúvidas em torno dessa morte, as primeiras hipóteses contidas na citação acima buscavam dar sentido na busca por algum padrão, porém a reportagem de capa do dia 20 realmente acertou em uma questão, mas qual questão será? Veremos isso mais adiante. Tomamos o ponto de vista do narrador, e o narrador (histórico) não é nem autor, nem espectador imediato da ação, porque ele aparece depois da ação e conhece o seu desfecho. Neste momento vamos nos dirigir a outro ponto da cidade, retomando o diada quarta-feira de cinzas, 16 de fevereiro.

Alguns dias antes da prisão de “Maria Timbu”, chegaram em Campina Grande, Antônio da Costa, Maria Anunciada da Costa e os três filhos do casal. A família era oriunda do Rio de Janeiro e veio para a cidade para visitar os familiares de Maria Anunciada, seus pais residiam na rua Chile, bairro do Monte Castelo, seria a primeira vez que Antônio da Costa e seus filhos conheceriam os pais da sua esposa. Entretanto, algo mudaria o *status* dessa viagem em família, e em 20 de fevereiro de 1972 a família Costa e Maria Timbu teriam suas vidas impactadas por um evento em comum, de formas diferentes.

Antes de adentrarmos nas questões que envolvem a prisão de “Maria Timbu” e chegada da família Costa em Campina grande, julgamos ser conveniente que inicialmente seja significativo apresentar inicialmente uma parte do caminho de “Maria Timbu” a partir de alguns episódios que ocorreram durante sua trajetória, os quais em determinados momentos atuou como coadjuvante e também protagonista de algumas matérias jornalísticas dos seguintes Jornais: Diário da Borborema (a partir do ano de 1967) e Jornal da Paraíba (ano de 1971)⁹, que sob sua ótica, davam conta de suas ações e comportamento, os quais afetaram a opinião pública, gerando relações e interpretações controversas de si na sociedade campinense da época.

⁹ Os anos 1967 e 1971 foram o período em que encontramos notícias relacionadas a “Maria Timbu” no desenrolar desta pesquisa.

Capítulo I

Pretendemos discutir no decorrer deste trabalho conceitos pejorativos utilizados nos meios de comunicação ao tratarem sobre “Maria Timbu”, são representações de uma Maria, de uma desumanizada “Maria Timbu, mas poderia ser de outras Marias que não essa, porém as delimitações de tempo e espaço nos permite neste momento tratar dos eventos da Maria em questão. Partimos então da perspectiva jornalística em 1967, seguindo os rastros que nos levou a Maria e as representações marginais.

Diante da máquina de escrever, observando as anotações coletadas nos últimos dias, o jornalista escreve o seu artigo policial, muitas vezes alguns casos chegam a ele após ocorrido, ele não é uma testemunha ocular, toma nota do que ouve das testemunhas, curiosos locais e das autoridades que atenderam a ocorrência, munido das informações colhidas, agora ele opta em tratar os casos de determinados ângulos, obedecendo às exigências editoriais, assim:

Nesse exercício, deve-se levar em conta os diferentes agentes sociais envolvidos na produção dos testemunhos, as motivações explícitas ou implícitas nessa produção e a especificidade das diferentes linguagens esuportes através dos quais se expressam. (CRUZ, PEIXOTO. 2007. Pág. 255).

A realidade de “Maria Timbu” aqui analisada através das representações construídas inicialmente pela ótica do jornalista, é uma realidade povoada de múltiplos sentidos, e esses múltiplos sentidos não são neutros. Porém, segundo Chartier (1990) há práticas sociais que não podem ser reduzidas a “representações”, já que elas são portadoras de uma lógica autônoma. Esse é um conceito importante em Chartier, a possibilidade de deslocar-se entre o discurso e o fato, ou seja, entre o que se deseja representar (escrita jornalística) e a experiência que se vivencia (“Maria Timbu” e a prática de uma religião afro-brasileira, a partir disso a ideia de considerar as representações enquanto portadoras de diferentes sentidos.

As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendem a impor uma autoridade, uma deferência e, mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto lutas econômicas; são tão decisivos quanto aos meios imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17).

Sob a ótica da História cultural, de acordo com Chartier, nosso ofício “é identificar o modo como em diferentes tempos e espaços uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”. (CHARTIER, 1990). A construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder

Capítulo I

de classificar e de nomear e influenciar sujeitos a partir de mecanismos (no nosso caso os jornais), do outro lado há a representação, que cada comunidade produz de si mesma. (Chartier, 1990, p: 73), esta representação de si, será explorada em outro capítulo a partir da análise e debate da fonte judicial.

A matérias jornalísticas aqui abordadas não são apresentadas como um recurso em que se confirme nossos objetivos, tão poucos uma negativa destes, os jornais enquanto fonte histórica servem a pesquisa como um relato ou recorte de um determinado tempo, o qual pretendia ser fonte de uma verdade, o jornalista como aquele que descrevia os fatos. segundo Barros (2019) os impressos são “Fontes realista” não por serem realmente o transmissor da realidade/verdade, mas por pretenderem que os textos que são escritos cumpram o objetivo, que é das pessoas que os leem, acreditem que ele faz uma transcrição fiel de uma dada realidade. Não que eles efetivamente falassem, porém, aquele que escreve tem a pretensão que sua escrita seja compreendida como real por parte de quem lê, ao escrever o autor visa o leitor e quer cooptá-lo e envolvê-lo. Helena Capelato e Maria Ligia Prado alertam que:

...A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere” (CAPELATO e PRADO 1974.pág 118).

Dando continuidade à discussão acreditamos que os jornais não são aqui um recurso no qual se busca confirmar ou negar hipóteses, com as demais fontes desta pesquisa serão interrogados, analisados e confrontados, posto lado a lado quando convergem em suas temporalidades. Para dar seguimento, parte-se do seguinte procedimento, primeiramente, discutir a composição dos jornais impressos: fundação, fundadores, localização, modelo de tiragem e finalidades, no caso dessa pesquisa é um método importante por tratamos do período que se refere aos anos de chumbo no Brasil (1964 - 1985), a premissa ideológica nos ajuda a compreender a perseguição aos cultos afros, mesmo com a lei dos cultos afros aprovadas em 1966, é importante lembrar que das religiões afro-brasileiras, a Umbanda foi, segundo Cumino (2010), a religião que menos sofreu com as batidas policiais, pois de acordo com ele, quanto mais africanizado a religião, maior era a perseguição, os jornais eram também reflexo deste período, pois poderiam se colocar contra ou a favor de tais práticas.

O DBO na maior parte das reportagens analisadas destinava umas poucas notas ao se referir a festas nos terreiros campinenses, o Jornal da Paraíba nos cadernos investigados (cerca

Capítulo I

de 30, porém nem todos encontram-se reportagens sobre religiões afros) possui um discurso voltado para uma representação pejorativa de praticantes das religiões afro-brasileiras, neste caso “Maria Timbu”. A seguir, um pouco de informação sobre o DBO e o Jornal da Paraíba e as impressões quanto a suas finalidades durante os anos 60 e final 70 aqui pesquisado, assim, os editoriais de ambos nos dão alguma pista quanto sua ideologia? pois: "A posição física de uma determinada matéria jornalística, que geralmente nada tem de gratuito, já nos diz muito sobre sua valorização e visibilidade” (BARROS. 2019. pág. 192).

O Diário da Borborema pertencia ao Diários Associados que circulava na cidade de Campina Grande, o jornal não se resumia a notícias locais, ele ultrapassava as fronteiras do estado e fornecia informações nacionais e internacionais para os paraibanos. O DBO foi fundado no dia 2 de outubro de 1957 pelo magnata das comunicações Assis Chateaubriand¹⁰, natural da cidade de Umbuzeiro-PB. Sua primeira edição contou com seis cadernos e sua antiga sede localizada na Rua Venâncio Neiva em Campina Grande. O Jornal da Paraíba foi fundado em 5 de setembro de 1971 e faz parte do grupo da Rede Paraíba de Comunicação, responsável também pela TV Cabo Branco e pela TV Paraíba, ambas afiliadas da Rede Globo. Era um jornal matutino de circulação diária.

A composição física desses jornais se deu da seguinte forma: A capa do jornal apresentava a manchete; ou seja, o título principal da notícia mais importante do jornal, escrita em letras grandes e destacadas, também possuíam espaços para publicidade. A chamada é a forma de dar maior destaque a determinadas matérias (neste trabalho a página policial). página 2 e 3; dedicado a notícias no âmbito nacional. Página 4 destacava o desporto, principalmente o futebol do estado. Página 5; resumos e narrativas policiais. Página 6; questões referentes ao estado: educação, trabalho e obras dos governos estadual e federal. Página 7; dedicada a Coluna social, horóscopo, cultura: cinema, teatro, bailes, etc. página 8: política campinense e demais cidades do estado. Esta organização do Diário da Borborema pode ser percebida a partir dos anos 1960, e se mantém assim com poucas alterações até o fim do ano de 1975 (período da nossa pesquisa).

O Jornal não é um mero "veículo de informação”, ele não fornece aos leitores conteúdos neutros e muito menos desinteressados, o fato é que o jornal sustenta posições (o período ditatorial escancarou esta prática em alguns folhetins), como também pretende zelar por seus

¹⁰ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello ou Chatô: foi um magnata das comunicações no Brasil entre o final dos anos 1930 e início dos anos 1960, dono dos Diários Associados, que foi o maior conglomerado de mídia da América Latina, que em seu auge contou com mais de cem jornais, emissoras de rádio e TV, revistas e agência telegráfica.

Capítulo I

leitores, mantendo-os fiéis, daí os mais variados tipos de informações inseridos nas sessões dos cadernos jornalísticos.

Não sendo um agente neutro na sociedade, é na organização editorial que se evidencia seu objetivo, atender às demandas de determinados grupos sociais, muitas vezes coloca-se como porta-voz deste grupo, ao atuar para esse determinado consumidor espera-se um retorno financeiro que permitirá a gazeta perpetuar-se e quem sabe adquirir novos leitores e novas publicidades, porque "...um jornal relaciona-se com seu público e com os seus leitores possíveis..." (BARROS. 2011. Pág. 178).

Em 1967 os meios de comunicação estavam submetidos pelo controle estatal, a opinião pública, agora tutelada pelo regime civil-militar que chegou ao poder por meio do golpe de estado desferido em 1964 contra o então presidente João Goulart (Jango).

Com o passar dos anos, em meio a constatações o regime foi recrudescendo cada vez mais qualquer possibilidade de manifestação, os meios de comunicação eram uma força perigosa, poderiam colaborar ou minar seu projeto ditatorial de governo. Alguns meses antes de “Maria Timbu” aparecer pela primeira vez nas páginas do Diário da Borborema, em 14 de março de 1967 entrou em vigor Lei de Imprensa, instituída durante o governo de Artur da Costa e Silva, sancionada com a intenção de aumentar controle das informações veiculadas pela imprensa nacional, a censura passaria atuar fortemente nas redações, controlando o que poderia ou não ser publicado pelos meios de comunicações. A lei de imprensa previa severas punições a jornalistas e empresas de comunicação que não se adequassem às novas regras estabelecidas/imposições.

Sob a justificativa de combate a ameaça comunista, pregado com ímpeto em oposição a Jânio Quadros e João Goulart (acusados de aproximação com países comunistas como URSS, Cuba e China), esse pensamento político-ideológico movido pelo conflito entre EUA e URSS respectivamente no período denominado de guerra fria se tornaram líderes do bloco capitalista e do bloco socialista, esse contexto é fundamental para se compreender a censura imposta durante o regime militar.

Nos primeiros dias de instalação da ditadura, a título de exemplo, o jornal Estado de São Paulo, nos primeiros dias de abril de 1964, já desmontava que o discurso do comunismo enquanto perigo já apavorava e se tornava parte do imaginário não só da população local como em todo o Brasil daquela época: “[...] Enquanto não se concluir a erradicação do comunismo, não se poderá dizer que tenhamos voltado à normalidade legal e à tranquilidade e a segurança da vida democrática. [...]” (O Estado de São Paulo, 4/4/64, pág.3 apud PAES, 1995, pág. 34).

Capítulo I

Em meio a este controle promovido pela ditadura militar, notícias sensacionalistas ganham espaço nos jornais: crimes nos mais variados níveis, acidentes, mortes, batidas policiais, etc. tudo servido “À la carte”, percebe-se isso ao analisarmos alguns títulos de reportagens: "'Espíritos' baixam na Delegacia de CG" (14/01/1967. DBO. pág.3); "Espírito tarado baixou no terreiro do Expedito (16/03/1968. DBO. pág.5); "Fera da Gameleira Liquida e Enterra Cinco Filhos no Distrito de Alcantil" (16/04/1972. DBO. CAPA); "FAZEDORA DE ANJOS VAI DEPOR SOBRE A MORTE DA LAVADEIRA" (08/03/1972. DBO. CAPA); "CONVIDOU CUNHADA PARA ENTERRO E MATOU-SE COM TIRO NO OUVIDO" (04/03/1972. DBO.CAPA); "ESPIRITAS RESSUCITAM ACRICULTOR NO QUARENTA" (14/09/1974. DBO. CAPA); "Matou a mulher para cumprir um pacto feito com o diabo" (06/12/1973. DBO. pág.5); "Doméstica diz que sua vizinha é bruxa" (02/02/1974. DBO. pág. 5). Pode-se notar que o título das reportagens de capa, era apresentado em caixa alta, para destacar a notícia, porém isso não se aplicava a todas.

É nesse contexto que nos deparamos com “Maria Timbu” em 13/05/1967, ela nos será apresentada indiretamente por outra mulher, a qual foi identificada pelo jornal como “Maria de Rato”, a matéria que nos ajuda a revelar um pouco de “Maria Timbu” (ela ainda não é citada no texto, mas o episódio nos guia até ela) é intitulada como: Nudismo é no xangô de “Maria de rato”, o texto jornalístico relata o seguinte evento:

O sargento Barbosa...apresentou prêsna na Delegacia de Costumes a mulher Maria de Nazaré Gomes da Silva, de 18 anos de idade... residente na favela da Cachoeira... pelo fato de haver dançado completamente despida em um xangô ali existente... pertencente a uma macumbeira conhecida por "Mariade Rato"(Diário da Borborema, 13/05/1967, p.5).

O DBO relata que ao todo foram duas mulheres que dançaram nuas não somente no terreiro como também na rua depois de ambas embriagarem-se com cachaça. Como o caso foi parar na delegacia e no jornal, a responsável pelo terreiro se dirigiu a ambos locais, delegacia e DBO para esclarecer os fatos, como resultado no dia seguinte o leitor se depara com o seguinte título na página de número 5 do jornal: Nudismo é no terreiro de “Maria Timbu”, é nesta matéria que somos apresentados a nossa personagem, a descrição feita pelo texto jornalístico é uma correção relacionada a localidade e proprietária do terreiro:

Ontem a reportagem foi procurada pela domestica Maria do Carmo da Silva proprietária do "Centro" conhecido como xangô de "Maria de Rato"...localizado na favela da Cachoeira... "Maria de Rato" nos procurou paraesclarecer que as cenas de nudismo verificadas... não foram no seu xangô, massim no da "Maria Timbu", que fica vizinho... para comprovar suas afirmativas,"Maria de Rato" trouxe... a mulher Maria

Capítulo I

Otilia da Conceição que foi uma das "filhas de terreiro" que praticaram "strep-tease"... Maria Otilia confirmou a versão da xangozeira... fez questão de frizar que as cenas de nudismo... foram no "terreiro" de "Maria Timbu" (Diário da Borborema, 14/05/1967, pág.5).

Após ter sido esclarecido a cena de nudismo por Maria do Carmo, a atenção do caso se volta agora para sua vizinha da Cachoeira, "Maria Timbu", é possível acompanhar o desenrolar no encadernado de 16/05/1967 que tem o seguinte título: Xangô de "Maria Timbu" fechado pela federação. Segundo Cícero Tomé vice-presidente da federação dos cultos afros da Paraíba em depoimento ao DBO o terreiro de "Timbu" estava em desacordo com as normas da lei 3.443 que entrou em vigor durante o governo de João Agripino (1966 — 1971) no início de seu mandato como governador da Paraíba. Essa lei regulamenta a prática dos cultos afros no estado.

Ainda que o culto às religiões afro-ameríndias estivesse presente na Paraíba desde o período escravista, somente na metade do século XX, essa prática foi institucionalizada na forma de uma entidade organizadora, A Federação dos Cultos Africanos do Estado da Paraíba, destinada a regulamentar a prática da religião no estado a partir da Lei nº. 3.443, com o advento da lei acreditava-se em uma maior liberdade de culto e que as batidas policiais e as perseguições chegariam ao fim, mas não foi assim que ocorreu, segundo Santana:

A lei nº. 3.443, de 6 de novembro de 1966, foi motivo de grande contentamento para os praticantes das religiões afro-ameríndias. No entanto, essa liberdade que tanto se festejou, mostrou-se uma forma de controle sobre os terreiros. Tal liberdade trazia dispositivos para controlar e regulamentar as realizações dos cultos. (SANTANA. 2019 Pag. 54).

A luta pela liberdade religiosa no Brasil possui um longo histórico, marcado por eventos significativos que culminaram na criação de leis tanto em âmbito nacional quanto estadual. Na Paraíba, as raízes do culto às religiões afro-ameríndias remontam ao período escravista, mas somente na década de 1960 essa prática foi oficialmente reconhecida e regulamentada pela Lei nº. 3.443, de 6 de novembro de 1966, que estabeleceu a Federação dos Cultos Africanos do Estado da Paraíba. A expectativa era de que essa legislação trouxesse maior liberdade para o culto, encerrando as batidas policiais e perseguições. No entanto, conforme observado por Santana (2019), a liberdade instituída revelou-se, paradoxalmente, um mecanismo de controle sobre os terreiros.

Antes desse marco na Paraíba, em 1946, o escritor baiano Jorge Amado desempenhou um papel crucial no cenário político brasileiro ao assumir o cargo de deputado federal pelo estado de São Paulo. Nesse período, ele liderou uma batalha para aprovar a Lei de Liberdade

Capítulo I

Religiosa, abrangendo diversos segmentos religiosos, incluindo o candomblé. Essa legislação foi vital dada a discriminação e perseguições enfrentadas por grupos religiosos não católicos na época.

A Constituição de 1946 já proclamava a separação entre Estado e Igreja, mas essa separação não era devidamente respeitada, especialmente em relação à Igreja Católica Romana. A Lei de Liberdade Religiosa reforçou essa separação, assegurando que nenhuma religião gozasse de privilégios perante o Estado. Além disso, a legislação teve com pressuposto proteger as religiões populares de origem africana, reconhecendo sua importância cultural e espiritual, conforme destacado por Jorge Amado:

As demais religiões, cristãs ou não, comiam o pão que o diabo amassou. Para as apelações protestantes, as tendas espíritas, os cultos populares de origem africana restavam a discriminação, as restrições de todo tipo, a perseguição policial... Se protestantes e espíritas passavam maus pedaços, das religiões afro-brasileiras nem falar. Desde mocinho, rapazola cursando a vida popular baiana, inclusive nas casas-de-santo, nos terreiros de candomblé, com Edison Carneiro, Artur Ramos¹¹, Aydano do Couto Ferraz¹², foi-me dado testemunhar a violência desmedida com que os poderes do Estado e da Igreja tentaram aniquilar os valores culturais provenientes de África. Buscavam exterminar tradições, costumes, línguas tribais, os deuses, eliminar por completo as crenças da gente mais pobre e mais sofrida. (AMADO, 2012. Pág. 64/65).

A aprovação da lei nacional em 1946 buscava eliminar as perseguições religiosas, permitindo a coexistência pacífica das diversas crenças. Templos religiosos não católicos, antes alvo de saques e incêndios, passaram a desfrutar de um ambiente mais tolerante e inclusivo. Se considerarmos que em 1966, na Paraíba, ainda foi necessária a criação de uma lei específica de liberdade religiosa, pode-se questionar a eficácia total da legislação nacional de 1946 nesse contexto.

A criação de uma lei estadual em 1966 na Paraíba sugere que, apesar da legislação nacional de 1946, ainda havia desafios e obstáculos para a plena garantia da liberdade religiosa, especialmente em níveis locais. Portanto, a lei nacional de 1946 representou um avanço significativo, mas não foi totalmente eficaz na eliminação de práticas discriminatórias em todos os estados brasileiros.

As batidas policiais continuaram acontecendo sob alegação dos terreiros estarem em desacordo com a ordem pública, não seguido os requisitos da lei, dentre as alegações estão principalmente o barulho promovido, dentro deles, com o som dos tambores e cânticos, assim como também o horário em que ocorriam os cultos que ocorriam noite adentro. Como já foi

¹¹ Artur Ramos (1903/1954), antropólogo.

¹² Aydano do Couto Ferraz (1914/ 1989), jornalista.

Capítulo I

citado, recorria-se a uma antiga tática, para que não fossem incomodados pelas perseguições policiais e punições por parte da Federação, em várias localidades da cidade os praticantes do culto afro-brasileiros se embrenharam nas matas para não serem incomodados. Em Campina Grande, nos anos 1960, o local onde ficava a Favela da Cachoeira era um desses locais afastados, longe dos olhos e ouvidos da polícia, da elite local que se sentiam ameaçados pelos batuques e “feitiços” de “xangozeiros”.

O invisível às vezes torna-se visível, no caso de “Maria Timbu” quando chamam atenção para si, ao se ver envolvida em um caso de atentado ao pudor, será punida pela Federação dos Cultos Africanos do Estado da Paraíba. Assim, em virtude do fechamento do seu terreiro “Maria Timbu” em alguns dias depois, em 20/05/1967, voltará a estampar a página 5 do DBO, agora intimada por tentar agredir Maria do Carmo (Maria de Rato) por considerá-la culpada pelo fechamento do seu terreiro, foi contida por pessoas que se encontravam no local, a vítima seguiu para a delegacia de costumes e prestou queixa contra “Maria Timbu”, que intimada, viu-se obrigada a apresentar-se a autoridade policial de plantão para prestar esclarecimentos.

Chama atenção o título da reportagem sobre a tentativa de agressão: “*Xangozeira volta à presença da autoridade policial*”, “Maria Timbu” é identificada pelo título da matéria como “xangozeira” um termo usado de forma pejorativa para identificar uma mulher que pratica um credo que ao que parece o jornalista não conseguiu identificar. Dando seguimento a reportagem, outra passagem requer atenção: “...a xangozeira foi novamente convidada a comparecer perante as autoridades policiais, que lhe aplicaram o devido corretivo”(Diário da Borborema, 20/05/1967. pág. 5).

Na página subsequente, a Figura 2 retrata "Maria Timbu" com sua cabeça envolta por um lenço, vestindo uma saia estampada e um vestido branco sem mangas, elementos que remetem às tradições das religiões afro-brasileiras. A indumentária sugere uma possível conexão com práticas religiosas, dado que muitos adeptos dessas crenças utilizam vestes similares em rituais e cerimônias.

No entanto, é crucial notar que a qualidade da fotografia impede uma análise mais detalhada e conclusiva sobre a natureza exata da vestimenta e sua relação com tradições específicas. As religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, frequentemente incorporam elementos simbólicos e estilísticos em suas vestimentas, mas a ambiguidade presente na imagem ressalta a limitação imposta pela qualidade do registro visual.

A figura de "Maria Timbu" suscita questionamentos intrigantes sobre a possível presença de aspectos religiosos em sua vestimenta, embora a falta de clareza na imagem

Capítulo I

destaque a importância de abordagens cautelosas ao interpretar elementos culturais e religiosos em fotografias antigas.

Figura 2. Maria Timbu



Fonte: Diário da Borborema (1967)

Convidamos o leitor a refletir sobre a condição em que foi captada a fotografia que encontra-se nesta página (Figura 2 - Maria Timbu), primeiro é importante salientar que esta foto foi colocado bem ao lado do texto em que o jornalista nos informa que: "Voltou a presença policial" ao posicionar esta imagem ao lado do texto, estabeleceu-se uma relação entre ambas fontes, a imagem também se torna texto e passa a ser objeto de leitura e julgamento por parte dos leitores, que, a luz do olhar do Fotojornalista somado ao texto escrito, a figura da mulher exposta, produz uma representação de alguém que simplesmente age movida pela fúria, foi capaz de tentar contra a integridade física de outra pessoa, que faz parte do seu convívio, na fotografia, a postura de Maria pode induzir o leitor a várias interpretações: raiva, submissão, inquietude, reprovação da atitude do fotógrafo em captá-la, ou contrariedade, não só por estar

Capítulo I

mais uma vez diante da autoridade policial, mas também por ter seu centro religioso fechado pela federação dos cultos afros da Paraíba, representado em Campina Grande pela figura de Cicero Tomé, que a acusou-a de não se enquadrar nas normas exigidas segundo a federação, "Maria Timbu" talvez se viu impossibilitada de reabrir seu terreiro, pois não estaria amparada pela lei, portanto ao que parece este foi o fim do "xangô" de "Maria Timbu". "As iniciativas repressoras foram importantes para a constituição e para a expansão das religiões afro-brasileiras" Maggie (1992) por tanto as iniciativas repressoras não apenas moldaram as condições iniciais dessas religiões, mas também desempenharam um papel paradoxal na sua expansão, tornando-as, de certa forma, mais resilientes e atraentes para uma audiência mais ampla. Isso destaca a complexidade das interações entre poder, resistência e a formação das religiões afro-brasileiras, oferecendo uma perspectiva mais abrangente sobre a influência das dinâmicas sociais e históricas na construção dessas tradições religiosas.

Em meio às dificuldades para praticar as religiões de origem africana e afro-brasileira, não faltavam estratégias para enfrentar as táticas de ordem estabelecidas pelos grupos dominantes. No período colonial o sincretismo religioso foi uma forma de manter viva o culto aos orixás, onde determinadas características de alguns santos católicos eram associadas a uma divindade iorubana¹³, jeje¹⁴, etc.

O sincretismo religioso foi primaz para a sobrevivência do culto aos orixás, mas a um custo, que foi reduzir os deuses a categoria de santos, assim, Oxalá foi associado à figura de Jesus Cristo, Ogum a São Jorge, Oxóssi a São Sebastião, Xangô a São Pedro ou São Jerônimo, Iansã a Santa Bárbara, Iemanjá converteu-se em Nossa Senhora dos Navegantes. Outros orixás estão presentes no sincretismo, porém, optamos em citar estes deuses somente a título de exemplo, pois a mitologia dos orixás não é parte inerente nesta pesquisa.

Outro deus se faz necessário citar para exemplificar o problema gerado pelo sincretismo, Exu o deus mensageiro, responsável pela comunicação entre os outros deuses e fiéis, assim no culto a divindades nada se faz sem ele e sem que a ele seja feito ebós (oferendas) antes de qualquer outro orixá. Exu possui ambivalências onde a relação de bem ou mal não se distingue para esse deus, o bem ou mal se dá a partir do fiel que o experiencia, essa dualidade fez com que Exu fosse associado ao diabo por missionários cristãos que visitaram a parte ocidental do

¹³ Os Iorubás são um dos maiores grupos étnicos da África Ocidental, com uma população de mais de 30 milhões de pessoas. engloba os atuais países da Nigéria, Benin, Togo, Gana e Serra Leoa. O termo Iorubá é, na verdade, um termo genérico, aplicado a diversas populações que estão ligadas entre si por uma mesmahistória e cultura.

¹⁴ Jejes são um povo africano que habita o Togo, Gana, Benim (antigo Daomé) e regiões vizinhas, representado, no contingente de escravos trazidos para o Brasil, pelos povos denominados fons, minas, fantes e axantes.

Capítulo I

continente africano, munidos por uma visão maniqueísta¹⁵ de bem e mal, não conseguiam conceber nas mitologias dos orixás uma divindade que não contemplasse somente um desses adjetivos, segundo PRANDI:

Além de se ver chamado pelos nomes do diabo ocidental em suas múltiplas versões, Exu foi compelido a compartilhar com os demônios suas missões especializadas no ofício do mal, tudo, evidentemente, numa perspectiva essencialmente cristã. A maldição imposta a Exu na África por missionários e viajantes cristãos desde o século XVIII foi sendo completada no Brasil nos séculos XIX e XX. (PRANDI, 2002, pág. 54).

No século XX tempo deste nosso, não só Exu foi associado ao diabo ao “mal”, mas toda e qualquer prática que envolvesse o som de tambores, possessões por parte de: deuses, caboclos, espíritos e pretos velhos. É importante a compreensão da questão em que orixás foram associados ao mal, pois em 1972 um fato precisará desta visão cristã referente a estas divindades africanas e seus fiéis, para compreender a trama em que “Maria Timbu” estará implicada.

Além do sincretismo, outra estratégia do período colonial era a realização de cultos noturnos em locais mais distantes, longe dos olhos do senhor escravista e dos feitores, esta estratégia que se perpetuou e tornou-se parte da tradição de terreiro (debateremos esta estratégia ao debater mais adiante as batidas policiais em Campina Grande). ao migrarem para as cidades estas pessoas buscam locais mais afastados do centro da cidade, mantendo a tradição, então dirigiram-se para zona periférica das cidades, distantes do agitado centro da cidade frequentado em maior parte por uma elite branca e cristã.

A localização geográfica da Favela da Cachoeira talvez tenha favorecido o estabelecimento dos terreiros de “Maria Timbu” e “Rato”, que mesmo distante do centro e bairros nobres da cidade, viram na sua vizinhança surgir as denúncias que as implicaram diante da polícia e jornal. Vizinhos que provavelmente não comungavam com tal prática religiosa e para uma destas mulheres a consequência foi o fechamento do seu terreiro pela Federação dos Cultos Afros da Paraíba.

Ainda sobre a reportagem de 20/05/1967 nos chamou atenção as seguintes palavras: “Devido corretivo”, o que a reportagem pretende nos informar quanto a esta suposta medida? Não fica claro na matéria a que tipo de procedimento disciplinar o jornalista se refere, esta passagem leva a uma variedade de interpretações, mas nada que possa ser afirmada de forma convicta: uma punição verbal? ser fichada mais uma vez pela infração cometida? ou esse “devido corretivo” seria de fato destinado a algum tipo de castigo físico?

A falta de clareza do jornalista, seja ela intencional ou não, não deixa pistas que nos

¹⁵ O Maniqueísmo é uma filosofia religiosa fundada pelo profeta persa Mani, consiste numa concepção do mundo fundamentada em uma dualidade básica entre opostos inconciliáveis: luz e trevas; bem e mal.

Capítulo I

leve a alguma conclusão sobre esta questão, porém é uma passagem que não podemos deixar de expor aqui neste trabalho. Podemos afirmar que “Maria Timbu” se verá envolvida em outros eventos nas páginas dos Jornais no decorrer dos anos, e sua personalidade representada pela máquina de escrever do jornalista somada a algumas fotografias reforçará conceitos pejorativos, medieval, e resquícios do período colonial.

Em razão da cena de nudez promovida na favela pelas duas mulheres, ocorreu o fechamento do terreiro de “Maria Timbu” e um aumento do rigor fiscal tanto da federação quanto da polícia com relação a outros terreiros. Além disso, a federação dos Cultos afros precisava dar alguma resposta a sociedade através do jornal e demonstrar que somente funcionaria na cidade os templos que estivessem enquadrados nos requisitos da lei.

Em algumas reportagens que se sucederam à época fica visível essa atuação mais rígida da federação, as matérias foram as seguintes: “Xangôs estão desrespeitando a Lei” (01/06/1967); “Tomé explica situação dos xangôs de CG” (04/06/1967); “Mais um terreiro em CG” (08/06/1967). “Faltosos serão fechados” (15/06/1967). As citações referentes as notícias do diário da Borborema e respectivas imagens dos jornais (Figura 3) dos referidos períodos reportados acima, são apresentadas a seguir:

- ✓ "Recebemos nos últimos dias duas denúncias de xangôs que estariam perturbando o sossego público, proporcionando cenas que deveriam ser apuradas pela delegacia de costumes..." (Figura 3a).
- ✓ "...Vice-presidente da Federação de Cultos Africanos do Estado da Paraíba...Cicero tomé é o representante daquela Federação em Campina Grande e sua visita à redação, prendeu-se a algumas denúncias formuladas pela imprensa, contra o Funcionamento irregular de certos "terreiros" localizados nesta cidade" (Figura 3b).
- ✓ "Mais um terreiro espírita de Umbanda, teve sua regularização feita na Capital do Estado, através da seção campinense da Federação de Cultos Africanos da Paraíba" (Figura 3c).
- ✓ "A reportagem foi procurada pelo babalaórixá Cícero Tomé...a fim de esclarecer de público através da imprensa, que o prazo definitivo para a regularização de todos os "terreiros" de xangôs e Candomblés desta cidade terminará impreterivelmente no próximo dia 20" (Figura 3d).

Capítulo I

Figura 3. Notícias sobre fechamentos de terreiros, publicadas em: (a) 01/06/1967, (b) 04/06/1967, (c) 08/06/1967 e (d) 15/06/1967.



Fonte: Diário da Borborema (1967)

Como pode ser observado nas passagens acima citadas, podemos perceber que entre 13/05 e 18/06 de 1967 no DBO houve 8 reportagens, da “cena” de nudismo ao aumento do rigor fiscal contra os terreiros que agora deveriam se alinhar aos requisitos da lei instituída, aos que não se moldarem restava o recurso de se tornarem fiéis frequentadores de outros terreiros,

Capítulo I

ou praticar seu credo como Ialorixá¹⁶ (mãe de santo) ou babalorixás (pai de santo) de forma clandestina, assumindo o risco de se verem mais uma vez diante da patrulha policial que os conduzirá diante da autoridade competente para fichá-los mais uma vez.

1.1 Cachoeira: De zoológico para um bairro “infecto” - Das ocupações no centro para a periferia da cidade

O leitor deve estar impaciente quanto ao caso do corpo no leito do riacho de Januário, a prisão de “Maria Timbu” e a chegada da família Costa em Campina Grande naquela quarta-feira de cinzas de 1972, porém estes acontecimentos se dão em uma localidade, e se faz necessário apresentar a vocês este local, entender como se deu a formação desse espaço composto por pessoas oriundos de várias localidades do estado, que migraram motivados por eventos naturais. Então, sigamos para a Favela da Cachoeira.

A favela¹⁷ da Cachoeira ficava localizada na zona leste de Campina Grande em um terreno irregular com ruas cheias de ladeiras, hoje não existe mais, seus moradores foram realocados em outra localidade da cidade, sob uma nova identidade: Bairro da Glória, a Cachoeira então faz parte da memória de seus antigos moradores, transferidos para outro o lugar e com uma nova identificação.

É preciso refletir um pouco sobre a formação das favelas no Brasil, não a partir da sua epistemologia, mas a partir dos sujeitos que a elas foram destinados, pessoas pobres de toda e qualquer origem. A abolição de 1888 não contemplou os ex-escravos, a liberdade não se deu seguidamente de um status de cidadania brasileira, muitos nascidos no país não eram, portanto, nem brasileiros, tão pouco africanos. Estes homens e mulheres negros se viram invisibilizados e a herança escravista se fazia presente, pois, como pessoas livres estas pessoas não conseguiam qualquer forma de ocupação formal, a preferência na época era dada a estrangeiros de origem europeia, buscava-se embranquecer a sociedade brasileira, ou seja, o Brasil idealizado era branco e cristão. Fora desses moldes restava viver a margem em zonas periféricas.

Os milhares de negros e negras ex-escravizados (as) que moravam nopaís, foram obrigados a ocuparem espaços impróprios para moradia, pois não possuíam

¹⁶ É a sacerdotisa de um terreiro, seja ele de Candomblé, Umbanda ou Quimbanda. Responsável pela condução e transmissão dos segredos e ensinamentos da tradição dos cultos (nos casos sincréticos o conceito de santo faz sentido) já (em iorubá: iyáloriṣa) a tradução direta fica: Mãe do deus ou da deusa, já que o orixá é uma divindade. O conceito se aplica ao Babalorixá também.

¹⁷ Favela é o conjunto de habitações populares precariamente construídas e desprovidas de infraestrutura (rede de esgoto, de abastecimento de água, de energia, de posto de saúde, de coleta de lixo, de escolas, de transporte coletivo, etc.).

Capítulo I

abrigo, como encostas de morros e margens de rios e lagoas, dando início assim as favelas e comunidades desassistidas pelo Poder Público (COSTA e AZEVEDO. 2016. Pág. 152).

A favela era um lugar destinado aos indesejados, pobres, imigrantes, pedintes, trabalhadores braçais, etc. A dentro as táticas de controle pelo poder local que representava as elites citamos como exemplo aqui a tática geográfica, as favelas vão surgir nas periferias das cidades localizado o mais distante possível do centro e dos bairros nobres (isso muda com o passar dos anos, com o crescimento das cidades e populacional, favelas e bairros “nobres” se avizinham). Como veremos a seguir, este será o caso de Campina Grande em relação ao crescimento do número de pessoas ocupando várias áreas do centro da cidade nos anos 50.

Os moradores da cachoeira saíram de lá, mas a mantiveram em suas memórias como logo veremos. Durante a pesquisa observamos que há duas versões quanto a formação da Cachoeira, uma data de 1959 e outra 1964, a primeira hipótese foi feita pela historiadora Hilmária Xavier, e a segunda obtemos ao verificarmos uma reportagem do Diário da Borborema de 1973 na página seguinte (Figura 4).

Em sua pesquisa sobre a favela, Xavier constata em suas entrevistas com antigos moradores que a fundação da favela se deu 1959, a partir da ocupação do local sob tutela do então prefeito Severino Cabral, que via a ocupação do terreno como uma solução do problema relacionado gerado por estas pessoas até aquele momento “sem tetos” que ocupavam construções e ginásios no centro da cidade. Mover as pessoas daquela localidade era uma promessa de campanha, e, portanto, na região situada mais ao leste da cidade se tornou possível tal solução.

O diário da Borborema, por meio da reportagem intitulada "Cachoeira: de zoológico para um bairro infecto" (DBO, 28/03//1973, pág. 4), esclarece que, contrariamente aos planos iniciais, o jardim zoológico planejado para o local em 1964 nunca foi efetivamente construído. Em vez disso, o espaço deu lugar à formação da favela da Cachoeira, composta por "mil casebres sem sanitários, sem água, sem iluminação elétrica." A narrativa revela uma significativa mudança de destino para a área, inicialmente concebida como um potencial ponto turístico com o primeiro zoológico da cidade. A transformação do local em uma favela destaca as complexidades do desenvolvimento urbano e os desafios enfrentados por comunidades que emergem em contextos inesperados, evidenciando a dinâmica fluida e por vezes imprevisíveis do crescimento urbano.

Capítulo I

Figura 4. Favela da cachoeira (ano 1973)



Fonte: Diário da Borborema (1973)

Desde a sua fundação a Cachoeira apresentou vários problemas seja de saneamento, saúde e condições de vida, se tomarmos como base o trabalho de Xavier, o poder público não tinha nenhum planejamento a não ser o de tirar estas pessoas do centro da cidade, a intenção era unicamente transferi-las para um lugar longe dos olhos das elites locais. Caso seja produto de uma invasão como afirmava o DBO o poder público talvez não se sentisse obrigado a prestar apoio ao recente bairro periférico formado.

Em matérias que decorrem de alguns anos podemos constatar que a favela enfrentava vários tipos de obstáculos: "Favela da cachoeira vai desaparecer" (01/09/1971) na época discutia-se uma possível mudança na qual os moradores seriam transferidos para uma nova localidade, porém o projeto ficou no papel. "Sarampo na Cachoeira" (01/03/1973), o Jornal descreve o bairro como o mais "miserável" da cidade, gueto de "malandros" e "marginais", que além de sofrer com a violência, agora se via em meio ao surto de sarampo de já matará 15 moradores do local, na falta de vacinas os moradores recorrem aos chás: eucalipto, sabugueira

Capítulo I

e de milho, o DBO afirma ter efetuado uma pesquisa e constatado que cerca de 70% das pessoas que residiam na Cachoeira não eram vacinados contra o sarampo. É importante relatar aqui que a vacina contra o sarampo já era usada com êxito desde 1963. O seguinte relato feito pela moradora Maria Conceição da Silva ao repórter¹⁸ nos chama atenção:

Houve uma campanha de vacinação ali na igreja do Monte Castelo, mas faz muito tempo, foi em 1968. Pouca gente foi lá. Uns tinham medo de morrer depois da vacina, outros disseram que as vacinas eram para os homens falar fino e as mulheres falar grosso (DBO, 14/04/1973. Pág. 3).

Este depoimento a reportagem é importante para a compreensão da mentalidade das pessoas que viviam na mesma localidade que “Maria Timbu” na época, os casos em que ela estará inserida em nossa discussão estará relacionada na crença da magia e sua capacidade de solucionar as questões do dia a dia. O relato de Maria Conceição nos revela a perpetuação de uma teoria conspiratória presente desde a época da Revolta da Vacina ocorrida no Rio de Janeiro inicialmente em 10/11/1904 que dificultou a imunização de boa parte da população, na favela da Cachoeira o medo da vacina resultou na baixa imunização das pessoas e a morte de 15 pessoas.

Outro problema na comunidade era a falta d'água como podemos ver a seguir: “Água é coisa rara no bairro da cachoeira” (12/06/1973) com cerca de 4 mil habitantes o local não possuía rede hidráulica para levar água até as casas, assim os moradores recorrem aos Aguadeiros¹⁹ e os que não possuíam recursos financeiros recorriam às águas do barreiro consumiam, portanto, uma água sem qualquer tipo de tratamento o que aumentava ainda mais a vulnerabilidade destas pessoas.

Boa parte da população da Cachoeira era formada por pessoas oriundas de outras localidades do estado, que seguiam para Campina Grande em busca de emprego e de uma vida melhor e elas traziam consigo o desejo de uma vida melhor, anseios e crenças. Campina Grande figurava como cidade promissora para aqueles que em anos anteriores viram a seca dizimar suas plantações e com elas a esperança, as incertezas da vida no campo, acabou promovendo

¹⁸ Na primeira metade dos anos 1960, o anonimato era uma prática mais disseminada entre os profissionais da imprensa, notadamente no âmbito da cobertura policial. Tal fenômeno pode ser atribuído à natureza violenta e perigosa inerente a esse tipo de jornalismo, bem como às circunstâncias legais mais permissivas da época. Com o advento da década de 1970, observou-se uma transformação nas dinâmicas jornalísticas. A diminuição do anonimato do jornalista tornou-se evidente, em parte devido ao ambiente político mais liberal e à ascensão da profissionalização no campo do jornalismo.

¹⁹ “Aguadeiros” eram chamados os vendedores de água que, antigamente, percorriam as ruas das cidades brasileiras.

Capítulo I

um êxodo em busca de uma terra prometida, e Campina Grande era este lugar naquele momento, mesmo passando pelas mesmas dificuldades com a falta de água que outras cidades do interior passavam, porém, diante das dificuldades sentidas pelo sertão, Campina como segunda maior cidade da Paraíba poderia oferecer- lhes algo melhor. Xavier constata que:

Temos registro de que em 1958 o então prefeito Elpídio de Almeida já apelava providências ao governo estadual e federal no sentido de amparar a população rural afetada pela seca para evitar o “êxodo e a debandada geral” (palavras do prefeito) de moradores da zona rural para a zona urbana de Campina Grande. (XAVIER, 2013 pág. 37).

O fenômeno da seca era um problema que atingia várias regiões do Nordeste e seguia seu fluxo desde 1951, segundo uma série de reportagens publicadas na revista Manchete em 1953. As matérias publicadas pela revista davam conta que milhares de cidades de várias regiões foram atingidas e assim como Campina Grande que também sofria com a escassez da chuva e, conseqüentemente, de água para matar a sede dos seus cidadãos, mesmo em meio a estas dificuldades os sertanejos viam em Campina uma possibilidade, era um grande centro comercial e recebia paraibanos dos mais variados lugares, que se dirigiam até lá para, negociar, vender e comprar mercadorias dos mais variados ramos, no centro da cidade e na feira central eram locais onde se concentravam a agitação comercial, por conta disso, os habitantes do sertão via na cidade um lugar de possibilidades e o resultado foi a saturação populacional que ficou concentrada no centro da cidade o que acabou gerando, novos problemas de ordem social, falta de moradia e o aumento da mendicância.

"Campina Grande é hoje o quartel-general dos flagelados nordestinos. A Cidade está cheia de mendigos, pois outra coisa não são em aspecto e realidade os caboclos que chegam a toda hora do interior paraibano” (REVISTA MANCHETE, 1953. pág. 7).

A citação abaixo oferece informações quanto à demissão do fenômeno da seca de 1951, a reportagem se deu em 1953 e dava conta dos dois anos de secas que vinham assolando o estado Paraibano, os dados apontavam que cerca de meio milhão de pessoas de 19 municípios paraibanos sofriam com as dificuldades provocadas pela seca:

A Sêca se estende enormemente pela Paraíba, envolvendo num ar diabólico de febre os municípios de Soledade, Cuíte, S. João do Cariri, Taperoá, Sumé, Monteiro, Patos, Teixeira, Princesa Isabel, Conceição, Bonito de Santa fé, Jatobá, Itaporanga, Cajazeiras, Antenor Navarro, Souza, Pombal ePiancó. São 19 municípios, com cêca de 40.000 km2... e calculadamente meio milhão de habitantes (REVISTA MANCHETE, 1953. pág.19).

Capítulo I

Para resolver ou amenizar este cenário a solução apresentada por estudiosos e defendida na matéria da Revista Manchete era a construção de açudes, isso porque esses empreendimentos poderiam assegurar por um longo período a existência da água nas cidades, seja sob sol ou chuva, era, portanto, um recurso que se opunha a distribuição de água por meio de caminhões pipas, que não eram ferramentas capazes solucionar o problema a longo prazo e nem de darem conta do grande contingente de pessoas que deles necessitavam, em muitos casos essa água distribuída em conta-gotas tornavam-se em uma máquina de comprar votos em período eleitoral, a seca em alguns casos era um mau que convinha. Entre os anos 50 e meados dos anos 60 Campina Grande era a cidade da paraíba para onde seguiam os sonhos dos que vinham por caminhos secos.

É, portanto, possível que os moradores da Cachoeira migraram para a Rainha da Borborema um pouco antes ou a partir de 1958, levando em conta os períodos indicados por XAVIER “1959” e pelo DBO “1964” no que se refere ao surgimento da favela da Cachoeira, pois o intervalo entre os anos é de 1 ano e 6 anos. E como citamos logo acima, para o governo local a migração era um problema que deveria ser resolvido de forma rápida, autorizar a ocupação ou fechar os olhos diante da comunidade que brotava na região leste da cidade, era uma solução que acalmaria os ânimos da elite local.

Maria Timbu foi uma destas pessoas que chegaram em Campina Grande e se estabeleceu na Cachoeira, segundo as primeiras reportagens em que ela inicialmente figura no jornal a mesma era praticante do que se convencionou chamar de “xangô” tanto nos estados do Pernambuco e na Paraíba, no Recife-PE “Xangô” é uma das nomenclaturas que se dá a crença que tem como prática o culto aos Orixás²⁰, na Paraíba o termo “xangô” é um bastante utilizado para se referir de forma pejorativa²¹ e identificar qualquer prática religiosa em que o som dos atabaques estavam envolvidos, seja o “Xangô” ou Candomblé, Umbanda ou Jurema. “xangozeiro(a)”²² Diferentemente do tratamento dispensado pelo jornal a estas religiões, buscaremos em outro tópico analisar e identificar a religião praticada por “Maria Timbu” a partir do diálogo com as fontes e de trabalhos historiográficos que dão conta do tema.

O leitor mais atento pôde perceber e até mesmo ter se sentido incomodado ou curioso com relação às seguintes questões: Quem é Maria Timbu? Qual é o nome desta mulher? de

²⁰ Orixás são deuses cultuados pelas muitas crenças africanas, sendo ligados à família e aos clãs. No Brasil, são cultuados os seguintes orixás: Exú, Ogun, Omulu, Xapanã ou Abaluaie, Xangô, Yasan, Oxossi, Nanan, Yemanjá, Oxum, Oxunmarê, Ossain e Oxalá.

²¹ adjetivo: Que pode ofender ou tem a intenção de insultar; ofensivo: comentário pejorativo. Que expressa ou denota algo desagradável, geralmente apresentado através da palavra; depreciativo.

²² é a palavra usada frequentemente para identificar aqueles que praticam qualquer uma dessas religiões.

Capítulo I

onde ela veio? Bem, pretendemos no tópico seguinte começar a responder estas e outras questões sobre ela. Caso o leitor tenha se sentido realmente incomodado em ler várias vezes o nome “Maria Timbu”, saiba que esse incômodo foi intencional, pois foi o mesmo sentimento que experimentamos durante os primeiros momentos da nossa pesquisa, assim como levou um certo tempo para sabermos mais sobre ela, decidimos dessa forma compartilhar com o leitor aqui um pouco desse nosso incômodo.

Até nos depararmos com o nome de “Maria Timbu” foi preciso seguir algumas pistas, regressar no tempo e avançar em alguns momentos na fonte jornalística, e foi em uma das revisões dos encadernados que percebemos que deveríamos observar onde outras pessoas talvez não tenham pensado em olhar, talvez elas tenham se aproximado das pistas, a partir do acesso e número de fontes que foram sendo encontradas em nossas investigações e buscas indiciárias a névoa sobre nossa anfitriã histórica foi se dissipando.

1.2 “Teve 22 filhos e deixaram mais um na porta de casa” - Uma pessoa de “bom coração”

Nós nos encontramos com “Maria Timbu” pela primeira vez na matéria jornalística do Diário da Borborema que informava: “Nudismo é no xangô” de Maria Timbu (DBO 14/05/1967), (a reportagem já foi discutida anteriormente). Essa matéria, chamou a nossa atenção primeiramente pela identificação de um ser humano por um substantivo próprio “Maria” e um substantivo comum “Timbu” respectivamente o primeiro: se refere a uma pessoa, coisa ou ideia, o segundo utilizado para nomear coisas e seres da mesma espécie ou categoria, sempre de forma genérica. Diante disso era possível deduzir que: “Maria” realmente se referia ao seu nome real, e ao ser acrescentado o “Timbu²³”, O apelido “Maria Timbu” acaba por desumanizar esta mulher, pois a equipara a um animal que pertence à espécie dos gambas, cuja característica é exalar um forte odor.

Antes de iniciar a pesquisa e delimitar o tema, fizemos um levantamento historiográfico quanto a trabalhos que tinham como foco a temática das religiões afro brasileiras ou estudo de gênero tanto na UFCG quanto UFPB, deste levantamento constatamos que referente a “Maria Timbu” houve algumas alusões, uma delas na tese de doutorado de BARROS que apresenta a

²³ Animal da família dos marsupiais, não é domesticável e pode morder, caso se sinta ameaçado. Uma das principais características desse animal é a presença de uma glândula na região do ânus que libera um odor fétido bastante desagradável quando se sente ameaçado. Este animal é também conhecido como timbu, cassaco, saruê, sariguê, micurê e mucura. nativa na Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Capítulo I

existência de diferentes correntes de tradições religiosas que ao longo de sua história hibridizaram-se e se expandiram em Campina Grande - PB, atribuindo ao campo religioso local uma configuração própria. Duas dissertações de mestrado também mencionam “Maria Timbu”: No trabalho conduzido por SANTANA que aborda as lutas dos praticantes de cultos afros por liberdade tanto no campo nacional e local, e com a conquista da lei 3. 443 resultantes dos embates sociais entre praticantes, policiais e elites locais. já PEIXOTO desenvolveu sua pesquisa buscando evidenciar as lutas, resistências, conflitos e repressões sofridas pelos praticantes das religiões afro brasileiras.

Ao visitar estas obras importantes acima citadas, sobre religiões afro-brasileiras ou afro-ameríndia²⁴, foi possível constatar que “Maria Timbu” são as únicas palavras encontradas quando se referem a esta mulher. É possível compreender o motivo disso porque como descrevemos as pesquisas de ambas historiadoras e historiador não tinham como objetivo partir de um só sujeito histórico para debater as dificuldades enfrentadas pelos fiéis dos terreiros na sociedade em que vivem ou viveram, seus objetivos eram outros, eles promoveram outros olhares sobre o tema, cada um, porém são peças de um quebra-cabeça que vai se encaixando e possibilitando que outras peças possam unir-se a eles e revelar um pouco mais sobre as religiões afro-brasileiras a partir de Campina Grande.

Pois bem, vamos ao que interessa nesse momento ao leitor, saber um pouco mais sobre esta personagem, pedimos que não se zanguem, é preciso envolvê-los nessa teia de informações, para que nenhum detalhe passe despercebido, vamos observar o seguinte rastro, "Terreiros não vão atrapalhar o sono":

A partir de agora os umbandistas de Campina Grande não vão mais ficar batendo bombos e atabaques nos terreiros, até de madrugada. Se insistirem... poderão ser punidos, porque a Secretaria de Segurança Pública só permite que se toquem aqueles instrumentos até as 22 horas (Diário da Borborema. 22/10/1971, CAPA).

Diante da visibilidade da notícia na capa do jornal do dia 22, o olhar fica mais apurado e busca mais informações sobre nossa anfitriã, a matéria dava conta do incômodo dos terreiros de forma geral, espalhados em toda cidade, sem nomes de sacerdotes ou praticantes envolvidos. Seguimos então folheando minuciosamente cada página e lá estava, ainda no mesmo caderno do dia.

Em reportagem de 22/10/1971 no Diário da Borborema, finalmente vamos conhecer um

²⁴ BARROS em sua tese de doutora propõe esse termo para incluir a influência da religião indígena juntoas religiões, afro-brasileiras, cristã e espírita.

Capítulo I

pouco mais sobre “Maria Timbu”, o título da matéria diz: “Teve 22 Filhos e deixaram mais um na porta de casa”, assim pela primeira vez, numa entrevista em que foi “ouvida” pela primeira vez e lhe foi dado voz, veremos assim a “Maria Timbu” “xangozeira” de 1967, torna-se em julho de 1971: Maria Luiza “bom coração”²⁵:

Dona Maria Luiza, residente na Cachoeira, já teve 22 filhos e no fim da semana passada viu a família aumentar, já estava dormindo e às 221,30 horas do sábado foi despertada pelo choro de criança na porta do barraco. Achou o fato estranho e acordou seu marido Antônio Francisco da Silva para fazer a inspeção... "Tonho" foi ver... e ao sair deparou-se com um embrulho e dentro deste o recém-nascido... encontrou junto à criança um bilhete escrito em péssima caligrafia: nasci há cinco dias, não estou batizado, não tenho pai, cuidem de mim" (Diário da Borborema, 22/10/1971, p.5).

E onde está a voz de Maria Luiza neste caso? ela se resume a uma pequena frase ao conversar com seu marido quando indagada quanto ao destino da criança: pergunta Antônio - “o que vamos fazer Maria? Responde Maria Luiza - “Criar o menino Tonhol”. No pequeno texto em que segue a matéria, se deu um resumo sobre o desfecho do caso do bebê abandonado. Com relação aos 22 filhos citados pela matéria, Maria informou ao repórter que somente cinco deles/delas estavam vivos, afirmou que criaria da criança como se fosse realmente filho seu, e que dentro de suas possibilidades nada faltaria a criança. O repórter finaliza a matéria: "Ontem, às primeiras horas da manhã, dona Luiza, estava na Primeira Delegacia tratando da documentação para o registro” (22/10/1971, pág. 5).

Alguém pode questionar-se, como sabemos que “Maria Timbu” e Maria Luiza são as mesmas pessoas? a reportagem do dia 22 de outubro não nos dava nenhuma garantia, mas a pesquisa também se deu de forma sequencial, seguindo a temporalidade, dia, mês e ano, assim no encadernado do dia seguinte 23/10/1971 na página três do DBO (Foi a primeira e única vez que Maria Luiza não figurava a página policial de número 5.) uma fotografia nos chamou atenção e a partir dela e do pequeno texto na parte inferior dessa imagem foi possível atestar que: a Maria Luiza que foi mãe de 22 filhos era a mesma “Maria Timbu” praticante de "xangôs" segundo matérias de 1967.

Em circunstâncias diferentes do dia em que foi capturada pela câmera do fotógrafo em 1967, usando trajés simples, podemos observar, uma Maria Luiza que agora sorri segurando a criança adotada por ela e seu marido há poucos dias. Ela, de pés no chão ao lado de Antônio (que também esboça um sorriso) conversam com o repórter que se dirigiu à favela para

²⁵ Adjetivo usado pelo repórter ao descrevê-la em 23/10/1971.

confirmar que a criança havia realmente sido acolhida pelo casal. Em baixo da fotografia há a seguinte informação.

A imagem capturada pelo fotojornalista na página seguinte (Figura 5), transcende o mero registro visual, revelando uma cuidadosa composição destinada a provocar uma resposta emotiva do espectador. Maria Luiza, ao sorrir enquanto segura a criança recém-adotada, transmite uma narrativa de esperança e renovação. Seus pés descalços, ao lado de Antônio, criam uma simbologia de simplicidade e autenticidade, ressaltando a humanidade por trás da história. O repórter, ao engajar-se com o casal, busca não apenas informar, mas também criar uma conexão emocional com o público. A escolha de apresentar esse momento singular na página do jornal não é apenas documentar, mas sim provocar uma reflexão sobre a capacidade de superação e a generosidade encontradas em meio aos desafios da vida. Nesse cenário, a imagem não apenas cumpre seu papel jornalístico, mas também serve como um convite à empatia, buscando não só comover os leitores existentes, mas atrair novos, solidificando assim a fidelidade do público.

Figura 5. “Mulher de bom coração”



Fonte: Diário da Borborema (1971)

Capítulo I

Dona Luiza, que já tem 22 filhos, teve, ontem, uma surpresa: ao abrir a porta do seu barraco encontrou uma criança que alguém abandonou. A reação de D. Luiza foi a mesma daquelas pessoas de bom coração: sorrindo, abraçou o recém-nascido, dizendo que, mesmo na pobreza, iria criá-la com a dedicação que tem pelos seus 22 filhos, Maria Luiza, também conhecida como "Maria Timbu" mora na cachoeira (Diário da Borborema, 23/10/1972, pág. 3).

A passagem acima desperta atenção, é preciso munir-se de uma lente de aumento e observar as seguintes questões: ao que parece o profissional responsável pela reportagem do dia 23 não era o mesmo repórter da matéria do dia 22 de outubro, o informativo iniciou declarando que Maria Luísa “já tem 22 filhos” e que criaria a criança (ainda sem nome) com a mesma dedicação, com seus 22 filhos, porém na matéria anterior (22/10) ela afirma que somente cinco filhos ou filhas (ela não especifica) estariam vivos; outra questão foi que não foi ela quem abriu a porta do barraco e encontrou a criança, na verdade, foi Antônio que se deparou com a criança, na descrição feita por ela, ele agiu assim por estímulo dela.

Ao colocar lado a lado ambas reportagens é possível perceber que por parte do repórter não houve fidelidade, o dito pelo casal anteriormente. As palavras proferidas por elas devem servir e ser moldadas à estética editorial, dando pouca relevância a sua história recente, estas pessoas continuavam excluídos da história, são sujeitos que conforme a demanda jornalista, desempenham involuntariamente o papel a eles atribuídos, pois o que Maria e Antônio relatam, chega até nós a partir da caneta e da máquina de escrever do jornalista, o que se falou horas atrás na Cachoeira, recebe outro formato e se muda um pouco até mesmo o enredo, produzindo assim uma leitura que melhor se adequa ao gosto do seu consumidor:

Jornais e revistas tais como os conhecemos são artefatos da modernidade e, no processo de sua configuração enquanto materialidade, carregam para dentro de sua composição, dentro dos limites e possibilidades colocadas pela técnica da impressão, as linguagens e gêneros que foram aí inventadas (CRUZ, PEIXOTO. 2007. Pág. 259).

Antes de levar informação e a “realidade dos fatos” é primordial que o jornal tenha de tempos em tempos um aumento na sua tiragem, o que significa mais leitores e mais empresas comprando espaços de publicidade, portanto, o foco da redação é (neste caso) aumentar suas reservas financeiras, e para isso a “realidade dos fatos” se adequa ao interesse de quem mantém suas máquinas funcionando, ou seja, leitores e o mercado, seja ele local, regional ou nacional. Analisar essas incongruências nos ajuda a compreender que o interesse das mãos que produzem um jornal podem sobrepor a voz daquele que se ouve, gerando formas de representação que correspondam a um papel que se encaixe melhor nas cenas desejadas do cotidiano, nessa

Capítulo I

pesquisa, tanto o jornal como os representantes instituídos da lei e da ordem, assumem um papel inquisitorial, que ao iniciar uma investigação apresentam por fim retalhos dos depoimentos das pessoas interrogadas, busca-se moldar o dito aquilo que se deseja que fosse dito:

As vozes dos acusados nos chegam sufocadas, alteradas, distorcidas; em muitos casos, perderam-se. Donde — para quem não queira resignar-se a escrever pela enésima vez a história dos vencedores — a importância das anomalias, das lacunas que se abrem por vezes (muito raramente) na documentação, rompendo sua unidade (GINZBURG. 1991, pág. 13).

Recordamos que, como método, optamos em setorizar a pesquisa nos jornais, com atenção as informações das capas, e primordialmente as páginas policiais, porém em alguns casos os indícios nos levaram as outras páginas que tratam de temáticas diferentes da que optamos em analisar, mas trilhar por outros setores desses jornais, se deu em razão de seguir os vestígios entre a capa e a página cinco (isso aconteceu algumas vezes).

É importante analisar as ações de pessoas das camadas populares como Maria Luiza, em 23/10/1971 ela é tratada como “dona” e descrita na reportagem como uma pessoa de “bom coração”, neste momento era humanizada, e depois de quase três anos reaparece pela primeira vez fora das páginas policiais. Sorridente ao lado do esposo, entrava nas casas dos cidadãos campinenses através das páginas do jornal, um pouco mais conhecida, agora era descrita como uma pessoa que, mesmo em meio à pobreza, foi capaz de um gesto nobre, adotar uma criança abandonada na porta de sua casa.

Os eventos desde 1967 evidenciam o seu protagonismo, enquanto sujeito histórico e não objeto histórico, seguindo seus rastros ela nos guia sobre e sendo parte da história das religiões afro brasileiras em Campina Grande, denunciando quanto a perseguição, preconceito e racismo, buscou se legitimar no campo da magia, também negou em dado momento ser praticante dessa magia. Portanto, assumindo estratégias guiou-se dentro da sua realidade por motivações racionais, autônomas e coerentes, o objetivo era sobreviver, mantendo sua segurança social e material, os eventos entre 1971 a 1974 ajudaram a compreender estas estratégias.

No capítulo a seguir, veremos que essa relação cheia de cordialidade dirigida a Maria Luiza pelo Diário da Borborema se quebrará, a gentileza dará lugar às representações já estabelecidas anteriormente sobre ela, a partir disso o jornal assumira o papel de detetive, acusação e juiz do caso sugerindo teorias para os casos ocorridos em curto período as acusações serão de assassinato, sacrifício religioso e “Magia negra”.

Capítulo II

2. O CRIME DA CACHOEIRA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

“Um grande obituário vende jornal!” (Morgans)

No presente capítulo, realizaremos a exposição do evento que ficou conhecido como o "Crime da Cachoeira", ocorrido em fevereiro de 1972. Nesta seção, iremos dedicar nosso enfoque à análise abrangente da trágica morte de Edil José da Costa, uma criança com apenas oito anos, e às implicações que resultaram na inclusão de Maria Luiza no desenrolar do caso. O corpo sem vida de Edil foi encontrado nas proximidades da favela da Cachoeira, localizada às margens de um riacho que empresta seu nome a esse lugar.

A análise do "Crime da Cachoeira" será conduzida através da lente midiática, por meio de matérias jornalísticas do período abordando o caso. O Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba dedicaram reportagens sobre o caso na época, esses relatos abrangem o período de 20 de fevereiro a 22 de março de 1972, refletindo a iminência dos eventos. No entanto, como previamente discutido no capítulo precedente, conhecemos o seu desfecho: "a narração implica o conhecimento prévio do desenrolar e do desfecho do enredo, cuja revelação não é feita progressivamente" (Prost, 2008, p.223), é notório que temos conhecimento do desenlace desse incidente. O impacto do caso Edil continuou a ecoar nas páginas dos jornais até meados de 1975, como será explorado ao longo das seções subsequentes deste capítulo.

Na quarta-feira de cinzas, datada de 16 de fevereiro de 1972, a família de Edil realizou sua chegada a Campina Grande. Esse evento ocorreu três dias subsequentes ao encontro estabelecido com os membros da família materna, no final da tarde do sábado, em 19 de fevereiro. Contudo, nesse cenário, um episódio marcante tomou forma quando Edil, após acompanhar um colega em uma exploração dos arredores, deixou de retornar à residência dos avós, onde se encontrava hospedado. Conforme o tempo transcorreu, a inquietação cresceu nos pais de Edil, que gradativamente tomam consciência do desaparecimento da criança. Diante dessa situação, tornou-se imperativo tomar medidas imediatas para lidar com essa emergência.

Todos os elementos relacionados ao caso requerem uma atenção meticulosa. Ambos foram estrategicamente organizados para montar uma cena destinada a suscitar comoção, horror e indignação nos leitores. Tanto as imagens previamente mencionadas quanto as subsequentes exigem uma observação minuciosa e leitura atenta. O resumo do "Crime da Cachoeira" tem como intuito criar uma atmosfera semelhante à de um trailer promocional de uma narrativa mais ampla. Esse recurso visa retratar o sofrimento da vítima e, por consequência, o da sua família.

É importante salientar que as fotografias aqui examinadas, disponíveis nos jornais

Capítulo II

Diário da Borborema e Jornal da Paraíba, são expostas de forma crítica, reconhecendo que seu propósito vai muito além de simples ilustrações. Na verdade, essas imagens são artefatos capazes de revelar as intenções, interesses e ideias daqueles que as produziram. Em nossa pesquisa, concentramo-nos na análise da relação entre texto e imagem, cientes de que essa conexão visa a construção de representações. Como apontado por Chartier (1991), é fundamental compreender que essas representações não são neutras, mas sim ferramentas que promovem estratégias e práticas de uma autoridade dominante.

Portanto, entendemos os jornais como veículos que perpetuam tais estratégias, a análise cuidadosa almeja lançar luz sobre essa convencional interação entre o visual e o textual. Borges (2013), ressalta a relevância das fotografias como fontes históricas. Ela argumenta que a fotografia possibilita uma aproximação com o passado, permitindo-nos analisar a cultura material e visual de uma época específica. Além disso, a fotografia desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento histórico, uma vez que registra, interpreta e comunica aspectos da realidade social, política e cultural de um determinado período. A fotografia não é apenas um registro objetivo da realidade, mas também um produto que reflete a técnica, a arte e a ideologia de seus produtores e consumidores. Portanto, é fundamental que se direcione as fotografias uma abordagem crítica, levando em consideração o contexto em que foram produzidas, bem como os motivos subjacentes à sua criação.

Longe de ser um documento neutro, a fotografia cria novas formas de documentar a vida em sociedade. Mais que a palavra escrita, o desenho e a pintura, a pretensa objetividade da imagem fotográfica, veiculada nos jornais, não apenas informa o leitor - sobre datas, localização, nome de pessoas envolvidas nos acontecimentos - sobre as transformações do tempo curto, como também cria verdades a partir de fantasias do imaginário quase sempre produzidas por frações da classe dominante. (BORGES, 2013, p. 69).

As fotografias não devem ser aceitas passivamente como representações imparciais da realidade, uma vez que o olhar de quem as produziu revela mais sobre si do que sobre a imagem (neste caso, sobre o objetivo do seu trabalho). Seja um gesto, um olhar mais fixo, olhos marejados, expressões de dor ou sorrisos infantis, o olhar perdido no horizonte, ou o corpo que produz expressões, o fotojornalista, munido de seu objeto de trabalho, captura em poucos minutos grandes sequências de imagens para, em seguida, selecionar aquela que melhor pode representar o momento, o caso, a ação. Isso visa a justificar aquilo que a escrita representa.

Nomes como Maria Luiza, Antônio Filho, Edil José da Costa, Antônio José da Costa, Maria Anunciada da Costa e os irmãos não identificados de Edil e José Pereira da Silva tiveram

Capítulo II

suas imagens captadas e expostas em matérias jornalísticas com o propósito de legitimar o que é dito em relação ao que é lido. Por meio da análise crítica das fotografias podemos compreender o papel delas na construção da narrativa histórica e na promoção das estratégias e práticas da autoridade dominante nos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba.

No contexto das representações negativas de praticantes de religiões afro-brasileiras, as fotografias desempenham um papel fundamental, semelhante ao de uma cena em um teatro. Elas são cuidadosamente selecionadas e empregadas para construir narrativas e estereótipos que frequentemente perpetuam preconceitos e visões distorcidas. Entretanto, assim como no teatro, onde a interpretação pode transcender a mera representação, as fotografias também têm o potencial de serem reinterpretadas. Essa reinterpretação pode ser vista como a recriação de um enredo, oferecendo uma visão alternativa. Nesse sentido, as fotografias podem ser analisadas de forma crítica e contextualizada de maneira a contestar as representações negativas e promover uma compreensão mais precisa e justa daqueles que são retratados.

A capa do Diário da Borborema de 22 de fevereiro de 1972 intitulado: "Crime da Cachoeira: pivetes ou monstro sexual mataram o garoto", é notável o interesse em gerar impacto visual e emocional a partir de elementos fotográficos cuidadosamente selecionados. A imagem que destaca a angústia expressa pelos pais de Edil cria uma conexão imediata com a tragédia, evocando empatia por meio das faces marcadas pela dor. A interrogação "onde ele está?" sobreposta à imagem dos dois irmãos da vítima instiga a curiosidade do leitor, intensificando o drama da narrativa.

A página seguinte apresenta a esta capa do Diário da Borborema de 22 de fevereiro de 1972 (Figura 6), na qual se destaca o falecimento de Edil José da Costa. A composição da capa inclui elementos fotográficos que merecem uma análise atenta.

A capa, é a porta de entrada para a notícia, molda a primeira impressão e pode impactar significativamente a interpretação dos acontecimentos, destacando elementos específicos para direcionar a atenção e o entendimento da audiência. Uma análise minuciosa revela nuances, subjetividades e estratégias jornalísticas que, por sua vez, contribuem para uma melhor compreensão e crítica dos fatos apresentados.

A figura do suspeito, apresentada com a legenda "O suspeito", não apenas acrescenta um elemento de suspense à cobertura jornalística, mas também influencia a percepção pública sobre a possível culpabilidade. A inclusão da imagem do local do crime, uma "cachoeira", não apenas contextualiza o cenário dos eventos, mas também contribui para a construção da atmosfera que permeia a história. Dessa forma, a combinação estratégica desses elementos na capa do jornal não apenas informa, mas também molda a interpretação do leitor, influenciando

Capítulo II

a maneira como a comunidade absorve e processa as complexidades do caso do Crime da Cachoeira.

Figura 6. Notícia da morte de Edil José da Costa é destaque em capa de jornal.

Esporte bota prá jambrar e levanta o Terneiro Início (7a. página)

DIÁRIO DA BORBOREMA

Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand
Campina Grande — Terça-feira, 22 de Fevereiro de 1972

DESESPERO



Antonio e Annuciada: porque mataram nosso filho?

ONDE ESTÁ?



Eliane e Edilson: onde está nosso irmãozinho?

SUSPEITO



José Pereira: suspeito n. 1

O LOCAL



Cachoeira: por entre as pedras rolou o corpo de Edil.

Crime da Cachoeira: pivetes ou monstro sexual mataram garoto

Genésio não deseja taxa

Campina pode ter plano de turismo

TV a cores só depois da Torre

Seminário começa hoje na Capital

Caixa Econômica abre inscrições

Sab de Bela Vista reuniu velhinhos

Sudene e Ancar fazem reunião

TV a cores só

A VITIMA

Edil José da Costa, de oito anos, filho de Antonio José da Costa e Maria Annuciada da Costa, residentes na rua Cidre, 168 — Favela Cidre, foi encontrado morto, às pitoneiras horas de domingo por populares na Cachoeira. O menor foi abalado com cinco pedras na cabeça, estando o crime cometido em silêncio e poderá transformar-se em mais um dos "monstros".

O Inquérito Policial para apurar a ocorrência já foi instaurado mas até o presente a polícia não dispõe de pistas para elucidação, mesmo estando preso o operário José Pereira da Silva de 28 anos, casado, residente na Cachoeira. Na manhã de ontem, ele foi mostrado praticando atos libidinosos em plena via pública, demonstrando ser um mau caráter. Passado a ligação de um laço com o objeto, autoridades da 2a DP, permaneceram com o aparelho desligado para posteriores investigações.

Boje se? O crime se realizou que foram estradas como testemunhas e promissoras as investigações orientadas pelo Cel. Cardoso de Sousa.

Ponta policial, disse, ontem, a reportagem que o laço médico não faz nenhuma menção a existência de entropo, um dos fortes motivos apontados para a prática do crime.

Sudene e Ancar fazem reunião

TV a cores só

Gerentes, presidentes e executivos das cooperativas agrícolas de Solânea, Boqueirão, Uiraúna e Sapé, sob a presidência do vereador Ancar — Sudene, se reuniram no município de Sapé para discutir problemas referentes ao cooperativismo bem como para elaborar um plano de ação a ser executado durante o ano de 1972.

Edil: vítima inocente da sanha assassina

ANUNCIE NO DIÁRIO DA BORBOREMA E LEVE SUA PUBLICIDADE A TODA PARAIBA

Fábrica São José JOSE BEZERRA SOBRINHO
Móveis de ferro que embelezam seu lar
R. João Pessoa, 743 — Fone 3385

Cabana do Possidônio
Sua casa fora de casa
O endereço certo para uma boa alimentação
R. Floriano Peixoto -- Fone 3324

RAIMUNDO FERREIRA & CIA
ESTIVAS EM GERAL
Arme farpado, fôdos os tipos
Chapas Galvanizadas —
Grupos Para Cerca —
Com os melhores preços da praça
R: João Pessoa, 182 - Fone - 2419
CAMPINA GRANDE — PB

Pronto o programa do Sesquicentenário (8a página)

Fonte: Diário da Borborema (1972)

Capítulo II

✓ "Angustia"

Nesta representação visual, somos levados à presença dos progenitores do jovem Edil da Costa, identificados como Maria Anunciada da Costa e seu esposo Antônio José da Costa. A cena que se desenrola diante do leitor, captada e relatada pela reportagem, suscita a forte possibilidade de ter sido registrada no dia em que o corpo de Edil foi encontrado ou durante as cerimônias de seu ritual fúnebre. A imagem procura transmitir habilmente a profunda tristeza e o desespero que abatem os pais, consumidos pela tragédia que se abateu sobre eles. Dentro deste quadro, é possível observar Maria Anunciada, apoiando-se nos braços de José Antônio; seus olhos cerrados e sua boca entreaberta parecem sugerir o colapso de uma mãe desolada.

A fotografia é comumente vista como um reflexo da realidade, uma janela para os eventos do mundo. É fundamental compreender que essa "realidade" captada pela fotografia é influenciada por diversos fatores, tais como a escolha do que será fotografado, o enquadramento da imagem e o contexto em que a mesma é produzida e apresentada. A fotografia não se apresenta como uma representação neutra da realidade, uma vez que frequentemente reflete escolhas seletivas e é moldada por motivações de natureza política, econômica e cultural.

Esta imagem não se restringe apenas à documentação da dor singular de uma família, mas também suscita narrativas mais amplas. Conforme Davis (1987) Considerando as perspectivas de possibilidades históricas em vez de evidências incontestáveis. Dessa forma, ao adentrar profundamente na vida das pessoas comuns, somos capazes de extrair significados que transcendem suas circunstâncias particulares, revelando as interconexões entre indivíduos e a complexidade de suas vidas.

No rastro dos meus atores rurais, consultei contratos notariais em muitas aldeias das dioceses de Rieux e Lombez. Quando não consegui encontrar meu homem (ou minha mulher) em Hendaye, Sajas, ArtigatouBurgos, fiz o máximo para descobrir, através de outras fontes da época e do local, o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido. (DAVIS, 1987, p.21).

Dentro desse contexto, a imagem não é simplesmente um instantâneo da aflição dos pais de Edil; é, ao invés disso, um vislumbre das dimensões íntimas do sofrimento humano. Isso ilustra não apenas o impacto imediato da tragédia sobre uma família, mas também ressoa com as emoções compartilhadas e os fios invisíveis que conectam pessoas comuns em um mosaico de experiências humanas.

Capítulo II

✓ "Onde ele está?"

O título que encabeça esta fotografia tece vínculos com os irmãos de Edil. A imagem desvela uma conexão intrínseca, ao focalizar uma cena recortada onde emergem duas figuras infantis. Uma jovem trajando um vestido listrado, com cabelos curtos que ecoam a singeleza de um corte simples, exhibe uma expressão facial onde os olhos semicerrados se encontram direcionados para o solo, um semblante em que a tristeza irrompe, relegando-lhe apenas o refúgio das lágrimas. Adjacente a ela, repousa um rapazinho de menor estatura, cujo olhar se fixa inabalável na lente da câmera que captura sua efigie. Envergando um corte de cabelo curto, complementado por uma chupeta embutida em seus lábios, ele é albergado por uma camiseta adornada com listras.

Nesta fotografia, emerge não somente o retrato destas duas crianças, mas também uma narrativa tácita que nos instiga a sondar as camadas do silêncio. Através de um enquadramento preciso, somos convidados a contemplar não apenas suas aparências, mas também a explorar os sentimentos que jazem imersos sob suas feições. A fotografia transcende o espaço físico que as contém, entrelaçando-se com a sensibilidade compartilhada entre irmãos e permeada pela ausência palpável de Edil.

Como o historiador da micro-história, Carlo Ginzburg, sugere em seu trabalho "O Queijo e os Vermes", a análise minuciosa de fragmentos aparentemente insignificantes pode desvendar histórias ocultas e silenciadas, permitindo-nos vislumbrar as vozes e experiências que, de outra forma, poderiam permanecer inaudíveis. Nessa visão, a fotografia assume um papel relevante como um artefato que transcende o tempo, convidando-nos a mergulhar nas profundezas de um passado imortalizado.

✓ "O Suspeito"

No registro fotográfico, observamos José Pereira da Silva, o primeiro suspeito do crime da cachoeira. A imagem revela um homem de ascendência negra, trajando uma camisa de padrão listrado horizontal. A cena aparenta ter sido capturada em um instante no qual José encontra-se engajado em uma conversa ou possivelmente fornecendo declarações às autoridades policiais encarregadas do caso em investigação.

"O Local"

O cenário retratado na fotografia corresponde ao local onde o crime ocorreu. Embora a

Capítulo II

qualidade limitada da imagem não permita uma análise minuciosa, informações provenientes de nossas pesquisas indicam que este local deu origem à comunidade conhecida como Favela da Cachoeira. É registrado que foi próximo a essa Cachoeira que, na manhã de 19 de fevereiro de 1972, o corpo do jovem Edil foi descoberto, lançando questões sobre o trágico evento ocorrido.

“A Vítima”

Na proximidade do resumo jornalístico sobre o caso, situado à margem direita da página, encontra-se a representação fotográfica de Edil José da Costa, um menino de apenas 8 anos, vítima dos acontecimentos. A fotografia, por motivos óbvios, sugere que a mesma foi cedida pelos pais do garoto ou por alguém próximo à família. Na imagem, Edil veste uma camisa e calças brancas e, notavelmente, exhibe no pulso direito o que parece ser uma fita de tecido ou couro atada. A pose captura Edil de perfil, revelando um sorriso dirigido a algo ou alguém.

Edil José da Costa, de oito anos, filho de Antonio José da Costa e Maria Anunciada da Costa, residentes na rua Chile, 143 - Monte Castelo, foi encontrado morto, às primeiras horas de domingo por populares na Cachoeira o menor foi abatido com cinco facadas na cabeça, estando o crime envólto em mistério e poderá transformasse em mais um dos "insolúveis" (DBO, 22/02/1972 - Capa).

O trecho acima constitui o início do primeiro parágrafo do sucinto texto que visa relatar o incidente que teve lugar no final de semana. É relevante destacar que o corpo de Edil foi descoberto na manhã de domingo, em 20 de fevereiro, na Cachoeira. Uma análise das notícias iniciais relativas ao caso revela que os repórteres daquela época atuavam sob o imperativo de apresentar, em primeira mão, os desenvolvimentos do caso, sem necessariamente se vincularem a uma abordagem minuciosa que gradualmente se mostraria carente.

No desenrolar das investigações acerca da trágica morte de Edil, as motivações por trás desse evento sombrio se tornam gradativamente mais complexas. É interessante notar que, durante o período das investigações e também nas próprias reportagens da época, a busca pela verdade dos fatos não se mostrou como a preocupação central. As primeiras reportagens do período afirmam de maneira contundente que Edil havia sido vítima de homicídio, apresentando indícios de aproximadamente cinco ferimentos na região craniana, aparentemente infligidos por um objeto cortante. No entanto, à medida que as reportagens se sucediam entre os meses de fevereiro e setembro de 1972, pairavam persistentes dúvidas a respeito do meio utilizado para

Capítulo II

perpetrar o crime.

Na página 5 do "Diário da Borborema", uma reportagem detalhada concentra-se na narrativa de um evento marcante. O texto tem início com a seguinte declaração:

Com cinco perfurações na cabeça produzidas por instrumento perfurante cortante não identificado, foi encontrado nas primeiras horas de domingo, por populares, no leito do riacho de Januário na Cachoeira o cadáver do menor Edil José da Costa (DBO, 30/03/1972, pág. 05).

O jornal Diário da Borborema relata que o menor estava desaparecido desde o sábado, 19 de fevereiro de 1972, e que sua morte estava envolta em grande mistério. Não havia pistas claras sobre o motivo do crime ou a identidade do autor, como indicado no folhetim. No entanto, à época, a polícia levantou duas hipóteses: 1) O assassinato poderia ser obra de um maníaco sexual; 2) O crime teria sido cometido por jovens delinquentes durante uma briga. À medida que a investigação prosseguia, os leitores foram informados de que Edil e sua família haviam chegado do Rio de Janeiro na quarta-feira de cinzas daquele mês, chegando a Campina Grande para visitar parentes.

Ainda na página 5 da matéria de 22 de fevereiro de 1972, era possível mergulhar um pouco mais neste enredo cheio de "mistério" como afirmava o "Diário da Borborema" continuava então a matéria que havia começado três dias após o corpo de Edil ser encontrado, intitulada "Necropsiado". O foco da atenção estava no tratamento do caso como algo obscuro e passando a usar a palavra mistério para descrever as dificuldades que o caso apresentava, esta palavra era alçada de forma proeminente quando se tratava desse crime. Até aquela data, o jornal afirmava enfaticamente: "Ninguém sabe quem matou Edil!".

O corpo de Edil, havia sido entregue à Polícia Militar, que o encaminhou para o Necrotério Público. Lá, o médico legista Firmino Brasileiro realizou uma necropsia. Os resultados do exame cadavérico revelaram que:

"Existiam cinco perfurações na cabeça, distribuídas da seguinte forma - quatro no couro cabeludo e uma no queixo. Além disso, foram observadas contusões e escoriações por todo o corpo" (DBO, 22/02/1972).

As teorias que surgiram para explicar tais ferimentos eram diversas, algumas alegavam que eram resultados de agressões brutais, enquanto outras sugeriam que poderiam ser resultado da queda do corpo de uma altura aproximada de 30 metros, arrastado pelas águas do riacho nas proximidades.

Para desvendar esse enigma, um inquérito policial foi instaurado, com Antonio Batoré

Capítulo II

encarregado da investigação como detetive principal. Entretanto, as primeiras informações eram desanimadoras. O jornal resumiu o estado de espírito geral em relação às investigações com a frase incisiva: "ninguém viu, nem ouviu nada". A reportagem, deu um tom cético quanto a solução do caso, apresentou várias teorias divergentes sobre o caso, destacando que

"Uns acreditam que o menor tenha sido morto no local, enquanto outros pensam que o corpo tenha sido arrastado para ali pelas águas do riacho..." (DBO, 22/02/1972, pág.05).

É crucial notar que as investigações foram iniciadas em 19 de fevereiro, e o DBO só veio a público com a notícia do crime da cachoeira em 22 de fevereiro. Até aquele momento, não havia nenhuma sugestão ou hipótese relacionada a questões religiosas que pudessem esclarecer o mistério por trás desse trágico evento.

Como mencionado anteriormente nesta pesquisa, foi a população da Cachoeira que descobriu o corpo de Edil na manhã de domingo, 20 de fevereiro de 1972. Nesta análise mais aprofundada, verificou-se que o garoto foi encontrado totalmente despojado de suas vestes, e essa circunstância peculiar foi imediatamente comunicada às autoridades policiais. A descoberta de Edil sem roupas levou à prisão do primeiro suspeito, identificado como José Pereira da Silva, conforme relatado nas informações fornecidas pelo Diário da Borborema. Foi noticiado que José Pereira da Silva foi detido na Avenida Floriano Peixoto, enquanto praticava atos obscenos.

José Pereira, um operário de 38 anos, casado e residente na rua Militão Marques-Cachoeira, viu-se envolvido em uma situação desafiadora. O jornal, como meio de comunicação de massa, enfatizava que José havia sido preso sob a acusação de atentado ao pudor naquele dia, caracterizando-o como um "maníaco sexual". Essa narrativa construída pelo jornal evidencia o papel da notícia sensacionalista em influenciar a percepção pública e molda a maneira como o sujeito será representado na sociedade.

José, por sua vez, negava veementemente sua culpa e afirmava que nunca havia visto a criança em questão. Sua afirmação de que "não era homem de andar armado" era uma tentativa de se desvincular da imagem de um criminoso perigoso. Ele declarava sua inocência com a frase: "Eu não matei o menino, pode acreditar. Não sou criminoso".

A autoridade policial, por sua vez, atuou para manter José preso para "futuras averiguações". Isso demonstra como o sistema legal pode usar seu poder para controlar e gerenciar suspeitos, mesmo quando a evidência é incerta. Nesse cenário, José estava em uma posição desfavorável, neste momento restava tentar defender-se evitar ser rotulado como culpado antes mesmo de um julgamento adequado. As futuras averiguações seriam cruciais para determinar a verdade por trás do caso de José Pereira da Silva, demonstrando como as

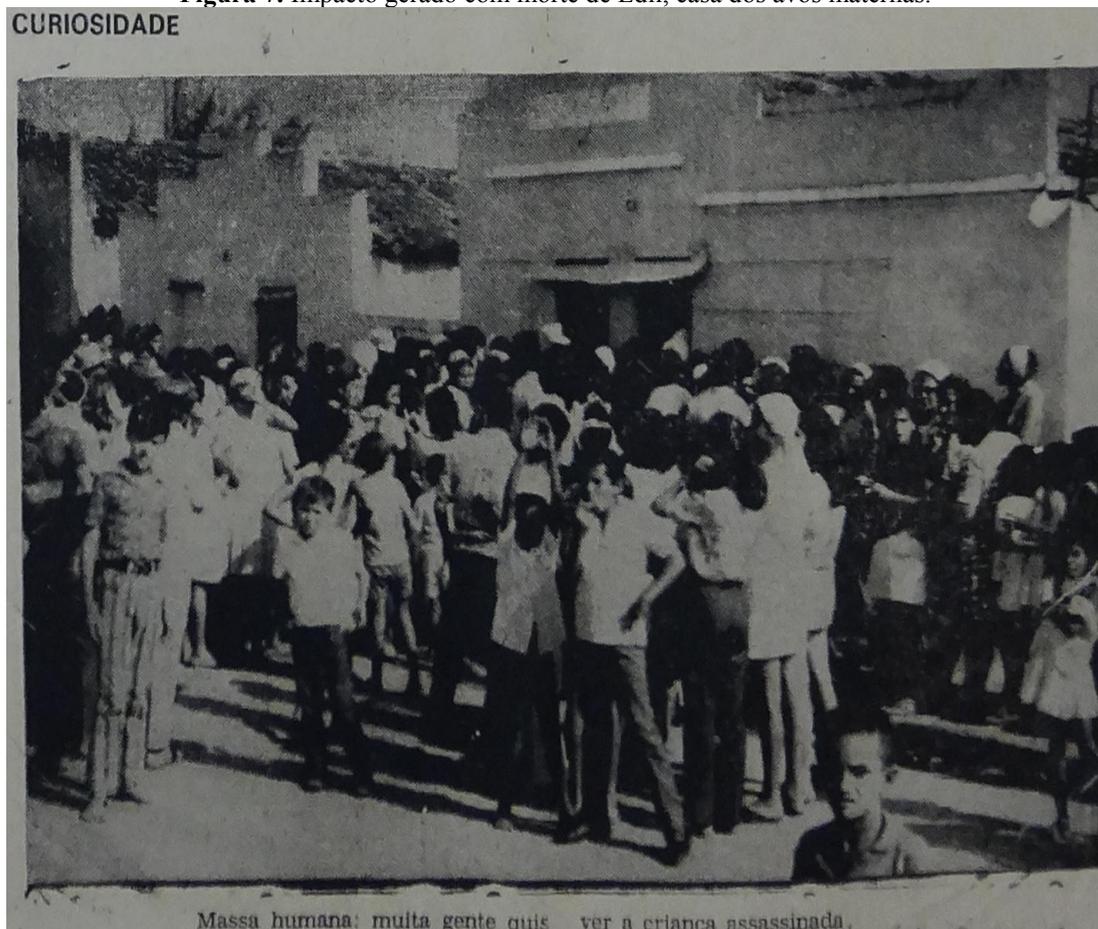
Capítulo II

dinâmicas de tática e estratégia se desenrolam no contexto das interações entre indivíduos e instituições de poder.

A Figura 7 exhibe uma imagem sugestivamente intitulada "Curiosidade", registrando um momento revelador do impacto do denominado "Crime da Cachoeira" sobre a comunidade e a cidade como um todo. A cena fotográfica destaca a residência dos avós maternos de Edil José da Costa, situada na rua Chile, no bairro Monte Castelo. Diante dessa moradia, observa-se um grupo de pessoas que se aglomera, manifestando uma intensa curiosidade em relação ao terrível acontecimento que abalou a todos.

O registro visual não apenas documenta a geografia emocional do luto, concentrando-se na proximidade da tragédia com a vida cotidiana, mas também evidencia a reação coletiva diante do impacto do "Crime da Cachoeira". A imagem "Curiosidade" representa, assim, um instante capturado no qual a comunidade se encontra unida pela perplexidade diante do evento, destacando a capacidade das imagens em transmitir a complexidade das emoções humanas perante situações trágicas.

Figura 7. Impacto gerado com morte de Edil, casa dos avós maternas.



Fonte: Diário da Borborema (1972)

Capítulo II

A legenda "Massa humana: muita gente quis ver a criança assassinada" reflete o sentimento de espanto e incredulidade que envolveu a comunidade naquele momento. Essas pessoas, que se reuniram em frente à casa, parecem estar lá não apenas para prestar condolências à família enlutada, mas também para tentar compreender os detalhes do que aconteceu com a criança, cujo destino trágico gerou tamanha comoção.

Um aspecto notável na cena é a presença de várias crianças, muitas delas olhando diretamente para a câmera do fotojornalista. Esse detalhe sugere que o "Crime da Cachoeira" despertou a curiosidade e o interesse mesmo entre os mais jovens, o que ilustra a profundidade do impacto que o evento teve na comunidade.

A partir dessa fotografia, podemos inferir que o caso teve repercussões que transcenderam os limites do bairro Monte Castelo. A comoção gerada não se restringiu apenas à vizinhança; ela se espalhou por toda a cidade. Essa reação justifica o intenso acompanhamento da imprensa ao caso, que estava sempre em busca de novidades, seja no âmbito da investigação policial, seja nas contribuições de populares seja de forma espontânea ou anônima. O "Crime da Cachoeira" não apenas dominou as manchetes dos jornais, mas também mexeu com a população por um período prolongado, tornando-se um assunto de grande relevância histórica e social na época.

A visão das crianças como seres especiais, livres de pecado, destinados diretamente ao céu, influenciava profundamente os ritos fúnebres dedicados a elas, essa prática diferenciava significativamente daqueles destinados aos adultos. Essas cerimônias eram marcadas por uma aura mais alegre, incluindo música, dança, doces e brinquedos. Os indícios no caso Edil sugerem um ambiente desolado.

As crianças que faleciam eram frequentemente referidas como "anjinhos" ou "inocentes", refletindo a crença de que sua pureza inata as tornava dignas de um lugar especial no reino celestial. Para honrar essa perspectiva, suas vestimentas e caixões eram cuidadosamente adornados com flores e fitas, simbolizando a inocência e a beleza da infância.

Conforme apontado por Reis (1991), os rituais funerários destinados às crianças assumiam uma atmosfera mais festiva, servindo como uma maneira de celebrar a vida que elas haviam vivido, ao mesmo tempo, em que proporcionavam consolo aos entes queridos que enfrentavam a perda. A presença de músicas, danças e elementos lúdicos refletia a esperança de que a jornada da criança prosseguisse de forma alegre e serena após a morte.

No entanto, no caso de Edil, a lembrança daquele dia se restringiu a um círculo íntimo de pessoas, composto principalmente por sua mãe, pai e irmãos. A morte do garoto ocorreu na ocasião em que a família Costa viajou a Campina Grande pela primeira vez para apresentar os

Capítulo II

netos à família de anunciada. A tragédia da morte de Edil não permitiu que sua vida fosse celebrada como nas cerimônias infantis típicas. Os rostos sérios das crianças que encaram o fotógrafo capturam a predominância do sentimento de pesar naquele momento.

Essas tradições, enraizadas na cultura e nas crenças religiosas, refletiam a maneira como a sociedade via a infância como um estado de graça, desprovido do fardo do pecado e digno de ser celebrado, mesmo no momento da despedida. Era uma maneira de expressar amor, respeito e esperança diante da partida prematura de uma criança.

Em nossas investigações, identificamos que esta é a única fotografia relacionada ao velório de Edil José da Costa. Não é possível afirmar com certeza se o fotógrafo entrou ou não na residência para registrar o momento de luto da família. O que temos registrado é a imagem intitulada "Curiosidade".

A morte de uma criança de maneira tão trágica gerava uma profunda comoção na sociedade. Para compreender essa ideia, é fundamental destacar que a tragédia envolvendo a perda de uma criança tocava profundamente o coração da comunidade. Isso demonstra como o evento repercutiu na esfera pública, despertando uma forte reação emocional e simpatia por parte das pessoas.

A imagem da "Curiosidade" é um testemunho visual da curiosidade natural das pessoas diante de um acontecimento tão comovente. Ela captura não apenas a tragédia em si, mas também a reação da comunidade, refletindo a importância desse evento na vida das pessoas e sua necessidade de entender e compartilhar o pesar da família enlutada. Essa fotografia serve como um documento histórico que ilustra o impacto da morte de Edil José da Costa na sociedade da época.

Em paralelo à comoção em velório da criança, conforme as informações continuavam a se desenrolar, uma corrida pela primazia na divulgação de novos fatos também se fazia presente, eclipsando frequentemente a verdadeira importância de esclarecer os eventos de forma precisa. Nesse ínterim, a identificação do responsável pelo crime tomava proporções de uma caçada midiática, cujas reverberações acabaram por respingar sobre outras pessoas e suas práticas religiosas. A interação entre o relato jornalístico e os meandros das crenças e práticas culturais da sociedade podem gerar narrativas complexas e multifacetadas.

A frase "O cadáver é de Edil, filho da minha vizinha que estava sumido desde ontem", atribuída a uma pessoa identificada pelo jornal como "doméstica Guia de Tal", revela como a comunicação de eventos traumáticos e o compartilhamento de informações importantes dependiam fortemente da vizinhança e das redes de relacionamento locais. O uso do termo "Tal" era comum em inquéritos policiais e processos judiciais quando se sabia pouco ou nada

Capítulo II

sobre a pessoa mencionada, destacando a falta de conhecimento detalhado sobre o indivíduo em questão. Isso também ressalta como a identificação das vítimas e o compartilhamento de informações dependiam das relações pessoais e da confiança na comunidade.

A narrativa prossegue, enfatizando que, como a pessoa que forneceu a informação não era moradora da Cachoeira, houve um atraso na identificação da criança desaparecida. A intervenção de "Guia" foi crucial para encerrar o desaparecimento de Edil e dar início à busca pelo responsável pelo ocorrido. Esse episódio destaca a importância das relações interpessoais e da solidariedade comunitária na resolução de problemas e na busca por justiça.

Além disso, a observação sobre o sensacionalismo na imprensa da época é relevante. A reportagem menciona que o repórter procurou Maria Anunciada para comunicar a notícia de que seu filho havia sido encontrado morto, enfatizando a busca pela notícia em primeira mão. Isso ressalta como a imprensa frequentemente recorria ao sensacionalismo para atrair a atenção do público e aumentar a circulação do jornal, mesmo ao lidar com tragédias familiares.

O estudo da história muitas vezes nos leva a investigar eventos que, à primeira vista, podem parecer triviais, mas que, quando examinados com cuidado, revelam insights valiosos sobre as sociedades humanas. Estes "acontecimentos aparentemente insignificantes" Ginzburg (1987) podem ser comparados a pequenas peças de um quebra-cabeça que, quando montadas, formam uma imagem mais completa e esclarecedora. Por exemplo, ao analisarmos os registros de conversas cotidianas entre pessoas em uma determinada época, podemos descobrir não apenas o vernáculo da época, mas também as hierarquias sociais, as normas culturais e até mesmo os conflitos subjacentes que moldaram aquela sociedade. É através desse exame minucioso que possibilitam compreender as complexas estruturas sociais e entender as diversas maneiras pelas quais os indivíduos se inserem e interagem dentro delas, fornecendo uma visão mais profunda e completa do passado humano.

Portanto, ao estudar casos como "O Crime da Cachoeira" e suas ramificações na sociedade da época, não somente buscamos entender os eventos em si, mas também as complexas redes de significados que se entrelaçam na intersecção entre o crime, a cobertura midiática e as crenças culturais. Os significados atribuídos a este caso assumiram uma dimensão sobrenatural, e o jornal desempenhou o papel de veículo para a expressão desse imaginário ao classificar esse crime como um ato de "magia negra"²⁶. Importante ressaltar que tal classificação

²⁶ A definição de magia negra é complexa e controversa, envolvendo aspectos históricos, sociais, religiosos e psicológicos. Geralmente, refere-se a uma prática mágica que busca manipular forças ocultas para objetivos maléficos ou egoístas, desafiando a ordem natural ou divina. A associação da magia negra varia, podendo estar relacionada a conceitos como bruxaria, satanismo, ocultismo e esoterismo, dependendo do contexto e da perspectiva analisada.

Capítulo II

foi feita sem a apresentação de evidências concretas que justifiquem, tal afirmação. Ao que parece, na ausência de indícios mais racionais ou lógicos que pudessem explicar o ocorrido, a explicação sobrenatural passou a ocupar esse espaço vago, ou seja, funcionou como uma forma de preencher a lacuna interpretativa, ou melhor dizendo, como uma maneira de dar mais impulso à narrativa jornalística.

Essa abordagem expõe o recurso da imprensa a elementos sensacionalistas ou misteriosos para atrair a atenção para si, especialmente quando os fatos são incompreensíveis ou desafiam uma explicação lógica imediata. A classificação do crime, o ritual de “magia negra” como motivadora do crime sem uma base factual sólida pode ser compreendido como o jornalismo muitas vezes se apoiou em narrativas sensacionalistas para gerar interesse em suas reportagens, mesmo quando as informações disponíveis eram escassas ou ambíguas.

No cerne dessa narrativa sobrenatural, restava revelar uma peça fundamental e ausente: a identificação do indivíduo responsável por perpetrar um ato tão desumano e cruel contra uma criança, em nome de uma prática obscura. Foi nesse contexto complexo que a figura da "Bruxa da Cachoeira" se manifestou, anteriormente reconhecida sob diferentes alcunhas, como "Maria Timbu", a "Pessoa Bondosa", e também pelo seu nome civil, Maria Luiza.

A decisão editorial de retratar a figura de Maria Luiza como uma "bruxa" adquire uma nova perspectiva quando consideramos o ponto de vista proposto por Freud (2011) em sua obra "A Psicologia das Massas". Essa abordagem editorial foi, em parte, motivada pela riqueza narrativa que tal representação oferecia, prometendo assim atrair maior atenção e interesse do público.

"A Psicologia das Massas", como explorada por Freud, investiga como os indivíduos podem ser influenciados e mobilizados por elementos simbólicos e emocionais compartilhados em uma sociedade. A representação da "Bruxa da Cachoeira" como uma figura sobrenatural pode ser interpretada como uma tentativa de explorar esses elementos para criar uma narrativa envolvente e impactante.

Uma massa é uma provisória entidade, que consiste de elementos heterogêneos que se juntaram por um momento. Como os indivíduos que a compõem formam uma massa, todas as características peculiares de sua mente inconsciente vêm à tona, enquanto suas características conscientes recuam (FREUD. 2011, p.14).

Portanto, ao adotar essa abordagem editorial, o veículo de imprensa não apenas buscava informar, mas também buscava envolver o público por meio da exploração das complexas dinâmicas psicológicas e emocionais presentes na sociedade da época. Essa análise nos permite

Capítulo II

compreender como a construção da imagem de Maria Luiza como uma "bruxa" vai além de uma simples representação factual, tornando-se uma narrativa que ressoa profundamente com as emoções e crenças coletivas da sociedade daquele momento.

Segundo Davis (2016) “...essas opressões se combinam para criar uma realidade de discriminação e subordinação”, destaca a interconexão das opressões de gênero, raça e estratificação social, demonstrando como essas formas de discriminação se combinam e se reforçam mutuamente. Isso significa que as mulheres negras, por exemplo, enfrentam não apenas o sexismo, mas também o racismo e a estratificação social simultaneamente. No contexto da representação da "Bruxa da Cachoeira", Angela Davis nos leva a considerar como questões de gênero, raça e classe podem ter desempenhado um papel crucial na construção dessa figura. As representações sociais e culturais de mulheres, especialmente aquelas que desafiavam as normas tradicionais de gênero ou exerciam alguma forma de autonomia, podem ter influenciado a escolha dessa representação.

Ao examinarmos como essa narrativa foi moldada e comunicada através da mídia da época, torna-se claro que a decisão de retratar Maria Luiza como uma "bruxa" foi uma estratégia de representação cuidadosamente escolhida. Essa representação buscava criar um impacto profundo e envolver o público, aproveitando as complexas dinâmicas de gênero, raça e classe presentes na sociedade da época. Portanto, a compreensão dessas interseções é essencial para uma análise completa das representações históricas e culturais que moldaram figuras como a "Bruxa da Cachoeira" e sua influência na percepção pública.

Os desdobramentos que se seguiram a partir desse ponto revelaram algo de suma importância, tanto para a pesquisa quanto para quem lê este trabalho. Uma parte crucial do quebra-cabeça foi completada quando se descobriu que Maria Luiza se chamava, na verdade, Maria Luiza da Conceição. Essa informação ampliou significativamente o horizonte de conhecimento sobre a vida dessa mulher.

A partir dessa complementação de informações, tornou-se possível desvendar novos indícios que lançariam luz sobre a história de Maria Luiza da Conceição. Alguns desses indícios e descobertas serão compartilhados nas páginas subsequentes deste estudo, proporcionando uma compreensão mais profunda e abrangente da trajetória e das circunstâncias que envolveram essa personagem central nesse intrigante episódio “sobrenatural”.

2.1 “A Bruxa da Cachoeira”

A problemática da representação ganha proeminência quando, em 3 de março de 1972,

Capítulo II

a capa do DBO estampa, em letras garrafais (Figura 8) destaca a manchete: "BRUXA DA CACHOEIRA ACUSADA DE ASSASSINAR O GAROTO EDIL" (DBO. CAPA. 03/03/1972). Sobre a palavra "acusada", no canto superior direito da matéria de capa, é inserida uma fotografia intitulada "BRUXA", seguida imediatamente pela descrição: "Maria Timbu: denúncia veio por carta". A notícia que coloca em evidência a figura da "Bruxa da cachoeira" nos conduz a uma reflexão essencial: no âmbito do trabalho do historiador, a tarefa excede a mera narração dos eventos pregressos e adentra o esforço de desvendar os contextos e as motivações subjacentes, ressaltando a intrincada intersecção entre a história cultural, as práticas do cotidiano e os fluxos informativos característicos daquela época.

Figura 8. Maria Timbu é destaque de notícia de capa no jornal "BRUXA DA CACHOEIRA" acusada do assassinato de Edil.



Fonte: Diário da Borborema (1972)

Capítulo II

Ademais, a fotografia intitulada "BRUXA" situada estrategicamente acima da descrição "Maria Timbu: denúncia veio por carta" contribui para forjar essa imagem estereotipada. A junção entre o termo incriminatório e a imagem da mulher reforça a narrativa que o jornal pretende transmitir, interligando a acusação à sua visualização. Esta simbiose entre texto e imagem lança as bases para a fixação de uma identidade socialmente construída para Maria Luiza, condicionando a percepção pública dela como uma personagem envolta em mistério e potencialmente maligna.

Nesse sentido, a capa sugestiva do DBO, com sua chamada polêmica sobre a "Bruxa da cachoeira", constitui um exemplo emblemático de como a mídia do período não somente relatava acontecimentos, mas também os envolvia em camadas de significados e representações, dando forma à visão que a sociedade tinha sobre os eventos e as pessoas envolvidas.

É essencial reconhecer que o papel do historiador vai além da simples coleta de fatos históricos. Ele desempenha também o papel de analista, dedicando-se à compreensão dos processos históricos, das redes de significado e dos universos simbólicos que exercem influência e moldam a sociedade ao longo do tempo. Isso implica não apenas na investigação do "o quê" dos eventos, mas também na busca pelo "porquê" e pelo "significado" por trás deles, visando compreender as motivações, crenças e valores que nortearam as ações das pessoas no passado. Essa abordagem enriquece significativamente a compreensão da história e de como ela continua a impactar o presente.

Portanto, no contexto desta pesquisa, emerge como uma tentativa de desvelar os meandros dessas representações e compreender os motivos por trás das escolhas editoriais e da construção discursiva que permeiam os registros históricos. Ao analisarmos a capa do DBO daquele ano, somos lembrados de que o ato de narrar a história vai além da mera cronologia factual, englobando a interpretação sensível das nuances culturais e sociais que permeiam os eventos, suas representações e as dinâmicas comunicativas da época. "Maria Timbu", agora metamorfoseada em "Maria Luiza da Conceição" foi apontada (por meio de uma carta anônima) como autora do crime da cachoeira, o que acabou por conduzi-la a presença da autoridade policial representada pelo Bel. Coronel Raimundo Cordeiro, em março de 1972. O caso Edil não apenas reverberou no registro jornalístico campinense por alguns anos. O passar dos anos não diminuiu a correlação entre o caso e a presença de seu nome em relatos mediáticos.

A catimbozeira Maria Luiza da Conceição, "Maria Timbu", foi apontada como a autora da morte do menor Edil José da Costa, encontrado morto há quinze dias

Capítulo II

na Cachoeira. A denúncia foi feita através de uma carta anônima que deixaram no Posto Policial de José Pinheiro, Quarta-feira à noite que se encontra em poder do delegado Cordeiro de Moraes. Maria Timbu foi acusada anteriormente de ter participado de ritual de magia negra, no desenrolar do qual foi sacrificado o cabaceiro "Dandor²⁷". A acusada foi presa e negou ter feito o crime do menino. O titular da delegacia especializada determinou que fossem feitas investigações em torno do caso (DBO, 03/03/1972, CAPA).

No contexto histórico que nos envolve, deparamo-nos com um caso de inegável complexidade que recentemente ganhou proeminência. O foco da atenção recai sobre Maria Luiza da Conceição, o DBO refere-se a ela como a "catimbozeira", figura central nas suspeitas de ser a responsável pela morte de Edil José da Costa, o tom da matéria é de uma narrativa que se desdobra em intrincadas camadas de mistério e obscuridade.

A seguir, encontra-se apresentada integralmente a imagem (Figura 9) da reportagem de capa do DBO datado de 03 de março de 1972. A partir deste material, foi explorada a maneira pela qual o jornal estabelece e perpetua uma representação estereotipada de Maria Luiza, por meio da interação entre texto e imagem, agora não apenas reconhecida como "Maria Timbu", mas também submetida à alcunha de "A Bruxada Cachoeira":

²⁷ O jornalista comete um equívoco ao datilografar sobre o crime de 1971, ao se referir à vítima como "Dandor". Ao utilizar esse termo, o profissional de imprensa deixa transparecer que talvez não tenha sido sua prática habitual consultar as fontes disponíveis, incluindo o arquivo do próprio jornal, onde a vítima foi identificada como "Nador" em uma reportagem de setembro de 1971. É interessante notar que a disposição das teclas na máquina de escrever é a mesma que inspirou o teclado dos computadores modernos, o que torna evidente que não deveria haver um erro de digitação entre as letras "D" e "N". Essas práticas podem, por vezes, induzir leitores desavisados a cometer erros semelhantes de interpretação.

Capítulo II

Figura 9. Reportagem integral de capa do DBO que destaca "Maria Timbu" como "A Bruxa da Cachoeira"

Delegado do DOPS ouve os dois detetives (8a. página)

DIÁRIO DA BORBOREMA
Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

1972. MESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA
Campina Grande — Sexta-feira, 3 de Março de 1972 N. 2421

APRIMORAMENTO **CONCEITO** **DELEGADO** **BRUXA**



Partido objetiv a dimensão Preciso, detentor do século Marinho, verídico vai ser dia Maria Timbu, detentora não por carta

BRUXA DA CACHOEIRA ACUSADA DE ASSASSINAR O GAROTO EDIL

Estadual de Patos tem vagas e não matrícula
PATOS (Socursal) — Ainda existem com vagas para a primeira série do curso ginasial no Colégio Estadual de Patos porque a maioria dos que procuram matricular-se ali não fez o exame de seleção.
Por determinação superior, os estudantes que não satisfazem as exigências necessárias não podem matricular-se. Isto está acarretando quase o abandono, pois que se sentem prejudicados. Esses acreditam que o Secretário de Educação e Cultura poderá fazer um reexame do caso e matricular os estudantes que não podem frequentar colégios pagos.

Morte de Farias enluta o Forum
O Dr. Francisco Barreto, diretor do Fórum Municipal, faleceu ontem à noite, vítima de um ataque cardíaco. O falecimento ocorreu na capital paulista.
O Dr. Farias tinha 61 por muito tempo professor da Universidade de Campina Grande. Especializou-se em medicina interna e cirurgia da endocrinologia, tendo atuado durante sua carreira profissional em várias instituições de ensino e pesquisa.

Secretário falou para alunos de Odontologia
"O Homem e as Ciências Médicas" e "Odontologia como Profissão de Saúde" foram os temas abordados pelo médico Privaldo Galvão, Secretário de Saúde do Estado, durante uma palestra que proferiu ontem às 3 horas no auditório da Faculdade de Odontologia de Campina Grande.
Em sua conferência tratou a responsabilidade do odontólogo ante os problemas de saúde pública, enfatizando a imprescindibilidade do trabalho definido pela Organização Mundial de Saúde.

Bombeiros ficam vendo o inverno
Já o pessoal do Corpo de Bombeiros de Campina Grande não tem mais nada a fazer, pois que as temperaturas baixas e o inverno não permitem a ocorrência de incêndios. Durante o inverno, os bombeiros ficam vendo o inverno.
O chefe do Bombrão, coronel José Sobrinho, falou a respeito do problema.
Comentou ainda que "agora os bombeiros não têm nada a fazer, pois que as temperaturas baixas não permitem a ocorrência de incêndios".

CEU reformado para funcionar
O Clube dos Estudantes Universitários-CEU que há mais de dois anos estava quase completamente abandonado, voltou a funcionar depois de sofrer várias reformas. É o que informou o superintendente Carlos Roberto Pires, diretor do Distrito Acadêmico da Universidade.
Adaptou que melhorou o nome do estabelecimento para Clube dos Estudantes Universitários, visando ao melhor funcionamento. Também melhorou a estrutura física do prédio, visando ao melhor funcionamento.

Clavas torrenciais caem em todo Cariri
Clavas torrenciais estão caindo desde o último dia vinte e nove em toda a região do Cariri paraibano, afetando nos municípios de Sobradinho, Juazeirinho, São Vicente do Seridó, Olinda, Pedra Lavrada e Cabedelo, provocando a morte de muitas pessoas e a destruição de muitas propriedades.
A informação é do extensionista Antônio Farias, do Sobradinho, chefe do escritório da ANCAR-PI em Sobradinho.
Informou ainda que o escritório da ANCAR-PI em Sobradinho está incentivando o plantio de palma forrageira, fazendo financiamentos através de crédito orientado para a construção de açudes, barragem, cisternas e silos forrageiras.
Ainda segundo ele, as perspectivas são boas com a chegada do inverno e que vem aumentando o número de agricultores que procuram informações no escritório da ANCAR-PI para tomarem conhecimento dos novos projetos de Crédito Rural.

Ariano Suassuna confirmou aula
Está confirmada para amanhã, às 20 horas, no Teatro Municipal a aula inaugural do curso de Letras da Faculdade de Ciências Humanas e da Faculdade de Ciências Econômicas.
Será proferida pelo Professor Ariano Suassuna, da Universidade Federal de Pernambuco, e contará com a participação dos Deputados de Minas Amador Balleza e Universidade. O conferenciante é famoso em todo o Nordeste e no Brasil pelas pesquisas de caráter brasileiro e sua interpretação em nível de análise crítica.

Rotary encerra a sua campanha
A campanha promovida pelo Rotary Clube de Campina Grande, visando a construção de um edifício a Ovelha Pedro Araújo, foi encerrada ontem, com a arrecadação de um valor de que será o investimento necessário, o necessário para a construção do edifício.

Sociedade empossou os novos dirigentes
Terminaram posse ontem, às 20 horas, os novos diretores da Sociedade Odontológica, em substituição que se realizou no auditório da Faculdade de Odontologia. Os novos dirigentes são: Elton Fortado, presidente; José Raimundo Sousa, vice-presidente; Eutímio Pinto, primeiro secretário; Wanderley Amorim, segundo secretário; Odeir Lopes, bibliotecário; O Conselho Fiscal ficou com os seguintes membros: Antônio Bandeira, Hamar Finisola e Nelson Almeida.

Atenção
Para quem estiver interessado em adquirir uma residência por excelente preço. Com 3 quartos, 1 banheiro, jardim, mobília completa, dependência para empregada etc. Localizada a Rua Major Beltrão, 211, próximo à Rua de Ferro e à Rua do Comércio. Travar na Faculdade Borborema — Praça da Terceira, 32, Campina Grande.

Fábrica São José JOSE BEZERRA SOBRINHO Móveis de ferro que embelezam seu lar
R. João Pessoa, 743 --- Fone 3385

Cabana do Possidônio Sua casa fora de casa O endereço certo para uma boa alimentação
R. Floriano Peixoto -- Fone 3324

RAIMUNDO FERREIRA & CIA ESTIVAS EM GERAL
Ron Montilla — Cinzano — Conhaque de Alcatraz de São João da Barra — Whisky especial: Maio Nobilis e toda linha nacional. Com excelente preço para revendedor
R. João Pessoa, 182 - Fone 2419

Prefeitura consegue dinheiro com o BB (8a. página)

Capítulo II

É imperativo destacar o elemento desencadeador desta intriga, a saber, a denúncia, se originou de forma anônima, sob a forma de uma carta. Segundo relatos contidos na matéria, essa carta misteriosa foi entregue em uma quarta-feira à noite no Posto Policial situado no bairro de José Pinheiro e, naquele exato momento, repousava nas mãos do delegado Cordeiro de Moraes. Tal denúncia serviu de catalisador para uma investigação que, como logo se verá, lançaria luz sobre eventos desconcertantes (o qual foi relatado) no início do primeiro capítulo desta pesquisa).

Adicionalmente, o texto jornalístico faz alusão a um episódio passado que arroja sombras sinistras sobre a figura de Maria Luiza. Anteriormente, ela havia sido acusada de envolvimento em um ritual associado à "magia negra", no qual se alega que um indivíduo conhecido como "Dandor" teria sido vítima de um sacrifício de "magia negra". no entanto, Maria Luiza veementemente refutou qualquer implicação no crime que vitimou o jovem Edil. O delegado responsável pela delegacia especializada, diante deste panorama enigmático, determinou prontamente a instauração de uma investigação minuciosa destinada a desvendar os contornos nebulosos deste sombrio episódio.

Ao analisarmos cuidadosamente este material, somos convidados a mergulhar nas complexas estratégias comunicativas e simbólicas utilizadas pelo veículo de imprensa em questão. Essa investigação nos permite compreender que a construção desta representação vai além da simples exposição de fatos objetivos; ela é meticulosamente incorporada no intrincado tabuleiro das representações culturais da época. Nesse contexto, as ações humanas nem sempre refletem sua aparência inicial, e frequentemente não são exatamente como são apresentadas. Quase invariavelmente, algo mais pode ser revelado ou ocultado por trás de qualquer empreendimento humano. Por meio dos jornais, é possível obter informações e indícios relacionados a Maria Luiza e outros atores envolvidos na trama, conforme destacado por Reis: "Os jornais fornecem informações sobre as acusações de feitiçaria ..., as perseguições policiais que ele sofreu, as suas atividades econômicas e políticas... e a sua participação em movimentos sociais e culturais" (REIS, 2008, pág. 02).

Nesse sentido, é imperativo examinar a capa do DBO à luz das escolhas editoriais, da linguagem empregada e do papel da imagem na construção da identidade da figura de Maria Luiza da Conceição. Ao designar-lhe o epíteto de "bruxa" da Cachoeira", o jornal não apenas sugere uma caracterização pejorativa, mas também explora a rica simbologia associada ao termo "bruxa", evocando ideias de mistério, magia e, muitas vezes, maldade. A estigmatização das mulheres com conhecimentos de plantas e ervas se encaixa em um padrão histórico mais

Capítulo II

amplo de marginalização de pessoas que desafiavam as normas culturais e religiosas da época. É importante, portanto, ressaltar que o rótulo de "bruxa" foi frequentemente empregado como um meio de desacreditar mulheres, em particular aquelas que detinham conhecimentos acerca das propriedades das plantas, ervas e práticas de cura natural. Tal estigmatização, notoriamente acentuada durante a Idade Média e a era da caça às bruxas, reflete uma série de dinâmicas sociais, culturais e religiosas da época.

Durante séculos, a sociedade patriarcal frequentemente marginalizou e temeu as mulheres que demonstravam sabedoria nas artes da cura à base de plantas e ervas. Aqueles que possuíam esse conhecimento, eram muitas vezes vistos com suspeita, pois suas práticas eram consideradas ameaçadoras para a ordem estabelecida, incluindo a medicina convencional e a autoridade religiosa.

Em muitos casos, as mulheres que atuavam como curandeiras ou parteiras, aplicando seus conhecimentos empíricos de cura, eram rotuladas de bruxas e acusadas de práticas heréticas ou de magia negra. Isso ocorreu em parte devido ao medo de que essas mulheres desafiassem a autoridade da igreja ou minasse o domínio dos médicos e barbeiros, que eram predominantemente homens.

As chamadas "bruxas" eram frequentemente vistas como uma ameaça à ordem social estabelecida e, como resultado, muitas foram perseguidas, julgadas e executadas durante os períodos de histeria das bruxas na Europa e em outras partes do mundo.

Por conseguinte, a análise da matéria de capa do DBO revela a maneira astuta pela qual a mídia da época moldava percepções e influenciava atitudes por meio de representações carregadas de significado. Esse processo de construção de imagem, alimentado por escolhas editoriais e visuais, demonstra como o jornal não somente relatava os eventos, mas também participava ativamente na formulação da memória coletiva, identidade social e como também na consolidação de estereótipos culturais.

No cenário brasileiro do século XX, os jornais desempenharam um papel multifacetado na construção da identidade nacional, na difusão de ideias políticas e na formação da opinião pública. Como analisado por Fausto (2019), "Os jornais eram também o espaço no qual diferentes correntes ideológicas, desde a década de 1920, podiam expressar seus pontos de vista". A imprensa não apenas serviu como um meio para informar e entreter, mas também como um campo de batalha ideológica, onde diferentes grupos competiam pela adesão das massas e pela definição das narrativas históricas. No entanto, é crucial lembrar, como destaca Sodré (2010), que "o jornal é uma forma comercial, e o mercado exige a ampliação do público. Seu ritmo não é o da realidade, mas o da vida pública", evidenciando que os jornais muitas

Capítulo II

vezes privilegiavam o sensacionalismo e a busca pelo público em detrimento da profundidade e precisão nas informações. Portanto, a análise do papel dos jornais no século XX brasileiro requer uma apreciação equilibrada das suas contribuições para a formação da opinião pública, bem como da influência dos interesses comerciais na moldagem da informação e da cultura.

A imprensa também foi responsável perpetuador (como pode-se observar com Maria Luiza) preconceitos religiosos e raciais contra os seguidores de religiões afro-brasileiras. Isso ocorreu por meio de representações que marginalizavam esses indivíduos, conforme delineado pelo arcabouço conceitual proposto por Roger Chartier. O panorama midiático da época refletiu e, de certo modo, contribuiu para as tensões e disparidades culturais e étnicas que moldaram a tessitura social desse período.

As religiões afro-brasileiras, enraizadas nas profundezas da diáspora africana e nas tradições iorubás, frequentemente ocuparam uma posição periférica nas atenções da imprensa ao longo do século XX. A cobertura midiática, em muitas ocasiões, adotou uma abordagem sensacionalista e carregada de estereótipos ao abordar os rituais, as crenças e os seguidores desta fé. O quadro conceitual desenvolvido por Roger Chartier, que ressalta a interação entre o conteúdo textual e a recepção por parte do público, oferece uma lente valiosa para compreender a maneira pela qual essas representações marginalizadoras foram forjadas e continuamente propagadas.

As representações negativas frequentemente associavam, inicialmente, o candomblé a práticas rotuladas como "exóticas" ou "primitivas". Essa associação se estendeu posteriormente a outras práticas religiosas derivadas dela, reforçando, assim, a hierarquia cultural eurocentrada predominante naquela época. Essa construção midiática fortalecia o estigma vinculado a essas religiões, contribuindo para a perpetuação de estereótipos carregados de preconceito. Além disso, a imprensa era propensa a associar o candomblé a características de criminalidade ou comportamento desviante, intensificando ainda mais os contornos discriminatórios que cercavam essa prática religiosa.

A dimensão racial desempenhou um papel intrincado na tapeçaria da cobertura midiática. Conforme podemos observar durante esta pesquisa, a imprensa contribuiu na criação desse imaginário que retratava os seguidores do candomblé como pertencentes a grupos étnicos marginalizados, atuando como um espelho da hierarquia racial já existente. Essa representação racializada não somente perpetuava preconceitos profundamente arraigados, mas também influenciava a maneira como a sociedade percebia e interagia com essa manifestação religiosa.

Nesse contexto, a contribuição de Roger Chartier ganha destaque. Sua análise ressalta o papel da imprensa como um veículo de disseminação de informações e perspectivas, crucial

Capítulo II

na construção das percepções sociais. Chartier argumenta que as representações impressas moldam a maneira como os leitores compreendem e internalizam determinados conceitos e estereótipos. No caso do candomblé no século XX, a imprensa exerceu um papel central na forja e persistência de uma perspectiva negativa e estigmatizada sobre essa fé e seus adeptos. Essa influência midiática contribuiu, assim, para a disseminação do preconceito religioso e racial profundamente enraizado na sociedade da época.

O Crime da cachoeira nos convida a refletir sobre a perpetuação do debate em torno da representação, com enfoque na dinâmica de "poder e dominação", onde se busca demarcar à alteridade a concepção particular de ordem social, conforme delineado por Certeau (1994). Observamos que a trajetória de "Maria Timbu", também denominada xangozeira, macumbeira e catimbozeira em 1967, evoluiu para "Maria Luiza" em 1971 e posteriormente para "Maria Garapa" (nos autos do processo), culminando na figura da "Bruxa" da Cachoeira em 1972. Notamos, portanto, que a Maria Luiza será direcionada a representação associada a atributos de bruxa.

No contexto da abordagem do jornalismo policial, emerge um questionamento acerca do papel desempenhado por tais narrativas na construção histórica de uma conotação negativa em relação tanto às religiões afro-brasileiras quanto aos seus adeptos. O entrelaçamento do poder e da dominação, como delineado por Chartier (1990), permanece uma constante ao longo deste processo de representação.

Nesse sentido, a perspectiva da História Cultural nos convida a examinar como os discursos midiáticos moldaram a percepção da sociedade em relação às identidades religiosas e seus praticantes, revelando as complexas dinâmicas de poder, representação e estigmatização que permeiam essas narrativas ao longo do tempo.

A abordagem jornalística desempenha um papel significativo na construção da representação dessa mulher que enfrenta acusações de assassinato ritualístico. O poder e a dominação na produção, distribuição e controle dos textos e práticas de leitura, os meios de comunicação, frequentemente influenciados por elites, instituições e sistemas de poder, podem moldar profundamente como o público percebe eventos e indivíduos.

Nesse contexto, os jornalistas têm o poder de influenciar a narrativa e a representação de uma figura como Maria Luiza, acusada desse crime. Eles podem escolher as palavras, imagens e enquadramentos que utilizam para contar a história, o que pode resultar na associação dessa mulher com o conceito de bruxa, sacrificadora ou criminosa religiosa, contribuindo assim para a construção de uma representação negativa. O controle sobre a produção e a distribuição dessas informações pode impactar profundamente a percepção pública e a compreensão que

Capítulo II

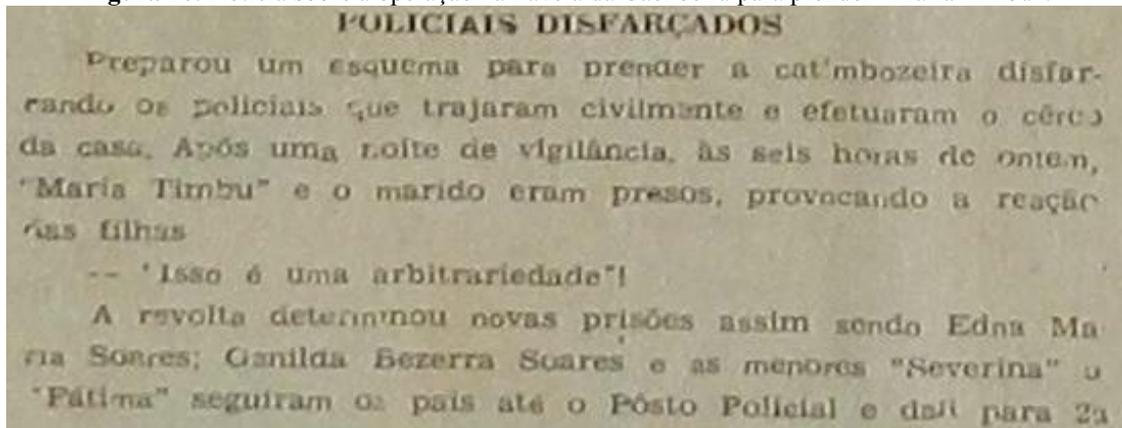
eles possam ter do caso.

Portanto, o poder e a dominação na disseminação de informações e cultura histórica é relevante para entender como a abordagem jornalística pode desempenhar um papel fundamental na construção de representações sociais, incluindo aquelas ligadas a questões religiosas e culturais complexas.

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, outenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o pseudomínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiadamente curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1991, pag. 17).

Ao analisarmos o desenrolar dos eventos, notamos que em 3 de março de 1972, em que Maria Luiza foi conduzida à presença das autoridades policiais. O acontecimento curioso reside no fato de que para efetuar essa ação na Favela da Cachoeira, foi montada uma operação coordenada, cujo alvo, conforme descrito nos jornais da época (Figura 10), era a "xangozeira" posteriormente nomeada também de Bruxa, cuja imagem ficou posicionada acima da palavra "acusada" na capa daquele jornal do dia.

Figura 10. Notícia sobre a operação na Favela da Cachoeira para prender "Maria Timbu".



Fonte: Diário da Borborema (1972)

A trajetória de Maria Luiza revela a implementação de estratégias para enfrentar o complexo cenário em que se viu envolvida, incluindo a negação de sua associação como "catimbó", conforme reportado pelos veículos de imprensa. Ao abordar a indagação central sobre como Maria Luiza foi implicada no caso Edil, bem como se existiam elementos que a relacionavam ao local do crime, é importante examinar os registros impressos para decifrar as nuances das narrativas construídas e difundidas pela sociedade. No caso de Maria Luiza, a

Capítulo II

influência da imprensa na forma como ela foi inserida no enredo do caso Edil, moldando a percepção pública.

A presença de elementos que podem conectá-la à cena do crime nos leva a considerar a análise da construção de significados e interpretações dentro do contexto histórico. Ao investigarmos os detalhes e as circunstâncias que associam Maria Luiza a esse cenário, somos capazes de compreender a complexidade das estratégias utilizadas para moldar a sua identidade no contexto do caso Edil.

Indivíduos comuns, como Maria Luiza, ao se ver diante acusações de um crime tão grave como o assassinato de uma criança. Vai em seu cotidiano desenvolver táticas para enfrentar as estruturas de poder para garantir sua sobrevivência física e social. A acusação de homicídio, especialmente o assassinato de uma criança, representava uma ameaça tanto à sua existência física e social. A morte física era uma possibilidade real, já que poderia sofrer represálias violentas devido às acusações. A morte social, por outro lado, implicava o desprezo da comunidade em que vivia, sendo apontada como criminosa, assassina de crianças, e associada a rótulos pejorativos como "catimbozeira", "xangozeira" e "bruxa". Tais acusações poderiam instilar o medo na comunidade e fortalecer a crença na culpa de Maria Luiza, perpetuando as representações marginais que lhe eram atribuídas.

Para sobreviver a essa situação, Maria Luiza adotou uma tática de negação. Ela afirmou que as acusações eram fruto de calúnias promovidas por pessoas mal-intencionadas e negou qualquer envolvimento em cultos relacionados ao "catimbó", jurema ou umbanda. A negação era, portanto, uma estratégia crucial para sua sobrevivência.

Nesse contexto, Maria Luiza e outras pessoas em circunstâncias semelhantes demonstraram agência ao desafiar as acusações e atribuir significados em um mundo onde as estruturas de poder e sistemas de significado eram frequentemente impostas de cima para baixo. Esse desafio não estava necessariamente relacionado a confrontações diretas, mas sim ao uso de táticas que envolviam a apropriação do espaço do outro sem necessariamente possuí-lo ou modificá-lo. Suas ações destacam como os indivíduos podiam resistir à pressão das multidões e às estruturas de poder, mesmo quando confrontados com acusações graves, mantendo integridade física e social preservada.

A atitude de mentir ou negar ser praticante de uma religião de culto afro-brasileiro pode ser compreendida como uma tática sob a perspectiva de Certeau (1994). Isso ocorre quando essa ação é uma maneira de se proteger ou resistir às perseguições originadas das estruturas dominantes. Quanto à intrigante introdução de uma carta anônima no desenrolar do caso, a análise se aprofunda nas ideias de Geertz (1989), que argumenta sobre a interpretação cultural

Capítulo II

como um exercício que requer atenção meticulosa aos símbolos e significados presentes nas práticas sociais. A carta anônima, enquanto um artefato carregado de simbolismo e significado, pode ser decodificada através de uma lente cultural para entender o seu papel na articulação do enredo que envolve Maria Luiza no caso.

A "carta anônima" emerge como um artefato acusatório, representando a sentença de um jurado oculto que, por meio de algumas palavras, tem o poder de suscitar suspeitas em relação ao indivíduo sob acusação. O anonimato confere proteção ao acusador, enquanto expõe o acusado. No que diz respeito a este último, todas as informações parecem acessíveis, incluindo a minuciosa investigação de seu passado. Por outro lado, o acusador, anônimo e representado pelo jurado oculto, depara-se com a autoridade constituída, que assume o papel de destinatário deste artefato, incumbida da tarefa de julgar a validade de tal prova acusatória.

2.2 O crime da Cachoeira: Na perspectiva do Diário da Borborema e do Jornal da Paraíba

Na página seguinte, deparamo-nos com a Figura 11, a qual consiste em uma reportagem do Jornal da Paraíba, datada de 03 de março de 1972, intitulada "Crime da Cachoeira já começa a ser desvendado". A matéria é ilustrada por duas fotografias, nas quais estão retratados frontalmente dois indivíduos detidos pela polícia: Maria Luiza e Antônio. Essas imagens, capturadas sob essa perspectiva específica, transcendem a mera busca pela facilitação da identificação, alinhando-se ao conceito de representação proposto por Roger Chartier.

A escolha editorial de apresentar as visões frontais não se limita à identificação dos suspeitos, mas busca também moldar uma narrativa visual que, de maneira mais incisiva, sugira a culpabilidade dos retratados. Ao concentrar-se exclusivamente na perspectiva frontal, a reportagem adota uma abordagem que não apenas identifica, mas procura ativamente representar os indivíduos, havendo uma intenção clara na escolha dos ângulos específicos.

Essa prática faz parte do enredo delineado pelo editorial, que, ancorado nas imagens, busca não apenas enriquecer a redação jornalística, mas também confirmar o interesse do público em temas relacionados a casos criminais. Tal abordagem visa não só atrair um público consumidor mais amplo, mas também influenciar a opinião pública, convidando os leitores a se envolverem e expressarem suas opiniões sobre assuntos como o "crime da cachoeira".

Capítulo II

A escolha da forma como as fotografias de Antônio e Maria Luiza, tem como base os usos da fotografia forense no Brasil no final do século XIX a partir dos estudos de Alphonse Bertillon²⁸, que a utilizou para identificar suspeitos com base em suas características físicas. Também teve um papel importante na documentação de cenas de crimes, com a adaptação de câmeras em tripés para analisar corpos em locais de delito.

Apesar do desenvolvimento bastante rápido da fotografia, a sistematização da ciência e da arte fotográfica aplicada à área forense remete ao francês Alphonse Bertillon (1853-1914). Importante figura da história de diversas áreas da Ciência Forense, inaugurou o uso da fotografia para identificação de suspeitos, baseada em caracteres visuais, através de traços fisionômicos, cicatrizes, amputações físicas e tatuagens, auxiliando as anotações antropométricas, que introduzira na Força Policial de Paris, em 1880. Tal sistema associava, ainda, medições de partes do corpo, visando a individualização de pessoas, as quais apresentariam, em tese, uma combinação única de medidas antropométricas. Em homenagem a Bertillon, o método passou a ser chamado de bertillonagem (JÚNIOR, 2012, p.3).

Ao analisarmos individualmente cada um deles, notamos que Antônio Filho encara a câmera com um semblante sério. Ele veste uma camisa de botões aberta, possui cabelos curtos e enrolados, uma barba rala e sobrancelhas grossas. Por outro lado, Maria Luiza, sobrancelha rala e parece exibir uma expressão menos marcante ao ser capturada pelo repórter fotográfico. Como em outras fotografias, ela cobre seu cabelo com um lenço e veste uma blusa preta.

O trágico episódio conhecido como 'O crime da cachoeira' revela o poder da imprensa em perpetuar preconceitos contra minorias, destacando como a mídia desempenha um papel fundamental na formação de narrativas sociais e na influência da opinião pública.

Em 03 de março de 1972, Maria Luiza foi detida, e sua prisão foi reportada tanto pelo Jornal da Borborema quanto pelo recém-fundado, jornal recém-fundado da Paraíba. Ao examinarmos o tratamento dado a esse evento por ambos os veículos de comunicação, torna-se evidente que, embora estivessem cobrindo o mesmo acontecimento, ou seja, "O crime da cachoeira", os dois jornais abordaram e atribuíram significados distintos aos indivíduos envolvidos. Isso ressalta como a escolha editorial determina a perspectiva que os leitores terão sobre o crime.

A análise comparativa das abordagens dos jornais Jornal da Paraíba e Diário da Borborema em relação ao "Crime da Cachoeira", datada de 3 de março de 1972, revela uma diferença significativa na ênfase dada às narrativas e aos personagens envolvidos no caso.

²⁸ A fotografia forense no Brasil teve origem no final do século XIX com Alphonse Bertillon, que a utilizou para identificar suspeitos com base em suas características físicas. Também teve um papel importante na documentação de cenas de crimes, com a adaptação de câmeras em tripés para analisar corpos em locais de delito. Encyclopaedia Britannica, Inc., 2023.

Capítulo II

O Jornal da Paraíba adota um título mais genérico e aparentemente menos sensacionalista, intitulando sua reportagem como "O Crime da Cachoeira já começa a ser desvendado". Esse título sugere uma abordagem mais abrangente, concentrando-se na investigação e no desenrolar dos acontecimentos, em vez de destacar personagens específicos. A escolha de palavras como "começa a ser desvendado" indica um foco na revelação gradual dos detalhes do crime. Na reportagem do (JP), não há referência a Maria Luiza como "Bruxa".

Por outro lado, o Diário da Borborema opta por um título mais sensacionalista e direto, que coloca Maria Luiza no centro da narrativa, ao afirmar: "Bruxa da Cachoeira acusada de assassinar o garoto Edil". Neste caso, o título enfatiza Maria Luiza e sua suposta conexão com o assassinato, utilizando termos como "bruxa" e "acusada" para criar uma imagem mais marcante e dramática da história. Além disso, a menção específica ao "garoto Edil" destaca a vítima, direcionando o foco para o aspecto trágico do crime.

Ao consultar os arquivos disponíveis do jornal da Paraíba, foi possível encontrar a referida reportagem em um encadernado que abordava o incidente. Essa outra fonte jornalística possibilita que se possa analisar a influência da escolha editorial sobre o conteúdo textual, especialmente quando comparada com outra reportagem do DBO que noticiava o mesmo acontecimento na mesma data.

Uma carta anônima enviada ao sargento João Barbosa, comissário do bairro de José Pinheiro, fez com que o delegado Moraes ouvisse na tarde de ontem a mulher Maria Luiza da Conceição, "Timbu" seu amante e 2 filhas, como responsáveis pela morte do garoto Edil, encontrado sem vida na Cachoeira (Jornal da Paraíba, 03/03/1972, pag. 7).

"Maria Timbu" e seu marido, o carregador Antônio Francisco Filho, de 60 anos, e duas filhas, estão todos recolhidos no xadrez da segunda DP para onde foram conduzidos pelo comissário que recebeu a denúncia" (DBO, 03/03/1971, pag. 5).

Dando continuidade à análise do noticiário local campinense, nota-se uma divergência significativa na forma como Antônio Filho é retratado em relação a "Timbu", bem como na nomenclatura utilizada para se referir a Maria Luiza. Essas diferenças linguísticas têm o potencial de gerar implicações complexas para Maria Luiza e sua família, aprofundando a compreensão do contexto histórico e social em questão.

No Jornal da Paraíba, Antônio Filho é caracterizado como o "amante" de "Timbu", sugerindo uma relação amorosa extraconjugal. Essa terminologia pode carregar uma conotação moral e socialmente negativa, o que pode ter implicações prejudiciais para a reputação de Maria Luiza e de sua família. A escolha da palavra "amante" tende a enfatizar o aspecto romântico ou

Capítulo II

sexual da relação entre Antônio Filho e “Timbu”.

Por outro lado, o DBO se refere a Antônio Filho como o marido de “Maria Timbu”. Essa designação sugere um compromisso formal e legal entre os dois indivíduos, o que pode ser interpretado de maneira diferente pela sociedade. A utilização da palavra “marido” tende a legitimar a relação e, potencialmente, a conferir a Antônio Filho e Maria Luiza um status mais respeitável, em contraste com a conotação negativa que a palavra “amante” pode trazer. Essa abordagem não implica afirmar que esta era a intenção do jornal.

Além disso, há uma variação notável na maneira como Maria Luiza é identificada nos dois veículos de comunicação. O Jornal da Paraíba a nomeia simplesmente como “Timbu”, enquanto o DBO a chama de “Maria Timbu”. Essa diferença na nomenclatura sugere que Maria Luiza era percebida e representada de diferentes formas em contextos sociais ou culturais conforme o momento em que se via inserida. A inclusão do nome “Maria” pelo DBO pode ter a intenção de dar um caráter mais completo e formal à identificação dela, já que era dessa forma que ela era conhecida na comunidade onde vivia.

Outro ponto a ser abordado entre os jornais, o Jornal da Paraíba (JP) e Diário da Borborema (DBO) referente ao caso em questão, observa-se mais divergências na forma como as informações foram apresentadas e nas percepções sobre a carta anônima que desencadeou a investigação e recolhimento de Maria Luiza e sua família na delegacia.

O Jornal da Paraíba relata a existência de uma carta anônima enviada ao sargento João Barbosa, comissário do bairro de José Pinheiro, que levou o delegado Moraes a agir contra Maria Luiza da Conceição, seu “amante” e suas duas filhas como possíveis responsáveis pela morte do menino Edil. O jornal oferece detalhes do conteúdo da carta, que menciona a mulher conhecida como “Timbu” e seu “amante” como responsáveis pelas mortes de Nador e Edil.

Por outro lado, o Diário da Borborema argumenta que o delegado não liberou a carta denúncia para divulgação, mas a equipe de reportagem teve acesso a informações sobre seu conteúdo, destaca: “...foi escrita por pessoa semianalfabeta. Os erros de ortografia são vários e foi usada tinta vermelha.” (DBO, 03/03/1972, pág. 5). A reportagem também revela um trecho da carta, em que o denunciante anônimo pede que “prendam ‘Maria Timbu’, pois ela sabe muita coisa a respeito da morte do menino.” (DBO, 03/03/1972, pág. 5).

Com base nessas divergências, compreende-se que o Jornal da Paraíba opta por detalhar o conteúdo da carta e divulgar suas informações, enquanto o Diário da Borborema enfatiza os aspectos linguísticos e alega que a carta não foi oficialmente liberada para divulgação. Ambos os jornais estão fornecendo diferentes perspectivas sobre a carta anônima e, conseqüentemente, moldando a narrativa ao redor do caso.

Capítulo II

Passado o dia da prisão de Maria Luiza, sua família, no dia seguinte o DBO disponibiliza mais uma matéria em que entrevista o detetive particular Joel Santos, que foi contratado pela família de Edil, compartilhou suas opiniões em uma conversa com o repórter (vale ressaltar que, durante o ano de 1972, nenhuma reportagem policial identificava o profissional responsável pela matéria). Quando questionado sobre a carta anônima que incriminava "Maria Timbu", ele fez a seguinte observação:

Eu não acredito em carta anônima, que na maioria das vezes não passa de invenção de alguém. Não existe crime perfeito. Tudo se resume a uma questão de tempo e persistência por parte daqueles que se dedicam a esclarecer o que parece ser um mistério (DBO, 04/03/1972, pág. 8a).

Na mesma página 8a, a reportagem anunciou a possibilidade de surgir uma testemunha capaz de fornecer novas informações sobre o crime:

Outra testemunha impactante deverá ser apresentada ao público nas próximas horas, e tudo indica que isso levará à identificação do jovem de pele escura conhecido como Toinho, que tentou forçar o menino Edil e depois o perseguiu na praça Joana D'arc Arruda em Cachoeira (DBO, 04/03/1972, pág. 8a).

É importante notar algumas informações específicas contidas nessa afirmação do jornalista: O uso do termo "testemunha-bomba" sugere a tentativa de dramatizar ainda mais o caso, introduzindo novos elementos à narrativa.

A referência à pessoa como sendo de "cor" o repórter optou por uma classificação racial do indivíduo. O suspeito em questão era conhecido pelo apelido diminutivo "Toinho", mas a principal característica usada para identificá-la na reportagem é sua cor de pele.

A reportagem de 22/02/1972 havia sugerido que Edil poderia ter sido vítima de um "monstro sexual". Nesta nova reportagem, a insinuação é de que Toinho poderia ser esse suposto "monstro", pois a frase "tentou forçar" sugere a tentativa de abuso contra Edil.

No relato do DBO, ao mencionar que o detetive Joel Santos não conseguia estabelecer qualquer conexão entre Maria Luiza e o incidente conhecido como "crime da cachoeira", o jornal optou por encabeçar a notícia com a manchete "Detetive diz que a Bruxa não matou Edil" na página 8a. da edição de 04 de março de 1972. A escolha de utilizar a palavra "bruxa" em destaque nas letras maiúsculas demonstra uma representação pejorativa dessa mulher, mesmo após a constatação do detetive de sua inocência. Essa abordagem pode ser interpretada como uma tentativa do jornal de explorar uma narrativa que capitalizava os estereótipos associados à figura de uma "praticante de magia das trevas", que durante muito tempo permaneceu presente

Capítulo II

na memória popular.

A observação do detetive não resultou em nenhuma retratação relacionada a Maria Luiza, e seu nome continuou a ser associado a representações pejorativas. Mesmo sua crença religiosa não foi poupada dessas representações marginais, como evidenciado pelas referências a ela como "XANGOZEIRA," "CATIMBOZEIRA" e "MACUMBEIRA." Essas descrições revelam uma falta de entendimento e respeito pelas religiões de matriz africana e afro-brasileiras.

As adjetivações “xangozeira”, “bruxa”, que trabalha com “forças ocultas”, que realiza “sacrifícios humanos”, “emprega sangue e partes do corpo em catimbós”, atribui a essa personagem e, por extensão, a todos os praticantes da religiosidade da qual a mesma fazia parte, uma dimensão monstruosa e diabólica, que despertou, conseqüentemente junto à sociedade, temor, ódio e rejeição (Barros, 2011, pág. 79).

Essa falta de informação nas reportagens e a associação pejorativa de termos religiosos destacam a importância de abordar com sensibilidade e conhecimento as questões religiosas e culturais em contextos jornalísticos e históricos, evitando perpetuar estereótipos e preconceitos. Barros (2011) em seus estudos ressalta a importância de considerar os possíveis impactos que tais reportagens poderiam ter gerado:

O discurso jornalístico se encarregou de ativar as cores de sua condenação e para tanto enfatizou a sua condição de pobreza, ratificando a sua residência numa comunidade pobre da cidade e a sua condição de praticante de uma religião afro-ameríndia (BARROS. 2011, pág. 79).

As reportagens não fornecem informações claras sobre a religião que Maria Luiza praticava, deixando uma lacuna nesse aspecto. Para uma compreensão mais precisa sobre a religião de Maria Luiza, é necessário recorrer aos estudos da historiadora Ofélia Barros, que conduziu uma pesquisa abrangente sobre os terreiros de candomblé, Umbanda e Jurema em Campina Grande - PB, conforme sua tese de doutorado. Com base nesses estudos, podemos sugerir, mas não com afirmações definitivas, sobre a religião que Maria Luiza poderia ter praticado.

As descobertas em sua pesquisa, nos ajuda a compreender a religiosidade em Campina Grande. Barros (2011) destaca uma particularidade interessante: a coexistência de rituais de diferentes tradições religiosas em terreiros chamados tanto de Umbanda quanto de Candomblé. Isso significa que nesses terreiros, os rituais são divididos em "toques de santo" (uma prática do Candomblé) e "toques de jurema" (uma tradição do Catimbó-Jurema).

A análise sugere que esses terreiros são locais onde rituais para orixás (tradição do

Capítulo II

Candomblé) e rituais para entidades, também chamadas de espíritos ou eguns (tradição do Catimbó-Jurema), coexistem. a autora faz uma interessante observação de que, devido a essa especificidade, muitos terreiros em Campina Grande foram classificados genericamente como de Umbanda devido à sua maior flexibilidade ritualística.

Essa observação ressalta a complexidade das práticas religiosas locais e como as tradições podem se mesclar e se adaptar ao longo do tempo. Além disso, mostra como a categorização das religiões pode ser fluida e não necessariamente refletir rigidamente as práticas religiosas entendidas como "tradicionais".

No geral, a análise histórica apresentada no texto lança luz sobre a diversidade religiosa e a flexibilidade nas tradições religiosas locais, destacando a importância de uma abordagem sensível e contextualizada ao estudar as práticas religiosas em uma determinada região.

Com base nessa observação, os indícios nos conduzem a uma compreensão de que Maria Luiza era uma adepta da Jurema em Campina Grande. Para sustentar essa afirmação, temos à nossa disposição um trecho relacionado a outro incidente em que ela esteve envolvida no ano de 1971. Embora este caso não seja o foco de abordagem nesta pesquisa, pois será objeto de estudos futuros, um fragmento dele merece destaque, uma vez que lança luz sobre sua prática religiosa:

... antes de REGINALDO aparece morto, MARIA TIMBÚ tinha em sua residencia um "changô" que era bem frequentado e que trabalhava sosinha, sendo do conhecimento da declarante que uma filha de MARIA TIMBÚ recebia o santo IANÇÁ; que, a casa de MARIA TIMBÚ era cheia de santos e, conforme o boato havido na Cachoeira, depois do "despacho de Reginaldo" - que o mesmo fôra sangrado e o sangue colocado em uma encruzilhada - todos os santos da casa de MARIA TIMBÚ desapareceram; que, dias depois do caso passado, a declarante soube por intermédio da sua genitora, de que um seu sobrinho que atualmente se encontra em São Paulo, de nome SEVERINO JOAQUIM DA SILVA, ouvira um seu amigo dizer que assistiu a morte de REGINALDO do principio ao fim, cujo o senhor a declarante não sabe revelaro seu nome por não ter ouvido falar; que, o sobrinho da declarante contou ainda a genitora da declarante de que dito rapaz lhe havia dito que o individuo apelidado por "ZÉ SATANAZ" foi quem deu a cacetada na cabeça de REGINALDO e "MARIA TIMBÚ" em seguida, sangrado; ... (Processo 2716/71, pág. 75).

No trecho do processo criminal mencionado, podemos identificar elementos que sugerem que “Maria Timbu estava de alguma forma envolvida em práticas religiosas, especificamente a jurema sagrada, mas é importante ressaltar que a jurema sagrada não envolve o sacrificio de humanos. Em vez disso, o desaparecimento dos santos da casa de “Maria Timbu pode ser interpretado como uma tentativa de escapar das investigações das autoridades, dado que ela foi associada à morte de Reginaldo e teria alegadamente participado de seu sacrificio.

“Maria Timbu tinha em sua residência um 'changô' que era bem frequentado e que

Capítulo II

trabalhava 'sosinha': O termo "changô" pode ser uma referência a um altar ou espaço utilizado para práticas religiosas. No entanto, é importante observar que a jurema sagrada não envolve o sacrifício de humanos, mas sim a utilização de plantas e elementos naturais em rituais.

"... uma filha de "Maria Timbu" recebia o santo "IANÇÃ": A menção a "IANÇÃ" indica a presença de elementos da religião afro-brasileira, que podem estar presentes na jurema sagrada. No entanto, a jurema sagrada não tem também como prática, sacrifícios humanos. "... a casa de 'Maria Timbu' era cheia de santos ...": Ter uma casa decorada com santos é comum em muitas tradições religiosas, incluindo a jurema sagrada.

Campina Grande - sábado, 25 de março de 1972. "CRIME DA CACHOEIRA NA JUSTIÇA..." Na edição daquele dia do Diário da Borborema, a manchete da capa trazia a intrigante notícia sobre o "Crime na Cachoeira." Na página 5, reservada às notícias policiais, os leitores encontravam uma reportagem detalhada sobre o ocorrido. O texto informava que o delegado responsável pelo caso, o Cel. Cordeiro de Moraes, ao completar 30 dias de investigação, havia remetido, no dia anterior, o inquérito policial para a justiça. No entanto, o documento foi enviado sem que se conseguisse identificar o autor do crime, mantendo assim o mistério que envolvia o caso em aberto.

É digno de nota que, neste artigo, o Diário da Borborema não fazia menção alguma a Maria Luiza, então conhecida como a "Bruxa," conforme apelido atribuído pelo próprio jornal. Surpreendentemente, a reportagem não oferecia quaisquer vestígios que ligassem Maria Luiza ao caso. Além disso, não houve retratação ou correção da informação anteriormente divulgada. Essa omissão sugere que o jornal mantinha o termo "bruxa" como parte da narrativa, possivelmente com o intuito de manter o interesse dos leitores em um tema tão misterioso.

Em outra parte do artigo, o repórter retomava a questão do laudo médico. O resultado desse exame, datado de 22 de fevereiro de 1972, respondia a uma pergunta que ecoava naquele momento: se a morte de Edil poderia ter sido causada por algum ato de perversão sexual. A resposta a essa questão era negativa; o exame concluiu que não havia sinais de violência sexual contra a criança. Com a possibilidade de um crime sexual afastada, pairava uma aura de mistério que ainda envolvia o caso. Talvez seja essa falta de resolução que tenha levado o jornal a não descartar a hipótese de "magia negra". Preservar a figura da "Bruxa da Cachoeira" era crucial para manter o interesse do público e reacender o fervor em torno do caso.

Ao contrário do Diário da Borborema, em sua edição de 25 de março de 1972, o Jornal da Paraíba optou por não divulgar informações sobre o andamento do inquérito relacionado ao "Crime da Cachoeira" após 30 dias de investigação. Em vez disso, a página policial daquela edição trazia uma reportagem que criticava a maneira como a polícia estava compartilhando

Capítulo II

informações com a imprensa, destacando que "a polícia continua filtrando o noticiário para a imprensa" (Jornal da Paraíba, 25/03/1972, pág. 7).

Essa crítica se baseava na constatação de que, embora um "birô de informação" tenha sido estabelecido, os repórteres só podiam acessar as informações após a censura dos delegados de polícia. A polícia justificava essa ação argumentando que alguns casos teriam chocado a opinião pública, o que levantou questões por parte do Jornal da Paraíba sobre liberdade de imprensa e a transparência no processo. O Jornal da Paraíba, colocou-se no papel de representante da população, reforçou a importância da liberdade de imprensa ao expressar o desejo de que os delegados pusessem fim a esse expediente de censura. O jornal afirmou que o povo de Campina Grande já estava ciente dessa prática e esperava que os delegados encerrassem tal procedimento, enfatizando que a imprensa deve ter o direito de informar sem interferências.

O relato também apontou outro fator que pode ter motivado essa censura por parte da polícia, argumentando que "não cabe à polícia atender reclamações de alguém porque uma notícia foi publicada. Tudo isso é lamentável... não se deve atender a conveniências de quem quer que seja" (Jornal da Paraíba, 25/03/1972, pág. 7). Isso sugere que a polícia poderia estar censurando informações para proteger interesses ou evitar críticas públicas.

Capítulo III

3. O CRIME DA CACHOEIRA UM OLHAR SOBRE O PROCESSO CRIMINAL

3.1 Registro e ausência - O quinto quesito: Aspectos ocultos no inquérito policial

A pesquisa histórica sobre uma determinada temática é compreendida por nós como uma peça de um quebra-cabeça. A cada página de jornal, inquérito policial ou documento que examinamos, nos aproximamos um pouco mais da compreensão dos eventos que deram origem ao fenômeno conhecido como a "bruxa da Cachoeira," conforme apresentado no capítulo anterior. A escolha de utilizar esse termo foi uma decisão editorial, orientada pelo público consumidor, e o cultivo de um clima de mistério revelou-se crucial para sua popularização e para gerar maior lucratividade para os jornais. O caso da cachoeira foi transformado em um enigma a ser devorado, e a busca pelo culpado ou por evidências contra os suspeitos tornou-se imperativa.

...o processo não é um todo fechado em si mesmo. Para além das tensões explícitas num plano "externo" às suas barreiras, nele estão consignadas as histórias da batalha judicial, em torno da qual, vários agentes colocaram suas visões de mundo e sua interpretação da lei e da justiça em movimento conforme o encaminhamento do caso: há a batalha do inquérito policial, em que, a polícia em geral, tem posição absoluta e quase inquestionável; a formação da culpa, na qual os testemunhos ganham maior relevo e o julgamento, o contraditório propriamente dito. Cada uma dessas partes tem um caráter bem delimitado (ROSEMBERG; SOUZA, 2009, p.168).

Ao longo de nossa pesquisa, deparamo-nos com um elemento que capturou nossa atenção, a que denominamos "um registro ausente - O Quinto Quesito." Este quesito, juntamente com outros detalhes que observamos, suscitou questionamentos significativos relacionados à redação de documentos oficiais. Conforme Ginzburg (2006) destacou, "os pensamentos, crenças e esperanças dos camponeses e artesãos do passado nos chegam por meio de filtros e intermediários que os moldam" (p. 13). Essa perspectiva pode ser aplicada ao contexto de nossa pesquisa, que investiga os suspeitos envolvidos, começando por José Pereira da Silva, o primeiro detido em 22/02/1972, seguido por Maria Luiza e Antônio Filho, igualmente presos em 03/03/1972. O processo do "Crime da Cachoeira" é mais do que simplesmente um registro legal. Ele funciona como um campo de batalha onde diversos atores trazem suas perspectivas e interpretações da lei, moldando o desenrolar do caso.

Está apresentada Figura 12, a capa do processo criminal relacionado a morte de Edil José da Costa. No entanto, neste capítulo, nossa abordagem foi substancialmente diferente em

Capítulo III

comparação com o capítulo anterior. Agora, estamos prestes a empreender uma análise detalhada do inquérito policial²⁹ produzido na 2ª Delegacia de Polícia de Campina Grande, sob a liderança do Delegado Bel. Cel. Raimundo de Moraes. Este inquérito policial, posteriormente convertido em inquérito judicial³⁰, constitui uma fonte de grande importância à minuciosamente examinada.

Figura 12. Processo criminal – Caso Edil José da Costa.

Polícia do Estado da Paraíba

0591
72

2ª
Delegacia Especial de POLÍCIA DE CAMPINA GRANDE

DELEGADO RAIMUNDO CORDEIRO DE MORAIS Ten-Cel.

ESCRIVÃO José Tó-Kaipp

A JUSTIÇA PÚBLICA

ACUSADO: 777

VÍTIMA: EDIL JOSÉ DA COSTA

ARTIGO: 121, do Código Penal Brasileiro.

Autuação 015/73

Aos vinte e um de fevereiro, do ano de mil novecentos e setenta e dois, dias do mês de de Campina Grande e na Delegacia Especial de Polícia, nesta cidade em cartório, autuo os documentos que adiante se segue m ; do que para constar lavro este termo. Eu, José Tó-Kaipp escrivão, os datilografei.

Fonte: Arquivo judicial (Fórum Affonso Campos)

²⁹ O inquérito policial é um procedimento administrativo que visa investigar a prática de uma infração penal e sua autoria, conduzido pela polícia judiciária (Polícia Civil ou Federal). O inquérito policial é uma etapa preliminar que antecede o processo judicial.

³⁰ O processo judicial é um instrumento jurídico que visa julgar alguém com base nas provas e argumentos apresentados, conduzido pelo Poder Judiciário

Capítulo III

Dentre os elementos que compõem esse inquérito, destacamos o exame cadavérico e o parecer emitido pela psicóloga consultada para auxiliar na elucidação do caso. Esses elementos são fundamentais para o debate sobre a representação marginal. Dentro deste inquérito, novamente nos deparamos com a presença de José Pereira da Silva, que desaparece das páginas do Diário da Borborema sem qualquer explicação. Ele foi o primeiro suspeito de ser o autor do "Crime da Cachoeira". Neste contexto, nossa pesquisa visa identificar e analisar outra figura presente no inquérito, buscando lançar luz sobre sua participação ou, mais especificamente, sobre o que a documentação disponível registra a seu respeito.

Ao observar a capa do processo, este levanta algumas questões iniciais referente ao crime. São depoimentos e interrogatórios de suspeitos, informantes e testemunhas do caso, a investigação foi conduzida inicialmente pelo delegado Bel. Raimundo Cordeiro de Moraes, transcritas pelo escrivão José To-Kaipp da 2ª delegacia especial de polícia de Campina Grande.

A capa do processo apresenta os seguintes quesitos a serem observados: 1) a numeração 0591/72; 2) a linha em que está escrito acusado foi preenchida com “???” (três interrogações); 3) referência ao artigo 121, do código penal brasileiro; 4) autuação 15/73; 5) em 21/02/1972 o termo do processo foi lavrado pelo delegado. São cinco itens presentes na capa do processo que merecem atenção, com destaque para o sujeito oculto.

Os estudos do material sugerem que 0591/72 se refere ao número do processo e ao ano em que foi iniciada a investigação criminal, cujo propósito era identificar o suspeito do crime da Cachoeira. A ausência de um nome confirmou as informações veiculadas pelo DBO em 25 de março de 1972, segundo as quais o delegado encarregado do caso enviou o processo à justiça sem conseguir identificar o autor do crime. Diante da inexistência de um suspeito, nossa pesquisa se concentrou no exame detalhado do processo judicial 0591/72, na esperança de encontrar alguma pista ou evidência relacionada a Maria Luiza da Conceição.

A menção ao artigo 121³¹ do Código Penal Brasileiro³² sobre crimes contra a vida O registro de autuação 15/73 se refere ao ato de colocar uma capa sobre a petição, na qual seria elaborado um termo. Esse termo deve conter informações essenciais, como o tribunal responsável pelo caso, a natureza da causa, o número de registro nos registros do cartório, os

³¹ O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 121, aborda a questão do homicídio, caracterizado como o ato de tirar a vida de outra pessoa. A penalidade associada a esse crime varia conforme as circunstâncias e as agravantes presentes em cada caso específico. O artigo 121 é estruturado em nove incisos e quatro parágrafos, os quais estabelecem as diferentes situações que podem resultar na redução, aumento ou agravamento da pena imposta pelo cometimento desse delito.

³² O atual código penal brasileiro foi criado pelo Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pelo então presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo. Ele entrou em vigor em 1º de janeiro de 1942, substituindo o código anterior de 1890. O atual código é o terceiro da história do Brasil e o mais longo em vigência.

Capítulo III

nomes das partes envolvidas e a data de início do processo.

O artigo 121 do Código Penal Brasileiro desempenha um papel importante no contexto do inquérito relacionado ao "Crime da Cachoeira". Este dispositivo legal versa sobre os crimes contra a vida, constituindo a base jurídica para a apuração de homicídios e outras formas de violência que resultem na morte de uma pessoa. A menção específica ao artigo 121 na capa do processo (0591/72) evidencia que o caso em questão envolve uma investigação de grande amplitude, voltada para a identificação do autor ou dos autores responsáveis por um ato tão grave.

O artigo 121 não apenas delinea a natureza do delito, mas também sinaliza a complexidade da investigação. Crimes contra a vida demandam uma abordagem metódica, que inclui exame cadavérico e avaliação psicológica para reunir elementos que possam elucidar as circunstâncias e indicar a autoria do crime. A ausência de um acusado nomeado na capa do processo ressalta as dificuldades encontradas pelo delegado encarregado, que, mesmo após a condução de interrogatórios e depoimentos, não conseguiu identificar o responsável pelo "Crime da Cachoeira".

A situação apresentada sugere não apenas a complexidade do caso, mas também questões mais amplas relacionadas à aplicação da lei em crimes dessa natureza. A falta de um suspeito identificado pode desencadear desafios consideráveis no prosseguimento da investigação, levantando questões sobre a eficácia do sistema jurídico na resolução de crimes contra a vida. Essa lacuna na identificação do acusado poderia gerar impactos não apenas na esfera legal, mas também na confiança da sociedade no sistema de justiça.

Nesse sentido, o artigo 121, ao ser invocado na investigação, não é apenas um referencial jurídico, mas também uma representação das lacunas e desafios enfrentados no processo de busca pela verdade em casos tão delicados. A discussão em torno desse dispositivo legal pode se estender para além da letra da lei, explorando as implicações sociais e institucionais decorrentes da dificuldade em responsabilizar os autores de crimes contra a vida.

A seguir, adentrarmos no intrincado enredo do "crime da Cachoeira," cuja narrativa agora nos é apresentada sob a ótica do escrivão de polícia José To-Kaipp ao utilizar uma máquina de datilografar. "A história dos dominados vem à tona pela pena dos escrivães de polícia" (REIS, 1986, p. 8). A pena, outrora delicada e manual, evoluiu para a forma impessoal e mecânica de uma máquina de escrever que, ora em tinta preta, ora em vermelha, nos apresenta questões a serem analisadas.

É disponibilizado a seguir a transcrição do documento oficial que instaura o processo de investigação do assassinato do garoto Edil em dia 20 de fevereiro de 1972, sendo esta, uma

Capítulo III

das fontes históricas que nos possibilitam compreender o caso a partir do olhar das instituições de poder.

Tendo sido encontrado por volta das 9,00 horas de hoje, na Cachoeirado bairro de Monte Castelo desta cidade, o corpinho de uma criança de apenas 8 anos de idade, de nome EDIL JOSÉ DA COSTA, com cinco ferimentos incisivos no crânio e um ferimento inciso na região mentoniana, bem assim contusões e e coriações na região orbitaria direita, cujo menor vio 4 dias antes juntamente com seus pais e irmãos a esta cidade visitar parentes aquí residente, procedentes do Rio de Janeiro, determino que, seja instaurado o competente inquérito, toman-se por 'termos declarações do genitor do mesmo, Sr. ANTONIO JOSÉ DA COSTA e inquerindo-se pessoa que presenciaram a achada do cadaver, como testemunhas. Nomeio peritos para procederem ao exame cadavérico no cadaver davítima EDIL JOSÉ DA COSTA, os Snrs. FIRMINO BRASILEIRO SILVA e ADALBERTO CESAR, cujos facultativos, deverão ser notificados aprestarem o compromisso legal. Prossigam-se nas demais diligencias até a completa elucidação do fato CAMPINA GRANDE, 20 de fev. de 1972. (Processo 0591/72, pág. 02)

A localização e a descoberta do cadáver de Edil José da Costa, uma criança de 8 anos, na Cachoeira do bairro de Monte Castelo, em Campina Grande, foram registradas em um documento oficial que apresenta um elemento linguístico que pode ser considerado como um vestígio de emoção por parte do escrivão. Ao se referir à vítima como "o corpinho", o escrivão utiliza um diminutivo que pode ter diferentes funções pragmáticas, tais como: marcar a fragilidade e a inocência da criança, desperta a compaixão e a indignação das autoridades jurídicas que se tornariam relatores responsáveis pelo caso, ou expressa sua própria afetividade, ou envolvimento com o fato.

Em seu estudo, Berlière (1998) chama atenção, que os registros policiais podem ser suscetíveis a distorções, uma vez que, comumente, são redigidos pelos próprios agentes encarregados da investigação dos delitos. Estes agentes, por sua vez, podem ser motivados por agendas pessoais ou preconceitos, os quais têm o potencial de moldar a maneira como relatam os eventos criminais. Essa escolha lexical³³ pode sugerir que o escrivão não se limitou a reproduzir fielmente o que lhe foi relatado, mas que introduziu ou modificou algum aspecto do depoimento, seja por vontade própria ou por influência de quem lhe forneceu as informações. Portanto, o uso do diminutivo pode ser visto como um indício de que o documento oficial não é uma fonte neutra ou objetiva, mas que carrega marcas da subjetividade e da intencionalidade de quem o produziu.

³³ A escolha lexical é a seleção das palavras mais apropriadas para comunicar um sentido ou intenção em um texto. Ela depende de vários fatores, como o tipo, o estilo, o público, o objetivo e o tema do texto. Ela pode melhorar ou piorar a qualidade do texto. Ela também pode mostrar aspectos culturais, sociais e ideológicos dos falantes e dos textos.

Capítulo III

Um relatório de polícia é tudo menos um documento neutro e objetivo. Ao contrário, ele é uma variante original do arquivo fabricado (...) informa antes e essencialmente sobre aqueles que o escrevem, sobre o poder eo pessoal político que o utiliza (...) [o policial] pode ser vítima de seus preconceitos, de sua cultura profissional ou manipulado, instrumentalizado por seu informante, abusado por suas fontes (Berlière, 1998, p. 300).

Nesse documento, devem constar informações sobre a vítima, o criminoso, o motivo, o contexto e as evidências do delito, bem como as medidas adotadas para esclarecê-lo. A análise do texto da portaria nos permite compreender melhor a dinâmica social, política e cultural da época e os conflitos que envolviam os diferentes grupos e classes sociais. A portaria apresenta os seguintes pontos:

✓ **Condição do corpo da vítima**

O corpo da criança apresentava ferimentos incisos no crânio, um ferimento inciso na região mentoniana (queixo) e contusões e escoriações na região orbital direita (área ao redor dos olhos). Esses detalhes sugerem que a vítima foi vítima de violência.

✓ **Contexto da vítima**

O documento informa que a criança veio à cidade com seus pais e irmãos para visitar parentes. Eles chegaram no dia 16 de fevereiro de 1972, uma quarta-feira de cinzas, vindo do Rio de Janeiro. Informando que a vítima e sua família não eram residentes.

✓ **Determinação de instaurar um inquérito policial**

A partir dos fatos apresentados, a autoridade policial representada na figura do delegado Raimundo Cordeiro determina que seja instaurado o inquérito policial para investigar o caso. Esta é uma medida padrão em casos de morte suspeita ou homicídio.

✓ **Nomeação de peritos**

São nomeados dois peritos, Firmino Brasileiro Silva e Adalberto Cesar, para realizar o exame cadavérico³⁴ no corpo da vítima. Esses peritos deveriam ser notificados e prestar o compromisso legal, o que significa que eles são responsáveis por examinar o corpo e fornecer informações científicas que podem ajudar na investigação.

³⁴ Um exame cadavérico é uma investigação forense conduzida por médicos legistas, também conhecidos como peritos, para determinar as circunstâncias da morte de um indivíduo e estabelecer a causa da morte. Este procedimento é vital para esclarecer questões relacionadas a mortes naturais, acidentais ou criminosas.

Capítulo III

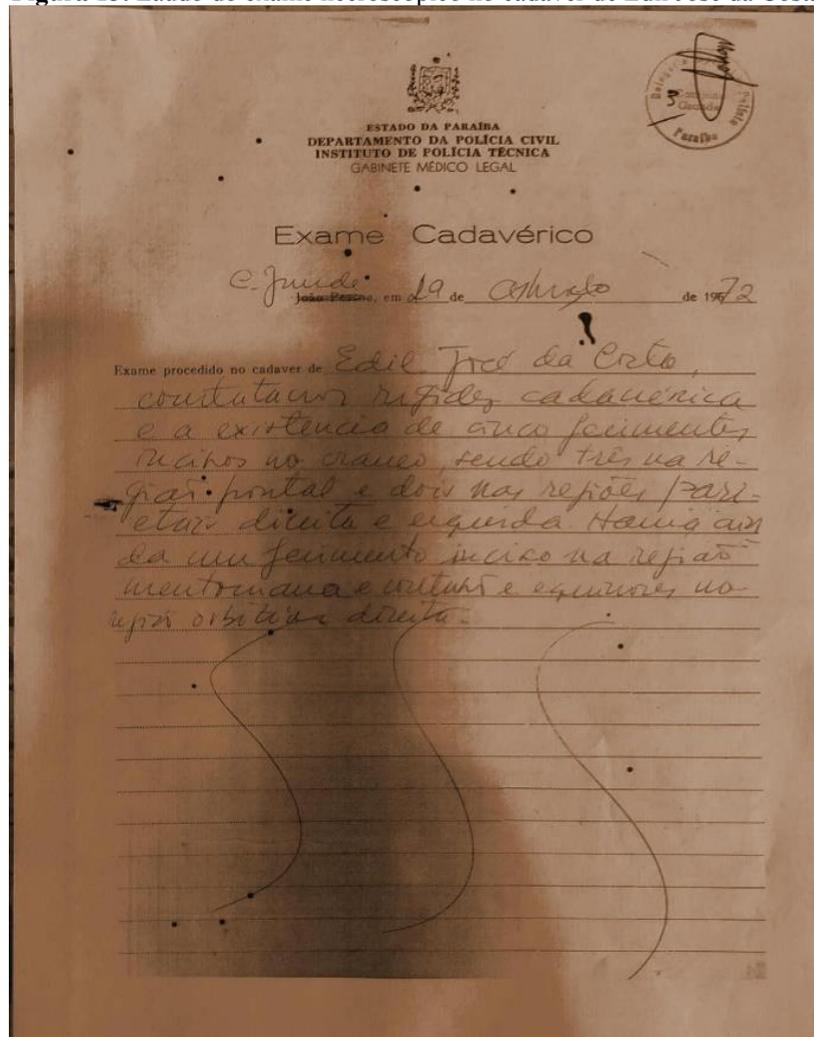
✓ Continuidade das investigações

A portaria encerra com a instrução de que as demais diligências devem prosseguir até a completa elucidação do caso. Indicando que as investigações continuavam.

O documento apresentado na Figura 13, se trata do laudo do exame necroscópico feito em 20 de março de 1972, na cidade de Campina Grande - PB, no cadáver de Edil José da Costa. Esse documento é uma fonte relevante para compreender tanto o procedimento médico-legal quanto a hipótese de sacrifício humano levantada pelos jornais e pela psicóloga consultada pela promotoria. A partir desse documento, podemos analisar os indícios que sustentam ou não essa hipótese. A baixo, transcrição do exame cadavérico:

Exame procedido no cadáver de Edil José da Costa, constatamos rigidez cadavérica e a existencia de cinco ferimentos incisos no crâneo, sendo três na região frontal e dois nas regiões parietais direita e esquerda. Havia ainda um ferimento inciso na região mentoniana e contusão e escoriações na região orbitária direita (Processo 0591/72, p.05).

Figura 13. Laudo do exame necroscópico no cadáver de Edil José da Costa.



Fonte: Arquivo judicial (Fórum Affonso Campos)

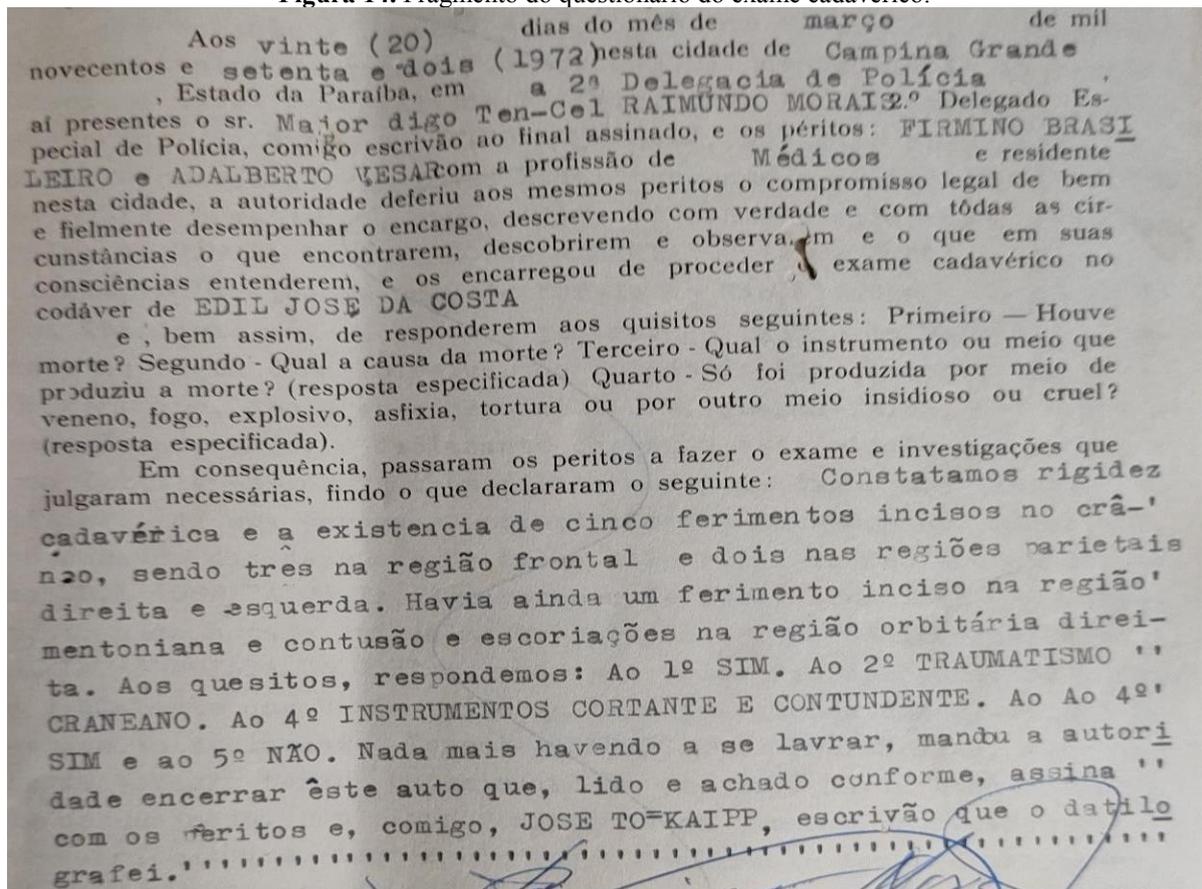
Capítulo III

É importante ressaltar que o documento não inclui fotografias anexadas do exame necroscópico. Isso é significativo, pois a ausência de imagens do corpo e da cena onde o corpo foi encontrado impede a visualização direta dos achados médicos e das condições em que o corpo foi localizado, sendo que a remoção do corpo do local original por populares pode ter comprometido ainda mais as evidências cruciais para a investigação.

O documento carece de uma sessão de discussão ou contextualização, uma vez que não há análise dos resultados do exame, discussão sobre a relevância dos achados ou considerações sobre as implicações da causa da morte. No entanto, esse documento (Figura 14) ainda apresenta algumas inconsistências que merecem atenção, o qual contém quesitos que deveriam ser respondidos pelos médicos legistas, são eles transcritos:

Primeiro - Houve morte? Segundo - Qual a causa da morte? Terceiro - Qual o instrumento ou meio que produziu a morte? (resposta específica) Quarto - Só foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por outro meio insidioso ou cruel? (resposta especificada) (Processo 0591/72. Pág. 05).

Figura 14. Fragmento do questionário do exame cadavérico.



Fonte: Arquivo judicial (Fórum Affonso Campos)

A resposta dos quesitos se deu da seguinte forma: "Ao 1º, SIM. Ao 2º,

Capítulo III

TRAUMATISMO CRANEANO. Ao 4º, INSTRUMENTOS CORTANTE E CONTUDENTE. Ao Ao 4º, SIM e ao 5º, NÃO (Processo, 1972, p.SN).

Para uma análise mais aprofundada das citações acima, que tratam dos questionamentos que os médicos deveriam responder, é essencial primeiro compreender as expectativas associadas a uma necropsia. De acordo com PEREIRA (2015), o perito responsável pela coleta de informações no local do crime deveria participar do procedimento para complementar os dados já coletados no local (observa-se que não houve a presença de um perito nem no local onde o corpo foi encontrado, tampouco há menção no documento da necropsia de sua presença durante o exame). No que diz respeito ao papel do legista, Pereira destaca:

O médico legista deve observar: i) o formato das lesões, tais como bordas, contusões, profundidade, largura, sentido de produção; ii) trajetointerno de arma de fogo (essencial para descrever a posição em que o agente estava quando efetuou o disparo); iii) a distância do disparo de arma de fogo, devendo verificar se os vestígios do disparo (orla de enxugamento) ficaram nas vestes; iv) instrumentos do crime, devendo descrever detalhadamente a relação entre os ferimentos e a arma utilizada, mormente quanto à compatibilidade entre a arma branca apreendida e as lesões; v) etc (Pereira, 2015, pág. 12).

A primeira citação estabelece quatro quesitos-chave a serem abordados durante uma investigação de morte suspeita ou homicídio, sendo eles: a confirmação da ocorrência da morte, a determinação da causa da morte, a identificação do instrumento ou meio que causou a morte e a investigação se a morte resultou de meios insidiosos, ou cruéis, como veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura. Notavelmente, a primeira citação não menciona um quinto quesito.

A segunda citação, por sua vez, fornece respostas para os quesitos apresentados na primeira, da seguinte forma: confirma a ocorrência da morte (ao 1º SIM), identifica a causa da morte (ao 2º TRAUMATISMO CRANEANO) e especifica os instrumentos envolvidos no evento (ao 4º INSTRUMENTOS CORTANTE E CONTUNDENTE), só foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por outro meio insidioso ou cruel? (ao 4º SIM) No entanto, introduz um quinto quesito, ao qual responde "Ao 5º NÃO".

É crucial observar que a introdução de um quinto quesito, que não estava presente inicialmente, pode tornar o documento confuso em relação à consistência e à clareza na condução da investigação. A ausência desse quesito na primeira citação pode indicar um erro de digitação ou uma tentativa de adicionar mais um quesito que, durante o processo de escrita, acabou sendo omitido. A introdução desse novo elemento, o quinto quesito, poderia impactar a condução da investigação, uma vez que os quatro quesitos já estabelecidos fazem parte da

Capítulo III

estrutura impressa do texto no documento do exame cadavérico.

Em 1972, a fotografia forense³⁵ já era uma prática utilizada por algumas instituições policiais no Brasil, especialmente em casos de investigações criminais importantes. No entanto, a extensão da utilização da fotografia forense e sua disponibilidade variavam significativamente conforme a região e a jurisdição.

É importante lembrar que a fotografia forense, embora estivesse disponível, não era tão difundida e acessível como é hoje. A tecnologia da época envolvia principalmente câmeras analógicas, filmes fotográficos e processos de revelação que exigiam mais tempo e recursos em comparação com a fotografia digital moderna. Portanto, sua utilização dependia da disponibilidade de equipamento e treinamento adequados.

No caso específico de exames cadavéricos, a documentação fotográfica poderia servir para registrar a cena do crime, as condições do corpo da vítima e qualquer evidência física relacionada ao caso. A ausência de menção a fotografias no documento não necessariamente indica que elas não foram tiradas, mas a falta de documentação fotográfica é uma limitação do documento em questão, especialmente para uma análise mais detalhada ou revisão posterior do caso.

Hoje em dia, a fotografia forense é uma prática padrão em investigações criminais, e a tecnologia digital tornou mais fácil e acessível o registro de imagens de evidências em cena. No entanto, em 1972, sua aplicação poderia ser mais limitada e variável dependendo dos recursos disponíveis em cada jurisdição.

3.2 Disparidade de informações e a construção da narrativa histórica

Os depoimentos de Antônio José da Costa e Maria Anunciada da Costa em relação ao desaparecimento e morte de seu filho, Edil José da Costa, apresentam perspectivas distintas sobre o mesmo acontecimento. Enquanto Antônio enfatiza a priori a viagem da família do Rio de Janeiro para Campina Grande, seguidamente, o desaparecimento de Edil e sua posterior notícia de falecimento, sua declaração foi objetiva e buscou esclarecer a autoridade quanto a sua indisponibilidade para permanecer na cidade ao salientar quanto urgência de retornar ao trabalho, Antônio informou ao delegado responsável que não ficaria na cidade aguardando a solução do caso "... pois é empregado e " tem necessidade de ali chegar o quanto antes possível.

³⁵ A fotografia forense é a área da fotografia responsável não só pela documentação, mas por revelar detalhes da cena do crime não observados pelo olho desarmado e evidências materiais do corpo humano, documentos, manchas, impressões e ferimentos.

Capítulo III

E, mais " não disse" (Processo, 1972, p5).

Por outro lado, o depoimento de Maria Anunciada destaca sua preocupação inicial com o paradeiro de Edil, mencionando que acreditava que ele tinha ido com o pai dela para a feira, percebendo que a criança não se encontrava com o avô. Ela descreve suas ações subsequentes:

...saiu com seu esposo e outra pessoa, à busca de informações, tendo incluído comparecido à delegacia e à Rádio³⁶, pendido providências e auxílio na localização do mesmo; que, na manhã de domingo, cêrca das nove horas, a declarante tomou conhecimento que seu filho EDIL estava morto na Cachoeira; que, a declarante viu seu filho somente quando os policiais levaram seu corpinho para casa... (Processo 0591/72, pág. 07).

O depoimento de Antônio e Anunciada revelam uma diferença perceptível na ênfase dada por Antônio à sua própria situação e urgência, enquanto Maria Anunciada destaca sua preocupação com o filho desaparecido. Esses desencontros nas narrativas demonstram como diferentes perspectivas podem surgir mesmo em relação a eventos comuns e ressaltam a complexidade da compreensão de um acontecimento a partir de ângulos diferentes.

Ao retomar a reportagem de 22/02/1972 apresentada na Figura 6 do capítulo anterior, a partir de uma análise comparativa entre o relato jornalístico e o "Termo de Declarações" prestado por José Pereira da Silva, se torna interessante, pois entre a prisão de José e a reportagem passou-se um dia. José Pereira foi então conduzido à delegacia, para prestar esclarecimento sobre assassinato de Edil José da Costa, revela uma intrigante disparidade de informações e lança luz sobre a complexa natureza da construção da narrativa histórica.

Primeiramente, é importante destacar as principais divergências entre as duas fontes. O relato jornalístico retratou José Pereira da Silva como um "maníaco sexual", um operário de 38 anos, preso na Avenida Floriano Peixoto, no centro da cidade por atentado ao pudor e por suspeitas dele estar envolvido no assassinato de Edil. Por outro lado, no Termo de Declaração prestada a autoridade polícia, o documento apresenta uma imagem diferente.

O suspeito é descrito como agricultor de 36 anos, o qual encontrava-se em sua residência na manhã do domingo em que o corpo de Edil foi encontrado, e que conforme o declarante ele desconhecia o motivo do assassinato. Além disso, o documento menciona seu horário de

³⁶ Durante a condução de nossa pesquisa, efetuamos uma visita à Rádio Caturité, situada na Avenida Presidente João Pessoa, número 313, em Campina Grande, PB. Durante a visita à referida emissora, fomos informados de que não seria possível localizar registros não apenas do mês de fevereiro de 1972, mas também de toda a programação desde sua fundação até meados dos anos 1990. Essa limitação decorria da prática comum na época, conforme esclarecimento recebido, de regravar programas em fitas cassetes após um período de 30 dias desde a gravação inicial. A explicação indicou que essa prática perdurou até meados da década de 90.

Capítulo III

trabalho ia das 22:00h as 06:00h do dia seguinte, o termo de declaração também aponta que José não estava na avenida Marechal Floriano Peixoto, mas sim na rodoviária da cidade localizada Praça Lauritzen, 07 - Centro, Campina Grande a cerca de 7 minutos do endereço divulgado pelo Diário da Borborema o local de sua prisão.

Essas discrepâncias destacam a importância da análise crítica das fontes históricas. A história não é apenas um registro objetivo de fatos; é uma narrativa construída a partir de várias perspectivas, influenciada por vieses, interesses e interpretações. No caso em questão, o relato jornalístico parece ter enfatizado a imagem de José Pereira da Silva como um "maníaco sexual" para criar uma narrativa sensacionalista que pudesse atrair a atenção do público. Por outro lado, o Termo de Declarações apresenta a perspectiva do próprio suspeito, que nega qualquer envolvimento no crime.

A reportagem de 22/02/1972, a partir de uma análise comparativa entre o relato jornalístico e o "Termo de Declarações" fornecido por José Pereira da Silva, mencionado no documento como o primeiro suspeito do caso, depara-se com um exercício instigante e pertinente. Essa complexidade se deve, em parte, à celeridade na divulgação da prisão de José Pereira, uma vez que a reportagem foi publicada no mesmo dia em que ele foi detido e conduzido à delegacia para prestar esclarecimentos sobre o assassinato de Edil José da Costa. A veiculação imediata das informações contribuiu para uma notável disparidade de relatos, lançando luz sobre a intrincada natureza da construção da narrativa histórica.

...o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas. (PESAVENTO, 2005, p. 51).

Primeiramente, cabe destacar as principais divergências entre as duas fontes. O relato jornalístico retratou José Pereira da Silva como um "maníaco sexual", um operário de 38 anos, detido na Avenida Floriano Peixoto, no centro da cidade, sob a acusação de atentado ao pudor e suspeitas de envolvimento no assassinato de Edil.

Por outro lado, no "Termo de Declarações" prestado à autoridade policial, o suspeito é descrito como um agricultor de 36 anos. Segundo o declarante, encontrava-se em sua residência na manhã do domingo em que o corpo de Edil foi encontrado, e desconhecia o motivo do assassinato. Além disso, o documento menciona o horário de trabalho de José Pereira, das 22:00h às 06:00h do dia seguinte, e aponta que ele não estava na Avenida Marechal Floriano

Capítulo III

Peixoto, mas sim na rodoviária da cidade, localizada na Praça Lauritzen, 07 - Centro, Campina Grande, a cerca de 7 minutos do endereço divulgado pelo Diário da Borborema como o local de sua prisão.

Na Figura 15 está disposta a imagem de um trecho de mapa em que é possível ilustrar a distância do local em que José detido, segundo o jornal (na avenida Marechal Floriano Peixoto, em frente a catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição) e o local em que ele foi detido discordo com o inquérito policial (Praça Lauritzen, onde hoje fica o antigo terminal rodoviário da cidade):

Figura 15. Mapa que descreve a distâncias entre os diferentes locais da detenção de José Pereira da Silva reportados no jornal e no inquérito policial.



Fonte: Google Maps 02/09/2023

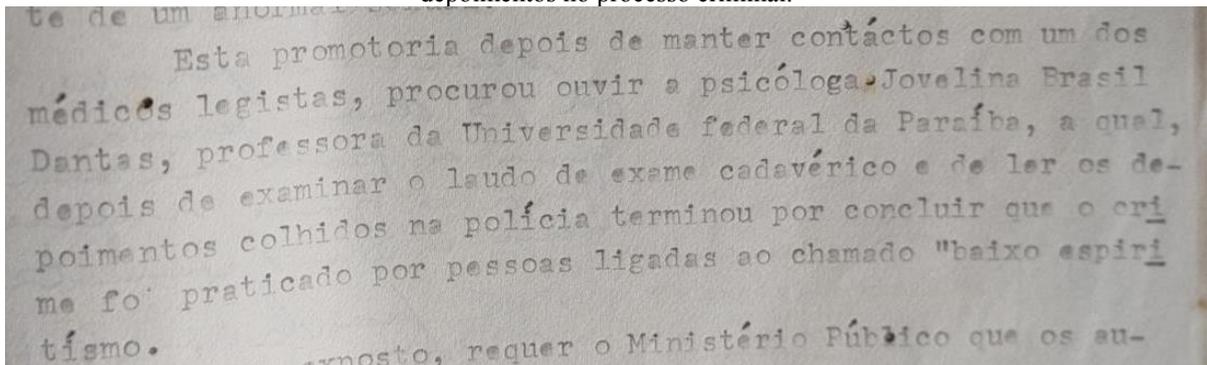
Essas discrepâncias ressaltam a importância da análise crítica das fontes históricas. A história não se limita a ser um registro objetivo de fatos; é, na verdade, uma narrativa construída a partir de múltiplas perspectivas, influenciada por vieses, interesses e interpretações. No caso em questão, o relato jornalístico parece ter enfatizado a imagem de José Pereira da Silva como um "maníaco sexual" com o intuito de criar uma narrativa sensacionalista que capturasse a atenção do público. Por outro lado, o "Termo de Declarações" apresenta a perspectiva do próprio suspeito, a qual nega qualquer envolvimento no crime.

Observar essas disparidades informativas reforça a necessidade de uma abordagem crítica na análise de fontes históricas. Ao examinarmos diversas fontes, é imperativo considerar as circunstâncias em que essas fontes foram produzidas, questionando o viés e as motivações por trás de tais documentos. Esse processo é fundamental para se obter uma visão mais precisa

Capítulo III

e equilibrada do passado e compreender como as narrativas históricas podem ser moldadas por diferentes interesses e perspectivas. Na Figura 16 é apresentada a imagem de um trecho do processo criminal em discussão e no contexto que se insere o documento, foi datado erroneamente como 29 de março de 1971, mas provavelmente elaborado em 1972, emerge um conjunto de informações e considerações dignas de análise à luz do paradigma indiciário.

Figura 16. Trecho referente ao parecer realizado pela psicóloga Jovelina Brasil Dantas do laudo cadavérico e depoimentos no processo criminal.



Fonte: Processo 0591/72, do arquivo judicial (Fórum Affonso Campos)

Texto transcrito:

Esta promotoria depois de manter contactos com um dos médicos legistas, procurou ouvir a psicóloga Jovelina Brasil Dantas, professora da Universidade federal da Paraíba, a qual depois de examinar o laudo de exame cadavérico e de ler os depoimentos colhidos na polícia terminou por concluir que o crime foi praticado por pessoas ligadas ao chamado "baixo espiritismo" (Processo 0591/72, pág.18).

A promotoria, após contatar um dos médicos legistas (cujo nome permanece não mencionado), procurou ouvir a psicóloga Jovelina Brasil Dantas, uma professora da Universidade Federal da Paraíba. Jovelina, após examinar o laudo do exame cadavérico e revisar os depoimentos colhidos pela polícia, emitiu uma conclusão de que o crime havia sido cometido por indivíduos associados ao chamado "baixo espiritismo".

No momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre atores jurídicos, cada um deles usando a parte do 'real' que melhor reforce o seu ponto de vista. Neste sentido é o real que é processador, moído até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência. (CORRÊA, 1983, p.40).

Primeiramente, é crucial reconhecer a natureza datilografada e, portanto, não intencional do erro na data do documento. O equívoco de datilografia, que passou despercebido tanto pelo

Capítulo III

escrevem quanto pelo promotor que assinou o documento, ilustra a fragilidade da transmissão de informações em um contexto pré-digital. Embora possa parecer um erro trivial, ressalta a importância de precisão nas informações documentadas, uma vez que pequenas imprecisões podem influenciar indevidamente investigações posteriores.

No entanto, a principal interrogação que surge diz respeito à influência das notícias jornalísticas anteriores no parecer de Jovelina. A acusação contra a "Bruxa da Cachoeira" pelo assassinato do garoto Edil, que ocorreu 22 dias antes da consulta à psicóloga pela promotoria, levanta questionamentos sobre a possível contaminação das análises psicológicas por eventos recentes e pela cobertura midiática. No entanto, é importante observar que no inquérito, a preocupação com essa possível influência é abordada apenas em um parágrafo de sete linhas.

A promotoria justifica a conclusão de Jovelina com base no fato de que ela se baseou no laudo médico e nos depoimentos colhidos até a data da análise, sem necessariamente possuir conhecimento específico sobre as religiões afro-brasileiras ou afro-americanas. Não há indícios de que estudos aprofundados sobre esses temas tenham sido usados para fundamentar sua avaliação. Portanto, tanto a promotoria quanto a psicóloga, ao explorar explicações ritualísticas em busca de uma solução para o caso, refletiam a mentalidade da sociedade da época.

...na expressão "baixo espiritismo". É certo que tenha caído em desuso nos dias de hoje, mas isso só faz acentuar a expressividade que detinha algumas décadas atrás. Encontramo-la mencionada nos textos de médicos, em análises sociológicas ou antropológicas do campo religioso, em sentenças judiciais, nos documentos produzidos pelos aparatos policiais, em reportagens jornalísticas e nas declarações dos próprios agentes religiosos (GIUMBELLI. 2003, pág. 248).

Nesse sentido, GINZBURG destaca a importância de considerar o contexto histórico e os recursos disponíveis para os indivíduos que produziram ou analisaram esse documento. Além disso, ele realça a necessidade de examinar a interação entre informações disponíveis, influências externas e o pensamento predominante da época ao avaliar conclusões e decisões tomadas no passado.

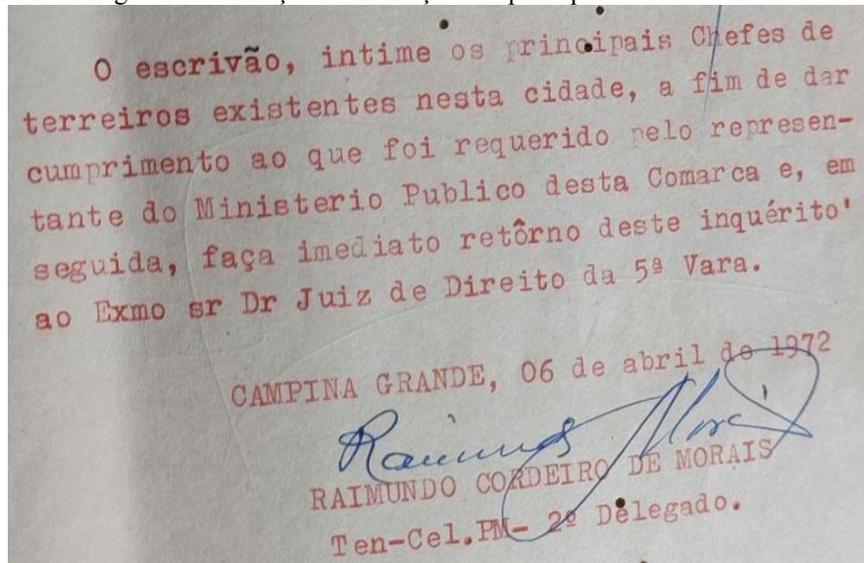
O parecer de Jovelina Brasil Dantas, datado de 06 de abril de 1972, e seu subsequente desdobramento no inquérito policial (PROCESSO 0591/72), fornece uma perspectiva intrigante para a compreensão do contexto histórico e social da época, a partir de Ginzburg (1989), compreendemos que as pistas e os indícios reunidos durante uma investigação podem lançar luz sobre as mentalidades e as práticas culturais de uma sociedade, mesmo quando os fatos são incompletos ou ambíguos.

A sinalização de Jovelina Dantas fez com que o Ministério Público solicitasse o retorno

Capítulo III

do inquérito policial à delegacia responsável pelo caso (Figura 17), sob orientação de intimar os "principais chefes de terreiros existentes nesta cidade..." (Processo 0591/72, pág. 09).

Figura 17. Imagem da solicitação de intimação dos principais chefes de terreiros da cidade.



Fonte: Arquivo judicial (Fórum Affonso Campos)

A escolha de investigar líderes religiosos aponta para um aspecto significativo da sociedade da época, onde as práticas religiosas afro-brasileiras eram alvo de suspeita e escrutínio, revelando o preconceito cultural. O método adotado para inquirir os depoentes foi em forma de declaração coletiva.

Em 20 de abril de 1972, o primeiro grupo de líderes religiosos formado por sete pessoas: Edvaldo Lopes dos santos; Vicente Mariano José; Manoel Rodrigues de Araújo, Moisés Soares da Silva; Walter Farias Filho; Geraldo José de Sousa e Luiz Tomaz da Silva. Compareceram à 2ª delegacia de polícia para prestar depoimento, resultando no documento denominado "Declaração Coletiva". O Ministério Público havia solicitado que esses líderes fossem ouvidos, mas a escolha por depoimentos coletivos em vez de individuais é intrigante.

É possível encontrar, nas entrelinhas dos depoimentos, evidências de como vítimas, réus e testemunhas descrevem não somente os acontecimentos que os levaram à Justiça, mas também diversos relacionamentos sociais e condutas que eles consideravam corretos ou errados. Mesmo quando mentem ou inventam posturas morais, fazem-no de uma forma que acreditam ser verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum (CAULFIELD, 2000, p.39-40).

Essa situação levanta questionamentos sobre as motivações por trás dessa abordagem e as implicações dessa escolha. Pode-se conjecturar que a pressa em fornecer uma resposta à sociedade desempenhou um papel, bem como a suposição de que cada um desses indivíduos

Capítulo III

professava a mesma prática religiosa, levando as autoridades a rotulá-los de forma genérica, sem aprofundar na compreensão da estrutura religiosa de cada um. A pergunta ao inquirido pelo delegado consta a seguinte resposta dada pelo grupo:

... cujos qualificados informaram desconhecer nesta cidade quem pratica o baixo espiritismo, bem assim de desconhecerem quem utiliza sangue humano em práticas supersticiosas, informaram que todos utilizam-se de sangue animal, desde que sejam, galinhas, carneiro, bode, porco, lebre, ganso, pato, guiné, pombo, peru, cujos sangue são divididos para os Orixás: EXÚ, OGUM, ODE, NANÃ, OBALUAÊ, IANÇÃ, OCUM, IEMANJÁ, OBUEXALÁ, XANGO, URUMILA, IFÁ, BABAREBÔ, OBÁ, OURIXANGUIÃ, COSMO³⁷ E DAMIÃO E OÇANHA. E, mais não disse, lido e achado conforme, assina a autoridade com os declarantes e, comigo, JOSÉ TÓ-KAIPP, escrevão que o datilografei (Processo 0591/72, pág. 21).

As declarações do segundo grupo foram formadas por outras seis pessoas, que também foram coletivamente inquiridas pelo delegado Raimundo Cordeiro em 22 de abril 1972, foram eles: Gláucia Mendes Martins; Lucia Ribeiro; Josefa Henrique da Silva; Severina Avelino da Silva e Otávio Odilon Batista.

O depoimento do segundo grupo resumiu-se a uma página datilografada, em que metade desta página também é ocupada por dados de cada um deles. O questionamento resumiu-se a seguinte indagação:

Perguntado a cerca do fato que motivou o presente termo de declarações coletiva, responderam: QUE, as entidades: Exú, Ogum, Odé, Obanuaê, Urumilá, ou Ifá, fazem oferendas de frutas, arroz, azete de dendê, mel de abelha, ... peixe, aves, bóis carneiro e cabra que, ditas entidades não fazem uso de sangue humano. E, não mais disseram e nem lhes foi perguntado. Lido e achado conforme, assina a autoridade, com os declarantes e, comigo, José Tó-Kaipp, Escrevão que o datilografei (Processo 0591/72, pág. 20).

A escolha de interrogatórios coletivos, a estigmatização pela mídia e a omissão no processo são elementos essenciais para entender a dinâmica desse caso. Ginzburg (1989) nos lembra que a análise de eventos históricos requer um exame minucioso das pistas disponíveis, das narrativas construídas e das influências culturais que moldaram as percepções da época.

O depoimento coletivo é sintomático do preconceito vigente, como dito as autoridades responsáveis pareciam presumir uma uniformidade nas crenças e práticas religiosas das pessoas interrogadas. Em ambos grupos, grande parte da página referente às declarações foi ocupada pela coleta de dados pessoais dos inquiridos: como nome, nacionalidade, estado civil, filiação, naturalidade e endereço residencial. “todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em

³⁷ Erro datilográfico, COSMO se refere na verdade a Cosme irmão gêmeo de Damião, ambos considerados figuras santas pela Igreja Católica Apostólica Romana.

Capítulo III

contrário!” (CHALHOUB, 1990).

Os líderes religiosos foram questionados sobre a prática de "baixo espiritismo" e o uso de sangue humano em práticas supersticiosas. Suas respostas enfatizaram o uso exclusivo de sangue animal em rituais religiosos dedicados aos Orixás, havia pouca diferença nas respostas dos grupos quanto os tipos de seres usados na cerimônia sacrificial. “A visão que será criada sobre os indivíduos pobres, moradores das cidades, fundamentou as teorias e estratégias policiais para a sua atuação, no início do século XX, consolidando-se a prerrogativa da suspeição generalizada” (NETO, 2014, p.1).

A trama em que Maria Luiza da Conceição foi envolvida, acusada de matar o menino Edil na cachoeira, revela as diferentes formas de representação da mídia local sobre o caso. Recordamos que O Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba, dois dos principais veículos de comunicação da época, publicaram notícias sobre a prisão de Maria Luiza e seus familiares em 03 de março de 1972, mas com abordagens distintas. Enquanto o Diário da Borborema optou por associá-la à prática de bruxaria, gerando aspectos sobrenaturais do crime, o Jornal da Paraíba usava seu nome próprio e focou em relatar a possibilidade de solução do caso e questionar seu vínculo amoroso Antônio Filho, apontado como seu cúmplice. Ambos os jornais, porém, contribuíram para a construção de uma imagem negativa e estigmatizada de Maria Luiza, possibilitando que a opinião pública a julgasse antes mesmo da conclusão do caso.

Ao examinar minuciosamente o processo de investigação, é notável uma omissão de extrema relevância: o nome de Maria Luiza da Conceição, também conhecida como "Maria Timbu", não é encontrado em nenhuma das páginas do processo, incluindo aquelas relacionadas às "Declarações Coletivas".

Essa lacuna chamativa suscita questionamentos profundos sobre a condução do processo e levanta dúvidas intrigantes, sobre principalmente o conteúdo do depoimento prestado por Maria Luiza à polícia em 03/03/1972, o qual foi fotografado e noticiado, porém, curiosamente, seu conteúdo não foi divulgado ou anexado ao inquérito. Além disso, a carta anônima que a denunciou como a responsável pelo crime contra Edil também não consta nos registros do processo.

A falta dessas informações sugere a possibilidade de dados relevantes que podem ter sido perdidos, omitidos ou retidos, tornando ainda mais complexo o já enigmático caso "Crime da Cachoeira".

A imprensa local não se retratou ou emitiu uma nota de esclarecimento em relação à ausência de Maria Luiza no processo, deixando claro como a estigmatização persistente e a dificuldade de se libertar dela podem exercer uma influência duradoura. Mesmo após a

Capítulo III

conclusão do processo criminal, Maria Luiza continuou sob pressão de investigadores particulares, demonstrando a teimosia dos estereótipos culturais profundamente enraizados e o impacto duradouro do caso conhecido como "Crime da Cachoeira" na vida das pessoas envolvidas.

O "baixo espiritismo" é uma categoria semântica que emergiu como um instrumento para rotular e suprimir determinadas práticas religiosas que envolviam mediunidade, magia e cura no contexto brasileiro. No âmbito dessa classificação, o "baixo espiritismo" era percebido como uma forma de enganar, explorar e prejudicar a credulidade pública. Essa perspectiva era contrastada com a do "alto espiritismo", que ostentava uma imagem de maior respeitabilidade e suposta cientificidade.

Além disso, o "baixo espiritismo" estava intrinsecamente ligado ao sincretismo de elementos africanos e espíritas, sendo frequentemente associado à suposta degeneração da herança cultural africana. É relevante observar que a categorização do "baixo espiritismo" não era uma construção unicamente policial, mas também era adotada por peritos, médicos, antropólogos e jornalistas, refletindo, assim, uma ampla gama de atores sociais envolvidos nessa discussão.

Curiosamente, grupos espíritas também utilizaram a categoria do "baixo espiritismo" como um meio de diferenciação e legitimação perante a sociedade. Portanto, a semiose do "baixo espiritismo" é um exemplo fascinante de como significados e categorias são construídos e utilizados por diversos atores sociais em um contexto histórico específico, influenciando não apenas as práticas religiosas, mas também as dinâmicas sociais e culturais de sua época.

No contexto analisado, é notável observar que a perspectiva da psicóloga parece ter sido influenciada, em certa medida, pelas reportagens publicadas no DBO, que já vinham tratando o caso como algo "misterioso" e associando-o a uma suposta "bruxa". É relevante ressaltar que tais reportagens não se baseavam em fontes confiáveis, mas sim em uma carta anônima, desprovida de indícios substanciais que corroborassem a ideia de que Edil havia sido vítima de sacrifício ritual.

Este fenômeno pode ser interpretado como um sinal de mudança na trajetória das investigações, tanto por parte das autoridades policiais quanto da imprensa. A virada nas investigações, conforme delineada por Certeau (1991), exemplifica como as práticas cotidianas e as narrativas públicas podem desempenhar um papel significativo na interpretação dos eventos e da cultura de uma sociedade.

Nesse contexto, a abordagem multifacetada revela a intrincada complexidade do "crime da Cachoeira" e sua conexão com a cultura e a vida cotidiana da época. A influência das

Capítulo III

representações públicas, mesmo quando baseadas em informações frágeis, desempenhou um papel fundamental na construção da percepção pública sobre o caso, alimentando a crença em elementos misteriosos e na suposta figura de uma "bruxa". Essa dinâmica sublinha como as narrativas públicas e as práticas cotidianas podem se entrelaçar e moldar a interpretação dos eventos históricos, tornando-os ainda mais desafiadores e enigmáticos para os historiadores contemporâneos.

Ao evocar o conceito de "Baixo Espiritismo" como um possível fator contribuinte para a tragédia que resultou na morte de uma criança, a abordagem psicológica empregada promoveu a exploração de explicações sobrenaturais para o assassinato, potencialmente inflamando ainda mais o interesse da imprensa e conseqüentemente do seu público. Agora na justiça, no inquérito do "Crime da Cachoeira" serão anexados novos fatos e colhidos novos depoimentos que terão como intérprete o escrivão de polícia.

Nenhuma palavra é neutra, em um contexto de inquérito não é diferente, a voz do depoente é frequentemente encoberta, pois ele não é o autor de sua própria declaração. Em vez disso, ele passa por interrogatórios nos quais o escrivão, agindo como um intermediário, registra os acontecimentos em uma linguagem notarial que espelha a perspectiva do inquiridor, contrastando com a do indivíduo interrogado. Nesse processo, a narrativa do depoente é moldada e mediada pela lente da autoridade que conduz o interrogatório, tornando-se uma representação que reflete mais a interpretação e os objetivos do interrogador do que as experiências e perspectivas genuínas do indivíduo sob investigação.

"Entre os elementos mais marcantes da religiosidade africana, que muito povoou o imaginário cristão, e que permanece como entrave à difusão do Candomblé, encontram-se os ritos sacrificiais" (FERREIRA. 2019. Pág. 53).

A religiosidade africana é um componente rico e multifacetado da cultura brasileira que tem influenciado profundamente o imaginário cristão e a sociedade em geral ao longo dos séculos. Entre os elementos mais marcantes e, ao mesmo tempo, controversos dessa religiosidade, destacam-se os ritos sacrificiais. Este tema complexo e intrincado desencadeia discussões fervorosas e, por vezes, desencadeia mal-entendidos e estigmatização.

Este estigma associado aos ritos sacrificiais africanos na religião de matriz afro-brasileira, é ilustrado de maneira vívida nos relatos que cercam a trágica morte de Edil José da Costa, ocorrida em um contexto onde a mídia deu a ele um tom de mistério e especulações. A abordagem controversa adotada na época sugeriu a possibilidade de que sua morte tenha ocorrido como parte de um suposto sacrifício ritual. No entanto, é crucial notar que as reportagens jornalísticas careciam de evidências concretas que pudessem substanciar essa

Capítulo III

alegação, tornando o caso ainda mais enigmático. A suposta autoria do ritual fatal foi atribuída a Maria Luiza da Conceição, agravando a complexidade dessa narrativa.

Neste contexto, é imperativo explorar algumas questões cruciais relacionadas aos rituais de sacrifício nas religiões de matriz afro-brasileira. Em primeiro lugar, é fundamental enfatizar que, do ponto de vista ritualístico, nenhuma religião afro-brasileira tem o sacrifício humano como prática aceita ou reconhecida. É essencial compreender como se processa o sacrifício de animais nas tradições do Candomblé e da Jurema, duas das principais religiões afro-brasileiras. Além disso, é importante destacar que nem todos os cultos afro-brasileiros incorporam a prática do sacrifício em suas cerimônias religiosas, o que ressalta a diversidade de crenças e práticas dentro desse universo religioso.

No contexto histórico e cultural do Candomblé, o ritual de sacrifício animal assume uma importância significativa como uma prática religiosa intrinsecamente ligada à tradição e à espiritualidade africana. Esse ritual é concebido com o propósito de estabelecer uma conexão profunda entre os adeptos e os orixás, divindades que desempenham um papel fundamental na manutenção da harmonia e do equilíbrio do mundo.

O sacrifício animal no Candomblé é regido por uma série de protocolos e procedimentos, que podem variar conforme a nação, o orixá venerado e a finalidade específica do ritual. Geralmente, essa prática é conduzida por um sacerdote ou sacerdotisa especializado, conhecido como axogun³⁸, cuja responsabilidade é selecionar o animal apropriado para cada orixá, considerando suas características e preferências. O animal escolhido deve ser saudável, limpo e livre de quaisquer defeitos físicos. Antes do ato sacrificial, o animal passa por um processo de purificação, decoração e consagração, adotando uma identidade e um nome associados ao orixá.

O próprio ato do sacrifício é executado com precisão e celeridade, utilizando uma faca afiada para garantir que o animal não sofra e para preservar seu sangue, que é considerado um símbolo da vida e da energia vital transferida para os orixás e seus devotos. O sangue coletado é utilizado para ungir objetos sagrados do terreiro, como as representações das divindades, os instrumentos musicais e os assentamentos, reforçando a sacralidade desses elementos.

Após o sacrifício, o animal é submetido a um processo de esfolamento e

³⁸ Axogun, no Candomblé Jeje e Candomblé Ketu, desempenha um papel crucial, encarregado do sacrifício de animais votivos (oferecidos como expressão de devoção) em cerimônias religiosas. Este sacerdote deve possuir habilidades especializadas, conhecendo os pontos precisos para o sacrifício e os animais atribuídos a cada Orixá. O Atôaxogun atua como assistente e substituto do Axogun, enquanto no Candomblé Bantu, o Tata Kivanda desempenha função semelhante. Tornar-se Axogun exige confiança do líder religioso, boa memória e domínio das técnicas complexas, uma vez que qualquer erro pode afetar negativamente a comunidade e os Orixás.

Capítulo III

esquartejamento, com partes específicas reservadas para oferendas ao orixá, incluindo o coração, o fígado, os rins e os genitais. Essas partes são preparadas e oferecidas com outros alimentos, como frutas, legumes, farinha e mel, em uma travessa dedicada. Essa travessa é então levada ao altar do orixá ou ao local onde a divindade se manifesta na natureza, como cachoeiras, pedreiras ou matas, onde o sacerdote ou sacerdotisa realiza uma prece, buscando a bênção e proteção do orixá.

O restante do animal não é desperdiçado, sendo aproveitado pelos fiéis do terreiro. Eles compartilham uma refeição coletiva em honra ao orixá, utilizando a carne em pratos tradicionais de sua cultura. Além disso, o couro do animal é destinado à confecção de tambores para os rituais musicais, e os ossos são transformados em adornos ou amuletos, demonstrando o respeito e a valorização de todos os elementos do sacrifício.

É relevante ressaltar que a prática do sacrifício animal no Candomblé varia dependendo do tipo de animal utilizado. Animais de pena, como galinhas, pombos, patos e perus, são frequentemente empregados em oferendas simples e mais comuns, podendo ser realizadas por qualquer adepto do terreiro. Eles também desempenham um papel importante em rituais de purificação espiritual. Por outro lado, animais de quatro patas, como cabritos, carneiros, porcos e bois, são reservados para oferendas mais complexas e raras, exigindo a autorização do líder religioso do terreiro. Além disso, são comumente utilizados em cerimônias de iniciação e celebrações especiais.

A prática do sacrifício animal no Candomblé é, portanto, uma manifestação de devoção, respeito e comunhão entre os praticantes e os orixás, representando um elemento crucial na expressão religiosa dessa tradição africana.

Por outro lado, a Jurema sagrada, uma religião afro-indígena que se originou no Nordeste do Brasil, apresenta uma abordagem diversificada em relação ao sacrifício animal. Essa religião sincrética, que incorpora elementos do catolicismo, espiritismo, candomblé e xamanismo, demonstra uma variedade de práticas em relação ao sacrifício animal, que variam conforme a localidade, a comunidade e a linhagem dos praticantes.

Alguns grupos de Jurema sagrada optam por oferecer apenas alimentos vegetais ou bebidas aos encantados, como frutas, flores, mel, vinho ou cachaça, dispensando o sacrifício animal. Outros realizam o sacrifício animal apenas em ocasiões especiais, como festas, iniciações ou curas, enquanto alguns grupos mantêm essa prática com regularidade, seguindo as diretrizes específicas de cada encantado ou orixá venerado.

Os tipos de animais usados no sacrifício na Jurema sagrada também podem variar, com aves de pena branca, como galinhas, pombos ou patos, sendo os mais comuns. Esses animais

Capítulo III

são frequentemente considerados mais puros e adequados para as oferendas, embora outros tipos de animais, como cabritos, porcos ou bois, possam ser utilizados em circunstâncias especiais.

Da mesma forma, o procedimento do sacrifício animal na Jurema sagrada segue uma estrutura semelhante ao do Candomblé, com um mestre ou mestra especializado(a) supervisionando o ato e garantindo a integridade do animal e a adequação do sacrifício.

Assim, fica evidente que tanto o Candomblé quanto a Jurema sagrada, duas tradições religiosas brasileiras profundamente enraizadas na herança africana e indígena, incorporam o sacrifício animal como uma prática religiosa que desempenha um papel significativo em sua espiritualidade, embora com variações e nuances distintas em sua implementação, de acordo com suas respectivas crenças e tradições.

Com base em estudos sobre sacrifício nas religiões afro-brasileiras e afro-indígenas e já apontado anteriormente pelos líderes religiosos interrogados em 1972, estas religiões não possuem práticas ritualísticas de sacrifício humano. De posse do exame cadavérico de Edil José da Costa, e dos detalhes disponibilizados pelos peritos, é possível afirmar que os ferimentos observados na criança não têm qualquer sinal de cortes rituais.

O exame cadavérico de Edil, revelou importantes detalhes sobre as condições físicas do corpo, incluindo rigidez cadavérica e a existência de ferimentos incisos no crânio. No entanto, há algumas lacunas cruciais na documentação desse exame. A ausência de fotografias anexadas, tanto do exame cadavérico quanto do local onde o corpo foi encontrado, é uma limitação significativa.

A falta de registros fotográficos dificulta a possibilidade de interrogar melhor os achados médicos, assim como as condições do local onde o corpo foi originalmente descoberto. Além disso, a remoção do corpo por populares antes da chegada da polícia pode ter comprometido ainda mais as evidências cruciais para a investigação. Tornando complexa tratar da tese jornalística acusavam Maria Luiza de ter assassinado a criança a partir de um ritual de sacrifício. Sobre o sacrifício e a oferenda, escreve Mãe Stella³⁹:

Os nossos animais são reverenciados desde que são escolhidos nas feiras livres, até o momento em que são oferecidos aos orixás, quando cobrimos seus olhos com folhas específicas de calma e cantamos a fim de diminuir o estresse que eles

³⁹ Mãe Stella de Oxóssi (1925-2018) foi uma das mais eminentes e respeitadas líderes religiosas do Brasil, ocupando o cargo de Ialorixá no Ilê Axé Opô Afonjá, um dos mais antigos terreiros de candomblé da Bahia. Além de seu papel de destaque na espiritualidade, Mãe Stella também se notabilizou como escritora, enfermeira, ativista e educadora, tendo publicado obras que abordam a rica cultura afro-brasileira e criadopjetos sociais e culturais voltados para sua comunidade. Em 2001, alcançou a honrosa posição de imortalna Academia de Letras da Bahia, ocupando a cadeira número 33.

Capítulo III

possam estar sentindo. Além disso, eles não são animais quaisquer, são escolhidos aqueles que o sacerdote consagrado para esta função percebe que já estão no momento de passar para outro estágio evolutivo. Não matamos o animal, damos a ele um novo nascimento, por isso cantamos: Bi ewe yeje para lala ie, Ògún pere pa = Demos-lhes um novo nascimento, você resistiu à prova, ultrapassou seguramente privações e sofrimentos, você não está morto, está vivo. Somente Ogun mata (CAMPOS, 2003, pág. 55/56).

É importante destacar que as religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Jurema, envolvem práticas rituais que, em alguns casos, incluem o sacrifício de animais. Esses rituais são caracterizados por procedimentos específicos, como a incisão no pescoço do animal. No entanto, ao analisar o exame cadavérico de Edil José da Costa que consistiu em respostas concisas limitadas a um parágrafo de nove linhas, gera dúvidas quanto ao trabalho empreendido no caso, esse exame documentado de forma tão simplista, limita o aprofundamento na questão, a partir do que foi apresentado pelo trabalho médico observa-se que não havia sinais de incisões no pescoço da vítima, como seria esperado em rituais de sacrifício religioso animal.

Sobre os sacrifícios humanos, há estudos que apontam que entre os Vikings era comum a oferenda sacrificial humana (Langer, 2003), constituindo-se uma honra ser escolhido para esse propósito. A prática era também corrente na Grécia Antiga (Hughes, 1991) e na Mesoamérica (Wilkerson, 1984, pág. 54).

Refletindo sobre as informações disponíveis até o momento deste estudo e as fontes documentais acessíveis, torna-se evidente que estabelecer uma conexão sólida entre a trágica morte de Edil e rituais religiosos de sacrifício animal é uma tarefa complexa e desafiadora. A associação desse crime com tais rituais parece enraizada na crença popular em magia e no sobrenatural que permeia a sociedade retratada. No entanto, a ausência de evidências concretas nos leva a questionar a validade dessa concepção associativa, levantando a possibilidade de que elementos aparentemente relacionados possam, na verdade, ser independentes um do outro.

Este dilema ilustra a complexidade das relações entre a religião, a cultura popular e a investigação criminal. Em muitos contextos, as crenças e práticas religiosas são interpretadas de maneira distorcida e sensacionalista, muitas vezes levando a interpretações equivocadas e estigmatização de grupos religiosos específicos. A associação de rituais religiosos com crimes sem evidências sólidas não apenas obscurece a compreensão dos eventos, mas também pode alimentar estereótipos prejudiciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesta pesquisa explorar minuciosamente as representações de mulheres praticantes de religiões afro-brasileiras em Campina Grande durante as décadas de 1960 e 1970, com foco especial na figura de Maria Luiza da Conceição. Os jornais locais, o Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba, desempenharam um papel crucial na construção das representações em torno de Maria Luiza ao longo desses anos. Seu nome passou por uma evolução impressionante de representações, de "Maria Timbu" em 1967 a "Mulher Bondosa" em 1971 e, finalmente, à "Bruxa da Cachoeira" em 1972.

O método de tática e estratégia de Michel de Certeau emerge como uma ferramenta metodológica essencial aplicada ao caso em questão. Seu propósito é duplo: analisar os tipos de representações construídas em torno de Maria Luiza da Conceição, como a designação de "bruxa", "xangozeira", "macumbeira" e "catimbozeira" (como conceitos pejorativos) frequentemente utilizada pelos jornais locais, e examinar se ela fazia uso dos recursos disponíveis para resistir e subverter as imposições do poder dominante.

É notável que Maria Luiza negava categoricamente não apenas as acusações de envolvimento em atividades criminosas, mas também as insinuações que a vinculavam à prática de "catimbó". A negação desempenhou um papel crucial nesse contexto, servindo não apenas como uma estratégia para evitar a associação com o "crime", mas também como um meio de preservar sua integridade física e moral.

O estudo evidenciou o papel de destaque desempenhado pela imprensa na criação e perpetuação das identidades associadas a Maria Luiza e às religiões afro-brasileiras de forma mais ampla. Ficou claro que os jornais utilizaram o sensacionalismo como uma estratégia para atrair audiência e aumentar suas vendas, desempenhando assim um papel crucial na construção dessas representações. Além disso, o estudo ressalta que essa representação não se limitava apenas à busca pelo lucro, mas também refletia dinâmicas de poder mais abrangentes na sociedade.

No âmbito da representação, os meios de comunicação priorizavam a divulgação imediata das notícias, muitas vezes sem verificação dos fatos, posteriormente obtinham informações diretamente da delegacia de polícia ou por contatos dentro da corporação. Isso resultava na remodelagem, mantendo em seu layout⁴⁰ aquilo passível de ser explorado e

⁴⁰ O layout de um jornal impresso inclui a disposição dos elementos visuais, como texto, imagens e gráficos, em cada página. O objetivo do layout é criar uma hierarquia visual que ajude o leitor a navegar pelo conteúdo do jornal de forma eficiente.

vendido, gerando muitas vezes notícias com falsas informações.

A pesquisa revelou que a representação midiática desempenhou um papel fundamental na perpetuação de estereótipos relacionados às religiões afro-brasileiras e a Maria Luiza. Isso foi evidenciado em uma matéria datada de 19 de setembro de 1972, na qual Maria Luiza denunciou um detetive particular por importunação. O detetive tentou extrair dela e de sua filha uma confissão de envolvimento ou autoria no crime que vitimou Edil.

É crucial destacar que não estamos generalizando a imprensa como um agente perpétuo do preconceito religioso, abordamos esta questão em um dado recorte temporal, onde constatamos que naquele recorte a empresa desenvolvia uma prática marginalizadora.

Nosso objetivo está ligado à análise da representação, e, a partir da pesquisa em fontes jornalísticas e documentos relacionados ao inquérito, buscamos compreender essa dinâmica. A análise inclui informações de notícias, trechos de jornais e documentos do inquérito policial, todos contribuindo para esclarecer as questões levantadas por este estudo.

A hipótese de que a morte de Edil José da Costa teria ocorrido em um ritual de "magia negra", devido a um sacrifício, e que atribuída a Maria Luiza, referida neste caso como "bruxa da cachoeira", ocorreu inicialmente através dos relatos noticiados pelos jornais sobre a cena do crime e dos ferimentos infligidos na criança. O exame cadavérico, no qual médicos legistas registraram os ferimentos de Edil em algumas linhas, foi também considerado.

Para embasar a questão sacrificial efetuamos consultas em fontes bibliográficas que abordam o tema do sacrifício animal em religiões afro-brasileiras e afro-ameríndias. Com base nas observações feitas e nos estudos sobre o tema, assim como a falta de fotografias do exame e principalmente de uma imagem do corpo de Edil no local onde foi encontrado, a partir disso, até que possamos encontrar mais indícios, ao que tudo indica, ficou constatado que o sacrifício humano não faz parte das práticas dessas religiões.

A partir das fontes disponíveis e pesquisas relacionadas, partindo somente desses documentos, os ferimentos sofridos por Edil não podem ser relacionados a um crime relacionado a um ritual de sacrifício religioso, uma vez que as características dos ferimentos divergem das que são infligidas nos animais sacrificados nessas religiões. Essa análise ressalta a confirmação das representações marginais de Maria Luiza e das religiões afro-brasileiras, onde elas foram associadas a práticas desumanas.

Os objetivos gerais e específicos da pesquisa foram plenamente atingidos. O estudo permitiu uma análise minuciosa das fontes disponíveis, revelando que, em determinados momentos, a mídia age como um reflexo da sociedade e desempenha o papel de moldar as representações baseadas nas crenças, medos e curiosidades da sociedade daquela época.

A imprensa adotou uma escrita sensacionalista, aproveitando-se desses sentimentos como uma oportunidade de ganho financeiro e de ibope. A metodologia empregada revelou-se apropriada para os procedimentos da pesquisa. Utilizamos o conceito de "tática e estratégia" de Michel Certeau para identificar, nos jornais da época e no inquérito policial, os recursos estratégicos que poderiam ter sido empregados em ambas as fontes.

No que diz respeito aos jornais, foi possível observar a estratégia por meio da construção discursiva transformada em notícia. As representações de Maria Luiza e das religiões afro-brasileiras eram moldadas para se enquadrarem nas necessidades do editorial. Entretanto, no inquérito policial, a busca pela tática foi desafiadora. Esperávamos encontrar mais evidências dessa tática, mas, ao estudá-lo, constatamos que em nenhuma das 36 páginas havia qualquer menção a Maria Luiza da Conceição, à "bruxa da cachoeira", "xangozeira", "macumbeira" ou "catimbozeira".

No inquérito policial, Maria Luiza não estava presente, embora saibamos que ela prestou depoimento à polícia em 03/03/1972, como amplamente noticiado pelo Diário da Borborema, Jornal da Paraíba e possivelmente por estações de rádio que estavam em funcionamento na época. A pesquisa nos mostra a importância de investigações subsequentes que não apenas exploram a influência da mídia na construção de narrativas em relação a grupos marginalizados e minorias religiosas, assim como a coleta por meio de entrevistas de pessoas que estão de alguma forma (grau de parentesco) relacionados com estes acontecimentos, mantendo uma abordagem crítica em relação às fontes, reconhecendo preconceitos e estereótipos presentes nelas.

Além disso, é relevante considerar a ampliação do período temporal sob análise, retrocedendo ou avançando em outras épocas, a fim de explorar novas fontes e compreender como as representações culturais, midiáticas e judiciais podem influenciar ou reforçar percepções e interpretações da realidade em diferentes contextos temporais. Nossa intenção é dar continuidade à pesquisa, aproveitando os indícios que surgiram ao longo deste estudo para desenvolver pesquisas complementares.

Desejamos explorar esses indícios a fim de expandir nosso entendimento sobre o tema. Esta pesquisa visa contribuir para os estudos relacionados à história e religião, com foco especial nas religiões afro-brasileiras e afro-ameríndias. Pretendemos problematizar as representações midiáticas dessas práticas religiosas, seus rituais e seus seguidores, adotando uma abordagem crítica em relação a uma variedade de fontes, como jornalísticas e documentos oficiais e não oficiais.

Os estudos sobre religiões afro-brasileiras desempenham um papel fundamental na

compreensão da influência dessas religiões na cultura brasileira e na formação da identidade nacional. Além disso, tais estudos desempenham um papel importante no combate ao preconceito e à discriminação contra as religiões afro-brasileiras, que frequentemente são alvo de estigmatização na sociedade.

FONTES**Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)****Encadernados do Diário da Borborema (DBO).**

- Diário da Borborema (14/01/1967).
- Diário da Borborema (13/05/1967).
- Diário da Borborema (14/05/1967).
- Diário da Borborema (20/05/1967).
- Diário da Borborema (01/06/1967).
- Diário da Borborema (04/06/1967).
- Diário da Borborema (08/06/1967).
- Diário da Borborema (15/06/1967).
- Diário da Borborema (16/03/1968).
- Diário da Borborema (03/03/1971).
- Diário da Borborema (01/09/1971).
- Diário da Borborema (22/10/1971).
- Diário da Borborema (23/10/1971).
- Diário da Borborema (20/02/1972).
- Diário da Borborema (22/02/1972).
- Diário da Borborema (03/03/1972).
- Diário da Borborema (04/03/1972).
- Diário da Borborema (08/03/1972).
- Diário da Borborema (25/03/1972).
- Diário da Borborema (30/03/1972).
- Diário da Borborema (16/04/1972).
- Diário da Borborema (23/10/1972).
- Diário da Borborema (01/03/1973).
- Diário da Borborema (28/03/1973).
- Diário da Borborema (14/04/1973).
- Diário da Borborema (06/12/1973).
- Diário da Borborema (02/02/1974).
- Diário da Borborema (14/09/1974).

Arquivo particular - Jornal da Paraíba (JP)

- Jornal da Paraíba (03/03/1972).
- Jornal da Paraíba (25/03/1972).

Arquivo Judicial do Fórum Affonso Campos – Campina Grande – Paraíba.

- Processo 0591/72, Galeria 3^a criminal, pacote S/N, 1972, Fórum Affonso Campos, delitos, Arquivo Judicial, Campina Grande - Paraíba.
- Processo 2716/71, Galeria do Tributal do Júri, pacote-XX, 1971, Fórum Affonso Campos, Criminal, Arquivo Judicial, Campina Grande - Paraíba.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Inez Couto: *Cultura Iorubá: Costumes e Tradições*. Rio de Janeiro: Dialogarts 2006.

AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei*. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BARROS, Ofélia Maria de. *Terreiros campinenses: tradição e diversidade*. 2011. 202f. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2016. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2322>

BÉRLIÈRE, Jean-Marc. *Archives de police: du fantasme au mirage*. In: PETIT, J. G.; CHAUVAUD, F. (Dir.). *L'histoire contemporaine et les usages des archives judiciaires 1800-1939*. Paris: H. Champion, 1998. (Collection Archives et Histoire).

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRITANNICA, os editores da Enciclopédia. "*Alphonse Bertillon*". Enciclopédia Britânica, 19 de abril de 2023, <https://www.britannica.com/biography/Alphonse-Bertillon>. Acessado em 18 de agosto de 2023.

CAMPOS, Vera Felicidade de Almeida. *Mãe Stella de Oxóssi: perfil de uma liderança religiosa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei 1889-1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Série Prometeu. Edições Humanidades, 2001.

CARVALHO, Amanda Peixoto de. *As reinvenções das religiões afro-brasileiras em Campina Grande-PB (1920-1980)*. 2011. 157 f. (Dissertação de Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2011.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Unicamp, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Michel de Certeau. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Classes Perigosas*. Revista *Trabalhadores*, n. 6. Campinas: SMCS, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*, Lisboa: DIFEL, 1990.

CORRÊA, Mariza. Morte em família – representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Duane Brasil; AZEVEDO, Uly Castro de. Das senzalas às favelas: por onde vive a população negra brasileira. *Socializando* · ISSN 2358-5161 · ano 3 n°1 · Jul. p.145-154 · 2016.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, 35, São Paulo, EDUC, julho-dezembro 2007.

CUMINO, Alexandre. História da Umbanda: Uma religião brasileira. São Paulo: Madras, 2010.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2019.

FREUD, S. Obras completas - Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 15.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. História Noturna: decifrando o sabá. São Paulo. Companhia das letras, 1991.

Ginzburg, Carlo. Mitos, emblemas, sinais. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIUMBELLI, Emerson. (UFRJ, 2003) O “Baixo Espiritismo” e a História dos Cultos Mediúnicos.

HUGHES, D. D. Human sacrifice in ancient Greece. 1. ed. Londres, England: Routledge, 25 julho 1991.

JÚNIOR, E.F.F. Fotografia forense como meio de produção visual e prática de representação de conhecimento científico. In Da Silva, M.R.B. e Haddad, T.A.S. Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia. Sociedade Brasileira de História da Ciência, São Paulo, São Paulo, Brasil. 2012. Disponível em: www.sbhc.org.br/site/anais2012. Acesso em: 27 maio 2013.

MAGALHÃES, Antônio Carlos de Melo; BRANDÃO, Eli. O Diabo na arte e no imaginário ocidental. Campina Grande: EDUEPB, 2012

MAGGIE, Yvonne. Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

NETO, Francisco Linhares Fonteles. Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

OLIVEIRA, Carlos. Ferve o sol em Campina Grande: Sêde, fome e ressignificação no Nordeste, Rio de Janeiro, Revista Manchete, 07/03/1953.

PAES, Maria Helena Simões. Em nome da Segurança Nacional: do golpe de 64 ao início da abertura. São Paulo: Atual, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

PESAVENTO, Sandra. Crime, violência e sociabilidades urbanas. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, N.4. 2005.

PRANDI, R. Exu, de mensageiro a diabo: sincretismo católico e demonização do orixá Exu. Estudos Afro-Brasileiros, v. 3, n. 1, p. 133-183, 8 ago. 2022.

REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil, a história do levante dos Malês. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 8.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. Patrimônio e Memória, Assis, v. 5, n. 2, 2009.

SANTANA, J. R. S. Entre o marginal e o legal: os embates políticos em torno da Lei 3.443, de 06 de novembro de 1966. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018. Disponível em:
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4440>

SILVA, Hilmaria Xavier. A invenção de um lugar: vivências e memórias (n) da Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959-2006). 2013. 145f. (Dissertação de Mestrado em História); Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2013. Disponível em:
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1714>

SODRÉ, Muniz. Reinventando a Cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

WILKERSON, S. J. In search of the mountain of foam: Human sacrifice in eastern Mesoamerica. Ritual Human Sacrifice in Mesoamerica, p. 101-132, 1984.